



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOSSOCIOLOGIA
DE COMUNIDADES E ECOLOGIA SOCIAL - EICOS

ALUNA: PAULA CALDEIRA

ORIENTADORA: MARIA INÁCIA D'ÁVILA NETO

CO-ORIENTADORA: SIMONE OUVINHA PERES

Juventude e participação política: trajetórias de participação de jovens
no movimento estudantil e em partidos políticos no Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO
AGOSTO/2008

PAULA CALDEIRA

Juventude e participação política: trajetórias de participação de jovens
no movimento estudantil e em partidos políticos no Rio de Janeiro.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, EICOS, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social.

Orientadora: Maria Inácia D'Ávila Neto
Co-orientadora: Simone Ouvinha Peres

RIO DE JANEIRO
AGOSTO/2008

C146

Caldeira, Paula.

Juventude e participação política: trajetórias de participação de jovens no movimento estudantil e em partidos políticos no Rio de Janeiro / Paula Caldeira. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. 130f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia / Programa de Pós Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, 2008.

Orientador: Maria Inácia D'Ávila Neto.

1. Juventude. 2. Movimento Estudantil. 3. Partidos políticos. 4. Participação política. I. D'Ávila Neto, Maria Inácia. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia.

CDD: 305.235

FOLHA DE APROVAÇÃO

Paula Caldeira

Juventude e participação política: trajetórias de participação de jovens no movimento estudantil e em partidos políticos no Rio de Janeiro.

Dissertação submetida ao corpo docente do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre.

Aprovada por:

Professora Doutora Maria Inácia D'Ávila Neto - Orientadora (EICOS, UFRJ)

Professora Doutora Simone Ouvinha Peres - Co-orientadora (EICOS, UFRJ)

Professora Doutora Sônia Regina Corrêa Lages (EICOS, UFRJ)

Professora Doutora Irene Rizzini (PUC-Rio)

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2008.

Resumo:

CALDEIRA, Paula. *Juventude e participação política: trajetórias de participação de jovens no movimento estudantil e em partidos políticos no Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidade e Ecologia Social – EICOS / Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ). Orientadora: Professora Doutora Maria Inácia D'Ávila Neto; Co-orientadora: Professora Doutora Simone OUVINHA PERES. Rio de Janeiro, 2008.

O tema da participação política dos jovens tem despertado grande interesse por parte de pesquisadores no âmbito das ciências humanas e sociais, tendo em vista a menor adesão dos jovens às formas tradicionais de participação política. De acordo com algumas leituras os jovens não se sentiriam mais obrigados a participar e a exigir compromissos políticos voltados para a defesa dos direitos sociais. Eles não estariam mais comprometidos com as soluções para os problemas vividos pela sociedade. Em decorrência questiona-se o escasso engajamento dos jovens nos movimentos políticos e estudantis e o comprometimento das gerações mais jovens com a participação política. O significado das mudanças nas formas de participação e engajamento político dos jovens tem sido buscado, já que estão em jogo decisões que afetam seus destinos. Por um lado, os jovens deixaram de participar, entre outros motivos, porque teriam se tornado alienados e desinteressados dos problemas de natureza político social. Por outro, haveria uma mudança nos modos de participação dos jovens, que se relaciona com os novos interesses juvenis. O presente estudo parte da necessidade de se compreender melhor como está se dando a participação política dos jovens no movimento estudantil e em partidos políticos e o significado para suas trajetórias.

Essa dissertação é um estudo sobre a trajetória de participação de jovens no movimento estudantil e em partidos políticos. Analisamos de que forma se deu a participação dos jovens nestes dois espaços e como ela promoveu mudanças nas suas trajetórias. Buscamos ainda o significado desta forma de participação. A partir da abordagem qualitativa analisou-se a trajetória de participação de sete jovens, de ambos os sexos, com idades entre 15 e 20 anos, de distintos extratos sócio-econômicos, no movimento estudantil e em partidos políticos na cidade do Rio de Janeiro. Para a compreensão sobre o significado e as motivações para a participação política dos jovens entrevistados, foram utilizadas: a noção de engajamento segundo Jean-Paul Sartre, e a Teoria do Reconhecimento a partir de dois de seus autores, o filósofo social e sociólogo alemão Axel Honneth e a cientista política norte-americana Nancy Fraser. Foi possível perceber que, enquanto alguns jovens buscam a superação da subordinação como definida por Fraser (2007), ao lutarem pela paridade na participação, não apenas em relação aos jovens estudantes, mas em relação à população excluída em geral; outros jovens buscam o reconhecimento na esfera da estima social como definido por Honneth (2007), isto é, buscam a auto-realização através da aceitação solidária por parte dos demais, assim como o encorajamento mútuo de sua individualidade. A participação dos jovens nos movimentos políticos e estudantis pode assim contribuir para suas trajetórias de reconhecimento social.

Palavras chaves: juventude; participação política; engajamento; participação estudantil; reconhecimento social.

Abstract:

This dissertation analyzes the involvement of young people in the student's movement and in political parties at the city of Rio de Janeiro, Brazil, with the main objective of demonstrating how young people perceive their participation in both contexts. In this study youth is defined as a socially defined category. Youth participation is a phenomenon of growing interest to social scientists especially when trying to understand in which ways this participation is taking place considering that traditional forms of active involvement in society are becoming less common. In this study it was analyzed the personal participation trajectories of seven youth of both sexes between 15 and 20 years old and from different social and economical backgrounds. In order to comprehend the personal meaning given by the youth to explain their motivations to active participation it was used the Recognition Theory through the readings of the German philosopher and sociologist Axel Honneth and of the North-American political scientist Nancy Fraser. The study has shown that while some of the youth search for ways to overcome subordination through the struggle for equity in general, as defined by Fraser (2007), others search for social esteem (Honneth, 2007). Which means that what drives them to participate is their social recognition.

Keywords: youth; political participation; engagement; student participation; social esteem.

Agradecimentos

“Esse foi o ano revolucionário de nossas vidas” – a frase de um dos jovens entrevistados ecoou. O fechamento desta empreitada para mim, igualmente significa uma grande revolução. E como qualquer revolução, esta também não se fez de forma isolada, sozinha. Estiveram comigo as pessoas mais importantes. Alguns combatendo ao meu lado, na linha de frente, outros dando o apoio da retaguarda. Todos levantam comigo, a bandeira final.

Na linha de frente, agradeço à minha orientadora, professora Doutora Maria Inácia D'Ávila Neto, e à minha co-orientadora, professora Doutora Simone Ouvinha Peres, que apostaram comigo que a batalha era possível. Agradeço pela dedicação e generosidade.

Aos entrevistados, agradeço muito pela confiança e disponibilidade.

Agradeço também à Rosa Pedro, por ser muito mais que a coordenadora do Programa EICOS, por ser uma “descobridora de caminhos”. Ao Ricardo pela paciência e boa vontade. A todos os professores do Programa EICOS e aos colegas de turma.

Agradeço a todos do CIESPI, amigos queridos e companheiros de trabalho, que estiveram sempre na torcida. Agradeço especialmente à Irene Rizzini, pelo apoio imprescindível, pelo exemplo de trabalho e mais que isso, exemplo de vida. À Alessandra e Denise, por compartilharem material de pesquisa precioso e por estarem sempre ao lado. Ao Marcelo, pela ajuda “inumerável” - pelas discussões, pelo carinho e amizade. À Felícia, pelas discussões esclarecedoras e pela atenção generosa. À Mariana, pela leitura caprichada, referências bibliográficas, pelo abstract, pelo ânimo. À Renata, Alexandre e Nathercia, pelo carinho na leitura dos capítulos. Ao Udi, Luciene e Carla, que ajudaram no planejamento da batalha. À Isabella, Mirian e Alexandra, pela força.

Agradeço à minha família, que agüentou firme na retaguarda, dando apoio, dando colo, ajudando a retomar o fôlego, sempre: às minhas irmãs do coração, Patrícia e Denise, ao André, ao Rodrigo e à Rachel, à Regina e ao Dalton, à minha mãe e ao meu pai, *sempre presente*.

Agradeço principalmente ao Guilherme, meu marido, que soube estar comigo em todos os momentos, pelo seu amor.

SUMÁRIO

| | |
|-------------------------|-----------|
| Introdução | 11 |
|-------------------------|-----------|

Parte I – A participação dos jovens nos partidos políticos e no movimento estudantil

| | |
|--|-----------|
| Capítulo I: Juventude e Participação Política | 16 |
| 1.1 A participação dos jovens como problema de pesquisa..... | 16 |
| 1.2 Juventude como categoria social | 19 |
| 1.3 Participação política e engajamento: a noção de engajamento de Jean-Paul Sartre..... | 20 |
| 1.4 Panorama da participação política dos jovens dos anos 1960 até os anos 1990 na literatura internacional..... | 25 |
| 1.5 Panorama da participação política dos jovens dos anos 1960 até os anos 1990 na América Latina e no Brasil..... | 26 |
| 1.6 As mudanças na participação política dos jovens a partir da década de 1990..... | 28 |
| 1.7 Tendências atuais da participação política dos jovens na literatura internacional | 29 |
| 1.8 Tendências atuais da participação política dos jovens na literatura nacional..... | 33 |

| | |
|---|-----------|
| Capítulo II: Juventude e Participação no Movimento Estudantil | 40 |
| 2.1 A participação dos jovens no movimento estudantil desde a criação da UNE e da UBES até os anos 1990 | 40 |
| 2.2 As mudanças na participação dos jovens no movimento estudantil a partir dos anos 1990..... | 42 |
| 2.3 A participação dos jovens no movimento estudantil: a UNE de hoje | 43 |
| 2.4 A participação dos jovens no movimento estudantil: a UBES de hoje | 46 |

| | |
|---|-----------|
| Capítulo III: Aspectos metodológicos | 49 |
| 3.1 Fontes, instrumentos e recursos de pesquisa: considerações sobre os antecedentes do estudo..... | 49 |
| 3.2 Base teórica da metodologia de análise das entrevistas..... | 50 |
| 3.3 Os jovens que compõem o universo deste estudo | 56 |
| Quadro 1 – Caracterização dos jovens entrevistados segundo os espaços em que atuam..... | 59 |

Parte II – Participação e Reconhecimento Social

| | |
|---|-----------|
| Capítulo IV: A participação como busca por reconhecimento social | 78 |
| 4.1 O Reconhecimento Social segundo Axel Honneth..... | 79 |
| 4.2 O Reconhecimento Social segundo Nancy Fraser..... | 84 |

| | |
|---|-----------|
| Capítulo V: Trajetórias de participação e engajamento: os sentidos da participação dos jovens através da Teoria do Reconhecimento Social | 88 |
| 5.1 Entre a participação e o engajamento: breves considerações | 88 |
| 5.2 Participação e Reconhecimento Social..... | 91 |
| 5.3 Particularidades da participação na juventude | 103 |

| | |
|--|------------|
| Considerações Finais..... | 110 |
| Referências (Bibliografia Citada) | 115 |
| Referências (Bibliografia Consultada)..... | 122 |
| ANEXO A - Roteiro de entrevistas..... | 127 |
| ANEXO B - Modelo de Consentimento Informado utilizado..... | 130 |

*“Se você contar trinta mil histórias
o coração não consegue sentir, é grande demais.
Uma história pode contar todas as histórias,
mas todas as histórias não podem contar uma história.”*

Nathan Englander

Introdução

Esta dissertação de mestrado é um estudo acerca da participação política de jovens no movimento estudantil e em partidos políticos no Rio de Janeiro. Parte-se da necessidade de se compreender melhor como se dão hoje as formas de participação política a partir da perspectiva dos jovens e o significado atribuído por eles ao seu ingresso no movimento estudantil e em partidos políticos no Rio de Janeiro. Considera-se a narrativa de sete jovens sobre suas histórias de participação com vistas a identificar as mudanças em relação às suas trajetórias. A presente dissertação foi elaborada a partir do material empírico de uma pesquisa mais abrangente intitulada *Jovens Engajados nas Américas*¹, realizada no período entre 2006 e 2008 pelo Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI)².

Para a análise do material empírico esta dissertação parte do referencial teórico da Teoria do Reconhecimento, de acordo com a perspectiva de dois autores em particular: Axel Honneth e Nancy Fraser.

No Capítulo I apresentamos a questão da participação dos jovens como problema de pesquisa, tema que tem interessado pesquisadores na área social ao redor do mundo. Parte-se do discurso utilizado no senso comum e para alguns autores da academia, de que as questões de natureza social não têm prestígio entre os jovens, e que lhes falta atenção em relação às questões políticas. Reputa-se para este discurso que tal comportamento espelha as características de nossa sociedade “marcada pela crise de valores, exaltação do individualismo, culto do hedonismo e esvaziamento das questões coletivas” (Fundo das Nações Unidas para a Infância, Instituto Ayrton Senna e Fundação Itaú Social, 2007, p. 84). No entanto, apesar do contexto de contradições vivenciado pela juventude atual em relação às possibilidades de intervenção para transformar a sua realidade, autores como Ann Mische (1997), Janice Tirelli Ponte de Sousa (1999), Lucia Rabello de Castro e Jane Correa (2005), Regina Novaes (2007), e Ana Paula Araújo (2007), entre outros, afirmam que a situação dos

¹ Constitui uma parceria entre três pesquisadoras: Irene Rizzini, professora e pesquisadora da PUC-Rio e diretora do CIESPI, Brasil; Maria de Los Angeles Torres, da University of Illinois, Chicago e diretora da Unidade de Estudos Latino-Americanos, Chicago, EUA; e Norma del Río, professora da Universidad Metropolitana Autónoma de México e diretora do Centro de la Infancia, na Cidade do México.

² O CIESPI – Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância, é um centro de estudos e de referência dedicado ao desenvolvimento de pesquisas e projetos sociais voltados a crianças, adolescentes e jovens, seus elos familiares e comunitários. Tem como meta subsidiar políticas e práticas para esta população, contribuindo para o seu desenvolvimento integral e para a promoção e defesa dos seus direitos. O CIESPI é membro da rede de pesquisa Childwatch International e atua em convênio com a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

jovens referida como alienada, necessita ser melhor compreendida, uma vez que pode significar na verdade novos parâmetros do que seja participar. De fato as tendências atuais da participação política dos jovens na literatura nacional e internacional apresentadas ao longo deste primeiro capítulo, respondem afirmativamente à questão “o jovem participa?”, pondo em xeque a negação da participação dos jovens na atualidade.

Cabe mencionar que, de forma a melhor enfrentar a questão exposta acima, a juventude é definida neste capítulo como categoria socialmente construída, o que significa dizer que os jovens representam mais do que uma faixa etária, um grupo coeso ou um grupo social concreto. Considera-se que os jovens são afetados por fatores históricos, estruturais e conjunturais que determinam as vulnerabilidades e as potencialidades das juventudes (Novaes, 2007). Para a abordagem do tema da participação política dos jovens neste capítulo também foi elaborado um exercício de diferenciação dos termos “participação” e “engajamento”, baseado principalmente no modelo de engajamento em Jean-Paul Sartre (1987). Pudemos averiguar que o engajamento pode ser entendido a partir de diferentes perspectivas de estudo (filosofia, sociologia, história, literatura, etc.), e que há pontos em comum nas visões dos autores citados. Finalmente, a fim de melhor visualizar as transformações na atuação política juvenil, esta é abordada em dois momentos históricos: dos anos 1960 até os anos 1990, e dos anos 1990 até os dias atuais. As décadas de 1960 e 1990 são tomadas como parâmetro pelas seguintes razões: a primeira por comumente representar o retrato de uma geração em revolta contra os governos militares, engajada e politizada, no âmbito dos diagnósticos da participação política juvenil (Müxel, 1997); e a segunda por representar o período de consolidação da democracia, com o fim da ditadura militar nos anos 1980, e a abertura de espaços alternativos para a participação política (Miche, 1997). Cabe enfatizar, entretanto, que não baseamos a comparação entre o jovem “engajado” da década de 1960 e a juventude atual, mas sim, entre os diferentes contextos históricos nos quais foram gerados.

No Capítulo II é enfatizada a marcante presença dos jovens na tomada de posição política na história brasileira. Neste capítulo descrevemos resumidamente o histórico da participação política juvenil nas entidades que representam o movimento estudantil no país, a União Nacional dos Estudantes (UNE), e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), entendendo-se que a participação dos jovens no movimento estudantil se orienta com a história destas duas entidades. Diante das constatações referidas no Capítulo I, interessa-nos saber: como está hoje organizado e quais são as principais questões que têm mobilizado o contingente específico de jovens que busca nos partidos políticos e nas entidades tradicionais

que representam o movimento estudantil, as referências para sua participação política. Podemos perceber que as reivindicações dos jovens de hoje abordam temas como a luta contra o preconceito e o combate às desigualdades sociais. Segundo Udi Butler, Marcelo Princeswal e Roberta Abreu (2007), as iniciativas recentes como o Fórum Social Mundial (a partir do ano 2000), os protestos contra uma globalização a favor do capital, e outros eventos e mobilizações, representam justamente as formas de participação política mais adaptadas à conjuntura complexa dos tempos atuais.

No Capítulo III, sobre a metodologia que orientou o presente estudo, buscamos primeiramente esclarecer a origem das entrevistas, e em seguida, qual o olhar que orientou o modo como foram tratadas na análise do material empírico. A apresentação detalhada do método e das técnicas de pesquisa empregadas para a realização do presente estudo permite mostrar a sua inserção em um plano mais abrangente de pesquisa, que se relaciona originariamente com a pesquisa *Jovens Engajados nas Américas*, realizada no período entre 2006 e 2008 pelo Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI). Desse modo, esta dissertação se insere no conjunto das pesquisas que está sendo realizado a partir do material de entrevistas coletado pelo CIESPI, com o fim de contribuir para as análises já empreendidas sobre a participação juvenil em partidos políticos e no movimento estudantil. Reputa-se que a participação da autora na referida pesquisa é relevante como justificativa para o desenvolvimento da presente dissertação. Cabe esclarecer que o material das entrevistas aqui analisado recebeu tratamento diferenciado para satisfazer aos objetivos de compreender, a partir de outra perspectiva, o sentido da participação política para os jovens entrevistados. Para efeito da análise aqui privilegiada foram consideradas as seguintes perspectivas: a montagem de narrativas de história de vida, a metodologia de história oral, bem como a trajetória de ingresso dos jovens nos partidos políticos e no movimento estudantil.

A análise das entrevistas seguiu as premissas: dissolução da antinomia real/ irreal; e aceitação da experiência existencial dos entrevistados, expressa em suas próprias palavras e isenta de julgamentos valorativos, ou seja, sem tentar aferir se sua participação é em si “válida ou não”, “boa ou ruim”, por apresentar características mais ou menos pragmáticas ou altruístas, e demais dicotomias. Para tanto, nos baseamos no referencial teórico-metodológico da chamada história oral, onde tais premissas se fazem presentes. Neste capítulo são abordados, destarte, alguns aspectos da especificidade da entrevista como fonte, considerando a afirmação de Paul Thompson (2002), de que, o fato de se tratar de um material que não apenas se descobriu, mas que se ajudou a criar, o faz completamente diferente de qualquer

outro documento. Tal especificidade é abordada a partir, principalmente, de autores como Luiz Costa Lima (1986), Verena Alberti (2004), João Carlos S. B. Meihy (2005), e Marize Bastos Cunha (2007).

Neste capítulo também são apresentadas, de forma resumida, as histórias de participação dos entrevistados: como cada um deles se relaciona em família, explica as motivações para atuar nos partidos políticos em questão e/ou no movimento estudantil, assim como significa sua participação nestes espaços.

O Capítulo IV apresenta a Teoria do Reconhecimento, referencial teórico empregado nesta dissertação como estratégia para compreender o significado da participação política dos jovens no universo entrevistado. Objetivamos mostrar que a participação dos jovens entrevistados pode ser entendida a partir da busca por Reconhecimento Social. Isto é, nossa finalidade é apontar de que modo a atitude de participar dos jovens entrevistados pode ser explicada à luz da Teoria do Reconhecimento Social. Para tanto, foram abordadas as perspectivas de dois dos principais autores da Teoria do Reconhecimento Social: o filósofo social e sociólogo alemão Axel Honneth e a cientista política norte-americana Nancy Fraser. Cada um ao seu modo, ambos os autores buscam estabelecer uma posição crítica em relação às lutas sociais contemporâneas e pensar padrões de justiça. Cabe esclarecer que o exercício empregado não foi o de comparação das diferenciadas concepções destes autores como tema central, e por isso, a principal divergência entre ambos, no tocante a questão do reconhecimento com redistribuição (esta, reivindicada por Fraser), não foi abordada nesta dissertação. Ou seja, a teorização foi utilizada de uma maneira heurística e não doutrinal: não se trabalhou todas as idéias/ teorias de um autor, mas utilizaram-se caminhos que ele oferece para determinadas leituras de dados, que possam ser aplicadas a uma determinada pesquisa de campo.

No Capítulo V desta dissertação, procuramos investigar a questão: como os jovens entrevistados significam através de suas narrativas, as suas histórias de participação política? A hipótese apresentada nas pesquisas nacionais e internacionais e confirmada pelos autores mencionados no Capítulo I, como vimos, é que há hoje uma vivência da participação política por parte dos jovens realizada de forma diferente, profundamente relacionada com o contexto histórico vivenciado pela atual geração jovem. A questão que nos colocamos neste estudo é saber o que leva o jovem hoje a atuar em determinadas formas de participação consideradas “clássicas” ou formais (Novaes, 2007). Neste capítulo abordamos: por que os jovens se inserem em movimentos políticos e estudantis? O que os leva à participação política? A resposta que buscamos: como a Teoria do Reconhecimento Social é capaz de esclarecer como

os jovens explicam e significam sua inserção nesses espaços de participação política. Cabe enfatizar a importância de levar em consideração as perspectivas e valores dos próprios jovens, sobre o significado de sua participação política.

A partir do enfoque da Teoria do Reconhecimento Social, é possível depreender que os jovens participam politicamente porque buscam reconhecimento. Na tentativa de investigar que tipo de reconhecimento é almejado, procedemos a uma construção de tipologia com as mais importantes noções derivadas do conceito de reconhecimento social, sem desconsiderar importantes intercessões e debates que o enquadre escolhido pode suscitar. Conclui-se que enquanto alguns jovens buscam a superação da subordinação como definida por Fraser (2007), ao lutarem pela paridade na participação, não apenas em relação aos jovens estudantes, mas em relação à população excluída em geral; outros jovens buscam o reconhecimento como definido por Honneth (2007) na esfera da estima social, isto é, buscam a auto-realização através da aceitação solidária por parte dos demais, assim como o encorajamento mútuo de sua individualidade.

Cabe mencionar que nos Anexos desta dissertação podem ser encontrados: 1) ANEXO A - Roteiro de entrevista; 2) ANEXO B - Modelo de Consentimento Informado utilizado³.

Espera-se assim que o presente estudo possa contribuir à temática da participação na atualidade, em especial a participação política juvenil.

³ O Termo de Consentimento Informado foi assinado por todos(as) os(as) entrevistados(as) quando maiores de 18 anos, ou por seus responsáveis quando menores de 18 anos.

Parte I – A participação dos jovens nos partidos políticos e no movimento estudantil

Capítulo I: Juventude e Participação Política

1.1 A participação dos jovens como problema de pesquisa

O tema da participação juvenil⁴ tem interessado pesquisadores na área social ao redor do mundo, suscitando estudos em vários países, no âmbito das ciências sociais e da psicologia social (Abramo & Branco, 2005; Balardini, 2005; Castro e Correa, 2005; Christensen & James, 2005; Novaes, 2006; Abramovay & Castro, 2007; Rizzini, Pereira, Thapliyal, 2007; Silva, 2007).

Nas discussões que envolvem as características e a atuação da juventude no mundo atual, observa-se uma preocupação com sua adesão aos movimentos políticos e sociais, denotando uma tendência a se pensar que atualmente as questões de natureza social não têm prestígio entre os jovens, e que lhes falta atenção em relação às questões políticas. O discurso utilizado no senso comum é de que os jovens estariam sofrendo de certa indiferença moral, política, social e até intelectual.

Vários autores corroboram com a opinião de que a participação social e política dos jovens hoje é de pouca expressividade, assim como muitos também já escreveram sobre a crise da representação política, sobre a demanda crescente de uma nova política, e sobre a decomposição do sistema e a necessidade de sua recomposição (Cevipof, 1990; Missika, 1992; Putnam, 2001). Os jovens, em primeira linha, sofreriam mais marcadamente, como um tipo de “espelho agigantador” (Percheron, 1991), os traços de uma política de aparência distorcida (Müxel, 1997), estando assim, pouco interessados pelas causas comuns, apáticos e passivos diante do que está dado, e desacreditados em relação aos modos convencionais de se fazer política.

Regina Novaes resume como as transformações significativas na participação dos jovens podem ser percebidas atualmente:

⁴ Segundo critério etário da Organização Mundial da Saúde (OMS) são considerados jovens os indivíduos entre 15 e 24 anos de idade.

Para muitos pesquisadores e no senso comum, essa transformação é entendida como uma apatia da juventude de hoje em relação à política e a participação coletiva para mudanças sociais. Os jovens de hoje, de acordo com essa perspectiva, são considerados: consumistas (passivos diante da sociedade do consumo), individualistas (envolvidos em projetos individuais e não solidários), conservadores (e não progressistas), alienados (e não engajados), e apáticos (e não participativos) (Novaes, sem paginação, 2006).

Como afirma Anne Müxel (1997), de fato observa-se uma mudança nos interesses dos jovens e nas formas de participação política ao longo do tempo.

Udi Butler, Marcelo Princeswal e Roberta Abreu (2007) relacionam diretamente - mas não exclusivamente, a participação formal (militância política mais tradicional, movimento estudantil, setores jovens de partidos políticos), e as novas formas de participação centradas na sociedade civil (e especialmente nas organizações não governamentais), com o grau de democracia vivenciado no país. As transformações significativas na participação dos jovens em relação às formas tradicionais de organização política estariam atreladas às mudanças nos discursos e práticas que visam a inclusão participativa de jovens na esfera pública e no processo de desenvolvimento social nos últimos anos.

Desde o final dos anos 1980, segundo Ann Mische (1997), o movimento estudantil já começou a detectar uma percepção sobre a “nova mentalidade” que começava a se destacar entre os jovens. Mische atribui esta percepção principalmente a juventude do PC do B, que, ao observar que os interesses dos jovens estavam mais voltados para a cultura, o esporte, a ecologia e outras formas mais “leves e alegres” de participação social, começa a focalizar as novas aspirações e frustrações dos setores médios estudantis, nas escolas secundárias e nas faculdades públicas e particulares. Nas outras alas da militância, incluindo alguns setores do PT, surge uma discussão paralela sobre as novas preocupações dos jovens, não necessariamente concentradas nas universidades, porém mais dispersas nos movimentos sociais e sindicais, e nas expressões culturais das periferias.

Em sua pesquisa sobre a militância política de jovens nos anos 1990, Janice Tirelli Ponte de Sousa (1999) concluiu que o que os jovens buscam é o reconhecimento de sua individualidade. Para isso, o grupo no qual participam é colocado na condição de apoio a uma afirmação psicológica de insatisfações de natureza tanto social quanto psicológica. A autora explica que para esses jovens, fazer política não pode ser um ato que abafe a individualidade. Ao contrário, o coletivo deve incorporar a forma de ser de cada um.

Lucia Rabello de Castro e Jane Correa (2005), a exemplo, afirmam que a situação dos jovens referida como alienada, necessita ser melhor compreendida, uma vez que pode

significar na verdade novos parâmetros do que seja participar, possibilidade endossada por vários estudiosos do tema (Pais, 2000; Balardini, 2005; Abramo & Branco, 2005; Novaes, 2006).

Esta dissertação parte exatamente da necessidade de se compreender melhor como se dão hoje as formas de participação política, a partir da perspectiva dos jovens, e o significado atribuído por eles ao seu ingresso no movimento estudantil e em partidos políticos no Rio de Janeiro.

No âmbito da participação política juvenil, pode-se verificar, segundo Müxel (1997), que seus diagnósticos oscilam desde os anos 1960, entre percepções mais ou menos otimistas, mais ou menos pessimistas. A autora alerta para a armadilha das generalizações e *clichés*, e das receitas das manchetes de jornais, afirmando:

De acordo com o momento, eles frisam, um após outro, o retrato de uma geração em revolta, engajada e politizada, nos anos sessenta; depois “apática” e “despolitizada” no decorrer dos anos setenta até os finais dos anos oitenta, um episódio marcado pelo recuo e a frieza antes do ressurgimento de uma geração “moral” na época do movimento colegial-estudante de 1986; e finalmente de uma juventude “realista” e “pragmática” que dominou em seguida até os dias de hoje. Tais representações sucessivas não são indicadores apenas da qualidade dos laços entre os cidadãos e a política, mas também, dos interesses dominantes que estão em jogo na sociedade (Müxel, 1997, p.152).

Müxel afirma que em todos os tempos e em todos os lugares, o diagnóstico do relacionamento dos jovens com a política “suscita de uma forma muito particular o interesse e a curiosidade” (1997, p.152). Desse relacionamento, atesta a autora, depende o estado de saúde dos sistemas políticos e das organizações sociais:

Fundamentalmente, esta interrogação levaria à necessidade e, ao mesmo tempo, à dificuldade, de transmitir para as novas gerações, os poderes institucionais, reais e simbólicos, que instauram e legitimam o político. Reflexo e espelho e ao mesmo tempo, antecipação do futuro, a juventude cristalizaria, a partir dos próprios pressupostos que fundamentam sua identidade e sua especificidade - entre outras coisas, a inocência da mocidade, a força de suas motivações, a exigência das suas expectativas e de suas aspirações, ou ainda a necessidade de se tomar parte e se colocar na sociedade -, as condições da aceitabilidade ou da rejeição do sistema político vigente (Müxel, 1997, p.152).

Nessa direção, os estudos de Ronald Inglehart (1990), já previam uma mudança nos modos de participação política, traduzida em “um declínio da mobilização política dirigida

pelas elites e um crescimento de grupos orientados por questões contestatórias” (Inglehart, 1990, p.6; apud Müxel, 1997, p.156).

No caso brasileiro, no entanto, Ana Paula Araújo (2007) afirma que quando se fala em história política, os jovens ainda aparecem como coadjuvantes, privilegiando-se a visão dos sindicatos, partidos, imprensa, eleições, organizações de esquerda e associações políticas.

Não obstante, a questão “o jovem participa?”, e o problema representado pela afirmação de que “o jovem não participa”, são encarados pelas pesquisas nacionais e internacionais que apresentaremos ao longo deste capítulo, de forma a responder afirmativamente à questão, pondo em xeque a negação da participação dos jovens.

1.2 Juventude como categoria social

Para efeito do presente estudo a juventude é entendida como uma categoria socialmente construída, o que significa dizer que os jovens representam mais do que uma faixa etária, um grupo coeso ou um grupo social concreto. Ou seja, a juventude na visão aqui compreendida, não diz respeito a uma classe de indivíduos formada por pessoas de uma determinada faixa etária, de acordo com uma definição fisiológica, psicológica ou culturalista. Ao contrário, a juventude é entendida como uma representação sócio-cultural vinculada a uma dada situação social, isto é, uma criação simbólica a partir de situações particulares (Grosso, 2000; Pais, 1993). Novaes sugere na mesma direção a utilização do termo “juventudes”, no plural, na medida em que “diferentes grupos juvenis formam um caleidoscópio no qual se entrelaçam indicadores sociais reveladores” (2007, p.8). Isto implica em dizer que os jovens são afetados por fatores históricos, estruturais e conjunturais que determinam as vulnerabilidades e as potencialidades das juventudes (Novaes, 2007). Dentre estes fatores enfrentados pelos jovens hoje em sua realidade cotidiana, podemos citar as incertezas geradas pela efemeridade do presente, que desestabilizam visões e projetos de longo prazo; e a rarefação de suportes institucionais para a convivência. Tal enfrentamento é considerado em sua diversidade, uma vez que a própria condição juvenil não é vivenciada de maneira uniforme, levando-se em conta elementos como a origem social, os níveis de renda, as disparidades socioeconômicas entre campo e cidade e entre as diferentes regiões do país (Novaes, 2007).

Pais (1993) faz menção a dois diferentes sentidos dados ao termo juventude no âmbito da Sociologia da Juventude, que se refletem em duas tendências: a *geracional* e a *classista*. Na corrente geracional a juventude é entendida como um conjunto de indivíduos pertencente à

mesma fase de vida. Na corrente classista ela é considerada um conjunto social obrigatoriamente diversificado, na medida em que o pertencimento de classe e os atributos sociais vão distinguir fortemente as experiências juvenis. À idéia de diversidade se une a idéia de juventude como *processo* – que diz respeito aos modos de passagem para a vida adulta através da carreira familiar e do ingresso no mercado de trabalho, a partir da passagem da escola para o mercado de trabalho.

Ou seja, a juventude é compreendida como categoria social na medida em que aglutina semelhanças, mas igualmente diferenças sociais fundamentais entre os jovens (Pais, 1993). Estas distinções acabam por imprimir diferentes formas de participação social e política dos mesmos. A juventude atual, diferentemente dos jovens dos anos 1960, possui redes mais dispersas de socialização, formadas nas escolas públicas e particulares, nos lugares de trabalho, nos *shopping centers*, nas casas noturnas, nos bairros e ruas, e em outros espaços de lazer, cultura e sociabilidade (Abramo, 1992; Costa, 1993; Sposito, 1994). Ainda assim, de fato parece que sempre houve na história um contingente de jovens que busca engajar-se em movimentos de reivindicação política, que não abdicou de dizer, sentir e agir em comum (Castro e Correa, 2005). Araújo afirma ser mesmo “impossível pensar cenários políticos de ruptura e transição sem a presença e a atuação estudantis” (2007, p.15).

Decorre das considerações acima a utilidade da categoria juventude como socialmente construída, passível de abrigar diferenças e semelhanças no que diz respeito à participação e engajamento dos jovens em partidos políticos e no movimento estudantil. Ao vincular ainda a categoria juventude como processo, esta dissertação se propõe a analisar os significados atribuídos pelos jovens ao seu engajamento nos dois contextos descritos. Assim, importa compreendermos as formas e os significados dos modos de participação e engajamento juvenil para descrevermos o papel do reconhecimento social para os jovens.

1.3 Participação política e engajamento: a noção de engajamento de Jean-Paul Sartre

A participação em partidos políticos é um tipo de participação considerado “clássico” ou formal por Novaes (2007), e uma ação coletiva tradicional de engajamento cívico por Gabriel Almond & Sidney Verba (1981) e por Verba, Kay Schlozman & H. Brady (1996). Segundo Lucio R. Rennó (2003), partidos políticos são definidos como:

Associações de âmbito nacional, com claros objetivos políticos e voltadas para a defesa de interesses específicos. (...) participam diretamente do conflito político em nível nacional e são voltadas para a disputa alocativa de

recursos; são, por excelência, instrumentos de mediação de interesses coletivos organizados. (...) São voltadas para temas nacionais ou de classe (Rennó, 2003, p.72).

Do mesmo modo o movimento estudantil é uma forma de ação coletiva organizada, vinculada necessariamente a assuntos políticos, voltada para temas tanto locais quanto nacionais e de classe (a classe estudantil). Cabe citar que, desde o surgimento do movimento estudantil brasileiro até os dias atuais, a maioria absoluta de seus integrantes participa também de partidos políticos (Araújo, 2007).

Tanto a participação em partidos políticos quanto a participação no movimento estudantil podem ser consideradas participações políticas, segundo a definição de Castro e Correa, para quem a participação política é um tipo de participação realizada “de forma coordenada e sistemática cujo fim deliberado visa promover novas visões de mundo” (2005, p.18). As autoras consideram ainda que a participação política não é algo dado, mas sim, constrói-se na prática. Também compreendem espaços de participação política os sindicatos, as associações cívicas, os fóruns e conselhos de direitos, dentre outros.

A prática da participação política está profundamente atrelada ao termo “engajamento”. Tanto na literatura sobre o assunto quanto no senso comum, diz-se dos jovens dedicados a uma causa (política, social, cultural, ecológica, etc.) que são “engajados”.

O engajamento pode ser entendido a partir de diferentes perspectivas de estudo, como, por exemplo, as perspectivas histórica, sociológica, literária e filosófica. E embora obviamente tais perspectivas partam de fundamentações e estruturas distintas, podemos perceber entre elas semelhanças e pontos em comum em relação ao que definem como “engajamento”.

Segundo o historiador Antoine Prost (1998), o engajamento é um comportamento típico do século XX, uma vez que nesse século, todos os impedimentos ao direito de associação e expressão caem por terra. A também historiadora Michelle Perrot (1998), correlaciona o engajamento ao sentimento de intolerância diante da injustiça e à indignação provocada pela arbitrariedade. Nas palavras de Perrot:

Esse sentimento de uma responsabilidade pela infelicidade do mundo, torna urgente “fazer alguma coisa”, supõe uma representação da sociedade como uma soma de relações interdependentes sobre a qual é possível agir (Perrot, 1998, p.6).

Para a autora, o indivíduo dito engajado é o que se mobiliza em torno de objetivos políticos, seja a luta pela garantia das liberdades democráticas, pelos direitos dos cidadãos,

contra as ditaduras, pela reunião ou separação dos territórios de uma nação, em defesa da classe operária, em defesa dos oprimidos, ou tantas outras lutas.

A socióloga Alzira Alves de Abreu (2000) igualmente define o engajamento como uma atitude pessoal, por tratar-se de uma decisão voluntária: o engajamento político significa a adesão a uma ideologia e o exercício de uma atividade organizada no interior de um partido ou movimento.

Ligado à perspectiva da literatura, o crítico francês Benoit Denis em sua obra *Literatura e Engajamento: de Pascoal a Sartre* (2002), mostra uma concepção ampla do termo:

Engajar, no sentido amplo e literal, significa colocar em penhor; engajar-se é, portanto, dar a sua pessoa ou a sua palavra em penhor, servir de caução e, por conseguinte, ligar-se por uma promessa ou juramento constrangedor (Denis, 2002, p.32; apud Carneiro e Teixeira, 2006, p.5).

Na concepção de Denis, uma das primeiras postulações sobre o significado do que seja uma literatura engajada, o engajamento significa uma participação plena, e esta se faz pela conscientização do pertencimento a uma sociedade e a um momento histórico e político, o que exige assumir o papel de agente ou atuante, em substituição ao papel de espectador. Assim define o autor: “o escritor engajado entende participar plenamente e diretamente, a partir de suas obras, no processo revolucionário, e não mais simbolicamente” (Denis, 2002, p.25; apud Carneiro e Teixeira, 2006, p.5). Percebe-se que a acepção filosófica do engajamento traz correspondência com a perspectiva literária, acima descrita. Segundo tal acepção, seria impossível ao filósofo iniciar e terminar seu trabalho sem levar em conta o contexto que o cerca (Santos, 2005, p.22).

O filósofo Jean-Paul Sartre (1987) dedicou especial atenção à noção de engajamento, um dos pontos principais de sua filosofia existencialista⁵. Segundo o autor, o engajamento compreende a possibilidade de o homem dar um sentido real a sua existência, uma vez que, para Sartre, a consciência humana está intrinsecamente ligada ao mundo. Estar engajado, portanto, na perspectiva de Sartre, significa estar situado na realidade que nos circunda, e da qual fazemos parte: ser engajado é participar de um conjunto de valores, atitudes, e de um processo de formação de identidade. O modelo de engajamento em Sartre enfoca os casos

⁵ “Sartre pode não ter sido o primeiro existencialista, mas foi o primeiro a aceitar publicamente o rótulo. (...) nas mãos de Sartre o existencialismo se transformou numa revolta contra os valores burgueses europeus arruinados pela Segunda Guerra. A habilidade de Sartre para desenvolver idéias filosóficas não encontrou rivais no século XX, mas ele fazia isso mais com o brilhantismo da imaginação do que com rigor analítico. O resultado é que foi descartado com desprezo por muitos pensadores ortodoxos, segundo os quais nem ele nem o existencialismo tinham coisa a ver com a ‘verdadeira’ filosofia” (Strathern, 1999, p.8).

intermediários entre o conformismo e a revolta, tendo como preocupação a transformação. O autor acredita que o indivíduo possui um considerável poder de decisão sobre os produtos da história (Sartre, 1987).

Atrelada ao conceito de engajamento na obra sartreana, está a idéia de compromisso. Segundo Sartre, a idéia de compromisso orienta um projeto de vida. Isto é, o indivíduo se compromete em um projeto de ação efetiva muito maior do que meras ações esporádicas sem um objetivo determinado. Tal engajamento deve ser entendido em seu sentido existencial, ou seja, como visão de mundo, o que representaria, segundo Sartre, a base para a efetiva transformação do que está estabelecido, a partir de uma mudança individual concreta. Para o autor:

A liberdade à qual o homem está condenado, (...) não equivale a estar solto na amplidão ou fazer aquilo que vem à cabeça, é preciso pôr sobre os ombros o peso do mundo inteiro, (...) a responsabilidade da escolha de si envolve todos os homens (Santos, 2005, p.11).

O primeiro exemplo de engajamento histórico apresentado por Sartre é a revolta dos camponeses alemães, no ano de 1525, a qual acabou representando na verdade um ganho para os príncipes⁶. Com este exemplo, Sartre postula o princípio de que o projeto nem sempre coincide com o resultado do engajamento, explicando que certamente os homens não medem o alcance real do que fazem. Ao analisar o modelo de engajamento de Sartre, Roberval de Jesus Leone dos Santos afirma que “o engajamento somente pode ser medido em termos de grau, nunca de efetividade social ou em termos absolutos” (Santos, 2005, p.10).

De qualquer forma, Sartre afirma que os fins particulares do engajamento ou suas razões, devem ser levados em conta, pois “é preciso ir mais longe e considerar em cada caso o papel do indivíduo no acontecimento histórico” (Sartre, 1987, p.168). Ele enfatiza nas manifestações do engajamento, a subjetividade, o particular e a especificidade de cada ato do homem ao engajar-se. Santos resume da seguinte maneira os três conceitos fundamentais para Sartre no desenrolar do engajamento:

Há, inicialmente, a *zona de instrumentos*, ou seja, os elementos materiais capazes de fazer o corpo abstraído sair da inércia, arrancar (para a construção do intuito); há a *zona de influência*: nenhum plano, quando o indivíduo empreende o acontecimento, isola-se nele, mas contagia tudo o que está em seu redor. Finalmente, a *zona dos homens* (inclui o indivíduo), pois que qualquer projeto, mesmo o mais particular ou, se quiseres, egoísta, pode lograr vitória ou desabar sem a intervenção do outro. Todo projeto precisa fatalmente dessas três zonas (Santos, 2005, p.11).

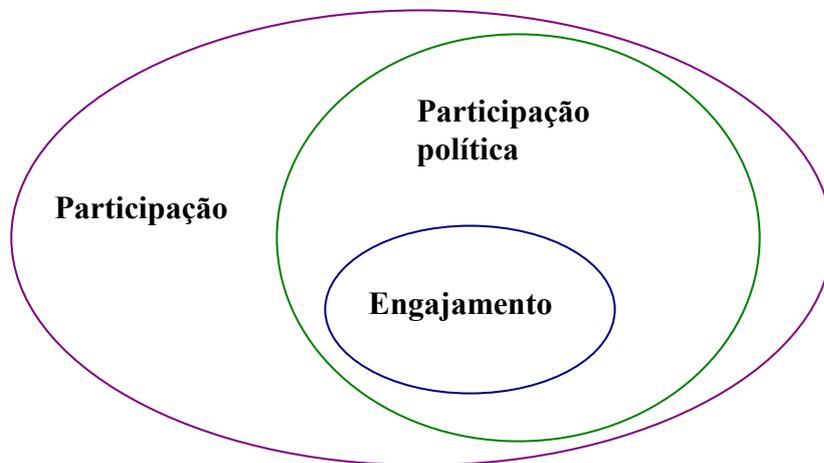
⁶ A revolta dos camponeses alemães inicia as guerras de religião. Em nome da nova teologia, agrupadas pelas novas idéias luteranas contra a velha estrutura de poder religioso-imperial, morreram entre cinqüenta e cem mil pessoas (Calatayud y Salom, 2005).

Na definição de Sartre, o engajamento enquanto práxis e conceituado em termos de grau, indica que há mesmo ao longo da história, épocas de grande efervescência e épocas de aparente estabilização (Santos, 2005).

Vimos, portanto, que o engajamento pode ser entendido a partir de diferentes perspectivas de estudo (filosofia, sociologia, história, literatura, etc.), e que há pontos em comum nas visões dos autores citados.

A diferenciação entre o termo engajamento e o termo mais vasto “participação” (ainda que caracterizada como política, social, cultural, etc.) é baseada na seguinte sistematização das concepções dos autores estudados: o engajamento é definido aqui como a adesão voluntária de alguém a uma ideologia ou conjunto de idéias, atrelada necessariamente a dedicação desse alguém à causa em questão por meio de uma ação concreta, organizada e sistemática, tendo em vista a efetiva transformação do que está estabelecido, numa tentativa de mudança das relações sociais, ou como busca emancipatória.

Os termos “participação”, “participação política” e “engajamento”, podem ser visualizados de acordo com a figura abaixo (o termo “participação política” poderia ser substituído na figura por qualquer outro tipo de participação, “social”, “cultural”, etc.):



Abordaremos, a seguir, a participação política⁷ juvenil em dois momentos históricos: dos anos 1960 até os anos 1990, e dos anos 1990 até os dias atuais. A década de 1960 é tomada como parâmetro por comumente representar o retrato de uma geração engajada e

⁷ Para fins do presente estudo, privilegiaremos neste capítulo o termo “participação política”, uma vez que é o mais empregado pelos autores e pesquisas consultados. As considerações sobre o “engajamento” serão mais úteis no Capítulo V, referente à análise do material empírico, pois a abordagem deste termo, como vimos, demanda informações sobre as motivações pessoais dos sujeitos em questão, o que foi possível apreender através das entrevistas com os jovens.

politicizada, no âmbito dos diagnósticos da participação política juvenil (Müxel, 1997). Já a década de 1990, por representar o período de consolidação da democracia, com o fim da ditadura militar nos anos 1980, e a abertura de espaços alternativos para a participação política (Miche, 1997).

Cabe enfatizar, entretanto, que a comparação entre o jovem “engajado” da década de 1960 e a juventude atual, aqui apresentada, diz respeito aos diferentes contextos históricos nos quais foram gerados.

1.4 Panorama da participação política dos jovens dos anos 1960 até os anos 1990 na literatura internacional

A presença dos jovens tem sido marcante na tomada de posição política ao longo do tempo.

Nesse sentido, Araújo (2007) assegura o papel político relevante que os jovens têm tido, em diferentes momentos históricos e em distintas sociedades:

Às vezes mais pacíficos, às vezes nem tanto, outras vezes de uma combatividade ostensiva. Às vezes empunhando faixas, cartazes e gritando palavras de ordem. Outras vezes atirando pedras e coquetéis molotov, erguendo barricadas, arrancando paralelepípedos das ruas e enfrentando as forças policiais. Organizados de diversas maneiras: em entidades estudantis, associações de caráter ideológico, organizações políticas clandestinas. Não é possível pensar nenhum tipo de insurreição, de resistência, de confronto político sem eles (Araújo, 2007, p.15).

Em diversas sociedades e contextos históricos, podemos identificar o enfrentamento de jovens contra o autoritarismo, seja por meio de lutas, denúncias, passeatas, distribuição de periódicos, enfrentamento de tropas policiais e até utilização de armas. Segundo Araújo: “eles parecem ser, em muitas sociedades, o último reduto de coragem e indignação” (2007, p.17). Podemos mencionar resumidamente alguns desses momentos históricos protagonizados pela juventude.

No Hemisfério Norte, por exemplo, Araújo cita a luta pela unificação alemã no século XIX, onde os jovens estudantes organizavam-se em sociedades secretas, com suas flâmulas, códigos e hinos próprios. Também na Rússia czarista, grupos anarquistas, os *narodniks*, eram formados por estudantes e realizavam atentados contra a família real e as altas autoridades russas.

Em Cuba, a revolução de 1959 tentou efetivar a mudança social e o crescimento econômico simultaneamente, optando pelo comunismo, com ampla adesão dos jovens nesse período.

Na França, em maio de 1968, a história assistiu a uma mobilização juvenil tão poderosa a ponto de se alastrar por toda a Europa e pelo mundo, alçando o movimento estudantil à condição de importante protagonista político no século XX. Assim descreve Araújo:

“A imaginação no poder” e “é proibido proibir” foram as palavras de ordem do Maio de 68 francês que mostravam a insatisfação dos jovens com a política e seu desejo de mudar o mundo e a racionalidade ocidental padronizada pela moral e pelos bons costumes (Araújo, 2007, p.15).

Nos países do Leste Europeu, em muitos casos, jovens iniciaram levantes populares, como por exemplo, a Primavera de Praga, em 1968. Na Polônia, já na década de 1980, o movimento Solidariedade, de denúncia contra o autoritarismo soviético, recebeu a adesão imediata de jovens estudantes universitários e secundaristas (frequentemente com apoio de seus professores). Na China a atuação juvenil em protesto contra as autoridades foi igualmente marcante.

Em Berkeley, nos Estados Unidos, os jovens universitários iniciaram um vigoroso movimento contra a guerra do Vietnã, entre os anos de 1960 e 1970, simultaneamente à proposição de um novo estilo de vida baseado no binômio “paz e amor” (*make love not war*).

1.5 Panorama da participação política dos jovens dos anos 1960 até os anos 1990 na América Latina e no Brasil

Também entre as décadas de 1960 e 1970, na América Latina, jovens universitários e secundaristas abandonavam os bancos escolares para transformarem-se em guerrilheiros contra as ditaduras militares.

Em uma análise de fundo referente ao contexto onde se dava a participação política juvenil nos anos 1960 e 1970 na América Latina e no Brasil, Bernardo Kliksberg (2006) afirma que, a despeito de vários problemas, havia um crescimento econômico com grande capacidade de mobilidade social. Os anos de estudo escolar representavam uma real possibilidade de ascensão social e significativa inserção econômica.

As pequenas e médias empresas eram factíveis em mercados em crescimento e havia políticas estatais que as protegiam. As profissões liberais tinham um campo crescente perante a classe média que se ampliava.

O Estado estava em expansão e o emprego público era um atrativo interessante (Kliksberg, 2006, p.50).

Na visão de Abreu (2000), este período foi marcado por um movimento cultural de grande criatividade tanto na música popular, como no teatro, no cinema e na literatura. A autora afirma que estes anos foram ricos em movimentos políticos que pregavam a revolução socialista, o fim das desigualdades e da miséria: “havia uma grande mobilização dos intelectuais, artistas e jovens, que estavam engajados em movimentos para a mudança da sociedade” (Abreu, 2000, p.3).

Ser engajado no Brasil, nos anos 1960 e 1970, segundo Abreu, representava participar de ações que almejassem uma sociedade mais justa. Para isso, tornava-se primordial derrubar os militares do poder e implantar um regime democrático ou socialista. Ainda segundo a autora, neste último caso, estavam os filiados aos movimentos ditos de esquerda (entre outros, o Partido Comunista Brasileiro, PCB, e o Partido Comunista do Brasil, PC do B) e também aos movimentos revolucionários de guerrilha que se formaram ao final dos anos 1960. Afirma Abreu:

As experiências e as ações internacionais como a revolução cultural da China, a guerra do Vietnã, a ação guerrilheira de Cuba e de Che Guevara e o movimento de maio de 1968 na França, foram sem dúvida influências que marcaram as opções dos jovens brasileiros diante de um quadro político interno que não abria espaço para a expressão de posições políticas contrárias ao regime. Havia um choque ideológico no mundo, o que obrigava as pessoas a tomar posições a favor ou contra (Abreu, 2000, p.4).

A redemocratização da sociedade brasileira ao final dos anos 1980 veio acompanhada de vestígios de autoritarismo, especialmente visíveis para os estudantes na resistência de muitas direções escolares aos Grêmios estudantis e na repressão às greves de professores. Nesse período, segundo Mische (1997), os jovens viviam a ansiedade da inflação crônica, junto com uma recessão econômica que sufocou as aspirações de muitos deles, provenientes de diversas classes sociais.

Kliksberg assinala, nesse período, a quebra maciça de pequenas e médias empresas, a concentração financeira e econômica, a forte redução do papel do Estado, a contração da classe média e dos salários. A mobilidade social foi substituída por “uma rigidez social pronunciada e por processos de mobilidade social decadente, que deram origem a uma nova classe social: ‘os novos pobres’” (Kliksberg, 2006, p.51).

O retorno ao governo civil no Brasil foi vivenciado concomitantemente a uma desilusão política com o socialismo, marcada pelo choque da desagregação do regime comunista, do desprestígio da ideologia marxista e do fim das utopias de construção de um

mundo mais justo e igualitário. Na chegada ao final do milênio, as novas formas de mobilização social deram-se paralelamente a uma menor legibilidade das clivagens entre a esquerda e a direita e a um recuo do sentimento de pertencimento, o que fez com que a distinção esquerda-direita fosse considerada ultrapassada para julgar as tomadas de posição política⁸.

Mische (1997) defende a idéia de que a “ambivalência forte sobre a política”, o ceticismo sobre a possibilidade de mudanças institucionais, o aparente torpor e uma tendência à paralisia política atribuídos aos jovens, devem-se, sobretudo, a este panorama histórico. “Mas só um julgamento apressado poderia admitir o declínio do engajamento em sentido geral” (Santos, 2005, p.1). Mische afirma que essa ambivalência não significa necessariamente que os jovens fossem acrílicos ou apáticos. Ao contrário, representou o início de uma diversificação da participação política dos mesmos, reafirmando sua capacidade de “transformar suas críticas sociais - muitas vezes agudas - em ação coletiva” (Mische, 1997, p.144).

1.6 As mudanças na participação política dos jovens a partir da década de 1990

É nesse contexto histórico, marcado também pela consolidação de espaços alternativos para a participação política (movimentos populares e anti-discriminatórios, organizações não-governamentais e associações profissionais, dentre outros), que surge o fenômeno da “militância múltipla” (Mische, 1997). Isto é, de jovens que são simultaneamente lideranças no movimento estudantil, nos partidos políticos, nos grupos de igrejas, ou em outros movimentos e organizações.

Outra característica da participação política dos jovens a partir dos anos 1990, segundo Sousa (1999), é seu empenho em instituir nos grupos a informalidade e a reivindicação de um relacionamento “leve”. Rir, divertir-se, ser feliz na militância, é o contrário da nostalgia:

Introspecção e desmedido altruísmo são vistos como sentimentos desenvolvidos em práticas políticas passadas, que para eles não cabem mais em um tempo em que a preservação das individualidades, embora sob controle social, são aceitas como legítimas (Sousa, 1999, p.194).

⁸ Não obstante, os estudos de Michelat (1990) mostram que a coerência e a correspondência entre as posições no eixo esquerda-direita, e as dimensões do universo sócio-político permanecem globalmente verificadas. No Brasil, a ideologia da esquerda, de conteúdo econômico e social, propagada durante o século XX foi absorvida pelos políticos de direita e pela classe dirigente. Atualmente, tanto a antiga esquerda como a direita reivindicam para si a defesa dos excluídos, dos pobres, dos não-cidadãos, e defendem “a moral dos bons sentimentos” (Abreu, 2000, p.11).

Sousa (1999) constatou que a militância é definida pelos jovens como uma dedicação à elaboração de projetos sociais que acabam por fazer parte de suas vidas, e que representam a possibilidade de identificação com o grupo e o reconhecimento social de sua existência. Segundo a autora, para os jovens dos anos 1990, atuar é um projeto de vida, ainda que sob diferentes formas: a militância atribui um papel social à sua juventude.

Um indicativo das novas formas de organização da participação juvenil contemporânea, segundo Novaes (2007), é o recurso à “ação imediata no espaço público”. Outras características, observadas pela autora, dizem respeito a uma combinação entre categorias como auto-estima e solidariedade, formando uma equação inédita e histórica entre motivações pessoais, que partem do subjetivo, mas não ficam restritas a questões de foro íntimo, e motivações coletivas, que exigem objetivação. Afirma Novaes:

Com efeito, para esta geração juvenil ampliam-se as possibilidades de engajamento social a partir de sentimentos gerados na esfera da vida privada (medo de sobrar, medo de morrer, insegurança, desconexão, indignação). Não por acaso, observando o conjunto das consignadas formas de organização juvenis, notamos que questões relativas à sexualidade (outrora inerente à vida privada, proscrita no campo da participação política) são hoje levadas ao espaço público tanto por meio do combate ao machismo e à homofobia, quanto por meio da categoria “direitos reprodutivos” (2007, p.15).

As novas formas de participação política dos jovens são demonstradas em pesquisas nacionais e internacionais realizadas nas últimas décadas.

Estas pesquisas revelam que há uma transformação nas formas de participação e engajamento político da juventude, profundamente relacionada com as mudanças no contexto sócio-histórico.

Passemos a apresentação de três pesquisas em âmbito internacional, e em seguida, quatro grandes pesquisas nacionais abordando as principais tendências atuais da participação política juvenil.

1.7 Tendências atuais da participação política dos jovens na literatura internacional

A pesquisa de Anne Müxel, *L'Engagement Politique: déclin ou mutation?*, publicada em Paris em 1994 e no Brasil em 1997, estudou as condições da entrada na política de jovens parisienses nascidos em 1968⁹. O estudo evidencia que os jovens têm uma visão crítica da

⁹ A pesquisa compreendeu uma parte quantitativa e outra qualitativa. Na pesquisa quantitativa o período de observação foi relativamente longo, entre 18 e 25 anos, ou seja, por volta de sete anos, a fim de captar as formas

política como vem sendo realizada pelos adultos. Segundo Müxel, a visão crítica dos jovens se dá “não sem algum surto de idealismo em suas expectativas” (1997, p.154-155). Estes jovens possuíam diferentes níveis de interesse pela política, assim como tipos de orientação e de filiações partidárias diversos, além de apelarem mais para a competência e para a boa vontade do que para a ideologia política. O reforço da democracia direta é muito vivamente reclamado por eles, que gostariam que houvesse uma participação maior da população em geral, no mundo político.

Segundo a pesquisa, “a política está posta à prova dos fatos” (Müxel,1997, p.153). A perda da credibilidade das personalidades assim como das instituições políticas, é um elemento recorrente no conjunto dos discursos. O mundo político é percebido pelos jovens como um mundo “paralelo” ao qual eles têm cada vez mais dificuldade de se identificar e de se situar. Entretanto, ao mesmo tempo em que os jovens expressam um pessimismo rigoroso em relação a eficácia e a legitimidade da política atual, igualmente explicitam expectativas fortes e ambiciosas para com ela (Müxel,1997, p.154). Ou seja, os jovens revelam alto nível de exigência em relação à política.

O estudo também identifica que parte das expectativas dos jovens refere-se a melhorias na comunicação entre as pessoas e na difusão de informações. Afirma a autora: “resumindo, a política serviria o sonho de uma comunicação verdadeira entre todos e entre todas, os dominantes e os dominados, em nível local ou em escala planetária, no respeito às diferenças das culturas e das individualidades” (Müxel,1997, p.156).

A pesquisa também mostra uma tendência à intensificação da participação: esta estaria cada vez mais orientada por ações pontuais e objetivadas, de acordo com os interesses específicos de certos grupos, certas categorias sociais, ou até mesmo em função de comunidades constituídas por interesses individuais.

Segundo Müxel, a juventude pode estar anunciando talvez as condições de emergência de uma “nova moral política”: dignidade e transparência, coesão antes que coerção, unidade e respeito às diferenças, comunicação e reforço da democracia, maior eficácia e controle sobre a realidade concreta dos problemas a serem tratados e uma restauração do valor do

de passagem do estado de cidadão de direito ao estado de cidadão ativo. Esta metodologia permitiu seguir a evolução das primeiras escolhas dos jovens e medir sua durabilidade no tempo. Para a parte qualitativa foram realizadas trinta entrevistas aprofundadas. Os entrevistados situavam-se em diferentes classes sociais e possuíam escolaridades e situações de emprego variadas. Até 1994, cinco etapas de pesquisa foram realizadas: novembro-dezembro de 1986, maio de 1988, março de 1989, março de 1992 e março de 1993. O painel constituído contém 11.200 (onze mil e duzentos) jovens de 23 a 24 anos, a maioria vivendo na região parisiense, sendo metade assalariada e a outra metade de estudantes. (Müxel, 1997, p.152).

engajamento. “Tantas palavras de ordem que, por detrás de seu idealismo aparente, redefinem as condições de restauração entre os jovens cidadãos e a política” (Müxel, 1997, p.156).

A pesquisadora Pippa Norris, da universidade de Harvard, em dois artigos, de 2003 e 2004, analisa a participação política de jovens entre 18 e 29 anos, de 15 países europeus¹⁰. Ela afirma que o ativismo político da juventude tem aumentado em lugar de diminuir. A pesquisa constatou que os jovens europeus têm um senso maior de eficácia política do que os cidadãos de maior idade, tanto eficácia objetiva (no sentido de reconhecer que o governo responde a seus interesses), como subjetiva (de que as pessoas podem influir na política e no governo) (Krischke, 2004).

Norris indica que tem havido entre a juventude uma mudança qualitativa nas modalidades de participação política, das formas mais formalizadas e convencionais, para outras de caráter mais espontâneo, associativo e não convencional. A pesquisa define como “ativismo convencional” (*campaign activism*) as formas tradicionais de atuação política (em partidos, nas eleições), e como “ativismo não convencional” (*cause-oriented*) atividades como a assinatura de petições e manifestações diversas¹¹. O estudo indica que os jovens entre 18 e 23 anos aderem mais ao “ativismo não convencional” (em relação aos jovens entre 24 e 29 anos, e em relação aos maiores de 30 anos); enquanto que os jovens entre 24 e 29 anos, desempenham em maior número o “ativismo convencional”. A pesquisa explica esta diferença, afirmando que a participação dita convencional exibe um padrão curvilíneo em todas as sociedades estudadas, resultante do ciclo da vida – com os grupos mais jovens tornando-se gradualmente mais engajados em partidos e eleições, na medida em que amadurecem. Além dos subgrupos de idade, outros três fatores influenciam na escolha entre o ativismo convencional e o não convencional, segundo Norris: quanto maior o tempo de moradia nas comunidades locais, maior escolaridade e maior nível de renda dos jovens, maior adesão ao tipo convencional. A pesquisa com o total da população dos 15 países revelou que o ativismo convencional tinha como principais expoentes os homens jovens de até 29 anos, com maior escolaridade e renda. Estes demonstram maior interesse que a média do eleitorado pela

¹⁰ Entre eles há sete democracias consolidadas (Inglaterra, Holanda, Suécia, Noruega, Finlândia, Irlanda e Suíça); quatro países mediterrâneos de democratização mais recente (Espanha, Portugal, Grécia e Israel); e quatro da Europa central que apenas começaram a democratização no início dos anos 1990 (Hungria, Polónia, Eslováquia e República Tcheca). São utilizados os dados do *European Social Science Survey* de 2002 (Krischke, 2004).

¹¹ Das sete pesquisas aqui apresentadas, versando sobre a participação política dos jovens (entre outros temas), esta e a pesquisa do IBASE e PÓLIS (2005), abordada mais adiante, são as únicas que apresentam um exercício de conceituação sobre o termo participação política. As demais apresentam os dados sobre a participação política juvenil sem no entanto conceituar este termo.

política, maior vinculação partidária, forte senso de eficácia subjetiva e responsabilidade cívica (Krischke, 2004).

Norris conclui: “as energias políticas da geração mais jovem têm se expandido através da participação não-convencional, em lugar de simplesmente regredir à ‘apatia’ ou ‘apoliticismo’, como erroneamente previam os estudos usuais sobre o tema” (Norris, 2004, p.19). Sobre o estudo de Norris, Krischke esclarece:

Longe de representar apenas a elite sócio-econômica e político-cultural da juventude mundial, a amostra estudada por Norris retrata as tendências mais gerais da juventude, face às novas (e também às velhas) formas de política, que podem estar presentes em muitas partes do mundo, inclusive no Brasil (Krischke, 2004).

A pesquisa *A participação política dos jovens em Québec: questionamentos e vias de pesquisa*, de Gravel (2005), igualmente concluiu que na sociedade contemporânea, a participação política dos jovens é efetiva. E que esta se dá principalmente nos grupos ou organizações cujas causas estejam orientadas “de maneira direta e imediata para a defesa dos interesses dos próprios jovens, ou para o bem-estar da coletividade da qual participam, a partir de múltiplas formas de engajamento segundo graus também diversos de implicação” (2005, p.30).

Gravel indica que entre os valores que motivam a participação política dos jovens atuantes nos quatro principais partidos políticos do Québec está a defesa dos interesses dos próprios jovens:

As causas mencionadas por eles, com frequência, dizem respeito às despesas com os estudos, ao futuro do trabalho, ao receio de ter de sustentar os mais velhos e de não ter meios para isso. As reivindicações giram também em torno das necessidades de ajuda às jovens famílias, em particular no que se refere à conciliação família-trabalho (2005, p.84).

O estudo também revela que “a questão do meio ambiente” está no centro das ações políticas dos jovens quebequenses. Outros temas importantes para os jovens, apontados na pesquisa, são: a questão dos direitos, entre os quais ser ouvido e o de exprimir-se; a questão dos direitos dos outros, que se exprimem na diferença cultural. Gravel conclui:

O que impressiona nesse estudo é a amplitude da tomada de consciência de causas que ultrapassam o âmbito nacional e a importância que os jovens entrevistados atribuem às questões que têm uma inserção ou uma incidência nos problemas locais e de proximidade. Mas também que os jovens inscrevem sua participação política, em primeiro lugar, por meio das práticas e questões que lhes são próprias e que não se manifestam, necessariamente, no âmbito do modo parlamentar democrático, em vigor no Québec e no Canadá (2005, p.85).

Vejam agora o que revelam também algumas pesquisas nacionais sobre a atual participação política juvenil.

1.8 Tendências atuais da participação política dos jovens na literatura nacional

Estudos nacionais com metodologias participativas nos últimos cinco anos, destacaram as opiniões dos jovens sobre diferentes assuntos. São eles: o estudo do Instituto de Estudos da Religião (ISER, 2002); o do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas e Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais (IBASE e PÓLIS, 2005); o estudo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2006); e por fim o estudo realizado através da parceria entre o Fundo das Nações Unidas para a Infância, o Instituto Ayrton Senna e a Fundação Itaú Social (UNICEF / IAS / FIS, 2007).

Na pesquisa realizada pelo ISER, denominada *Jovens do Rio: circuitos, crenças e acessos*, de 2002, foram ouvidos 800 jovens moradores de diferentes bairros do município do Rio de Janeiro. Constatou-se que a maioria dos jovens (56%) votaria mesmo que o voto não fosse obrigatório, sendo a escolaridade um fator diretamente ligado a essa porcentagem, haja visto que quanto maior a escolaridade, maior o desejo de votar:

Votariam se não fosse obrigatório, 43,3% dos que têm até o primário completo, 56,9% dos que têm 1º grau completo, 58,4% dos que têm 2º grau completo e 72,4% dos universitários (ISER, 2002, p.64).

Entre os jovens que se identificam com algum partido político, o mais citado foi o PT (13,1%), seguido do PDT (2,5%). A identificação dos jovens com outros partidos de esquerda (Comunistas, PSB e PSTU) representa apenas 0,8% do total. Já os partidos PFL¹², PMDB, PRONA, PSC, PSDB e PTB alcançam somados a identificação de 4,2% dos jovens.

A pesquisa revela que a participação dos jovens em espaços coletivos se dá principalmente através de grupos ou de movimentos vinculados a igrejas (69,1%), e concentra jovens de até 20 anos, em sua maioria (70%). O movimento estudantil também conta com a participação de um número expressivo de jovens. Do total de entrevistados, 48,2% participam ou já participaram deste movimento. Este resultado vai de encontro à afirmação de Mische (1997), de que o movimento estudantil perde seu monopólio na mobilização juvenil com a

¹² Atual DEM, denominado ainda PFL à época da pesquisa de campo que originou as entrevistas utilizadas nesta dissertação.

crise da esquerda, com o fim da ditadura como fator unificador e com a abertura de espaços alternativos para a participação política. Jovens com algum interesse político certamente agora podem escolher entre muitas formas alternativas de militância, incluindo movimentos populares e anti-discriminatórios, organizações não-governamentais e associações profissionais, mas ainda assim, há significativa concentração de jovens no movimento estudantil. Outro dado da pesquisa é que a participação no movimento estudantil se concentra mais entre os jovens entre 18 e 20 anos (52,7%), do que em relação aos jovens entre 15 e 18 anos (46,8%) e entre 21 e 24 anos (43,9%).

Outros espaços de participação dos jovens segundo o estudo, são: 20,3% afirmam ter participado ou participar de movimento ecológico ou ambientalista; 17,5% participam ou já participaram de atividades comunitárias em associações de moradores, 9,8% de partidos políticos e 7,6% fazem ou já fizeram trabalho voluntário em ONGs.

A princípio poderíamos achar interessante notar que embora menos de 10% da participação seja voltada para os partidos políticos, ainda é maior do que a participação em ONGs, que poderia ser considerado um nicho mais atraente atualmente para os jovens. No entanto, o estudo mostra que, entre os espaços em que os jovens mais gostariam de participar, os movimentos ecológicos e comunitários são os que mais despertam o interesse dos jovens, e os partidos políticos os que despertam menos interesse. A pesquisa mostra ainda que:

As instituições que os entrevistados mais confiam são a escola e a igreja. As associações de moradores vêm em terceiro no grau de confiança, e em quarto, os meios de comunicação. As três instituições que os jovens menos confiam são o Congresso Nacional, o Governo Federal e, por último, a polícia (ISER, 2002, p.67).

É interessante notar que são os jovens que já participaram ou que participam de partidos políticos aqueles que menos confiam no Congresso Nacional. Foi constatado também na pesquisa, que “ter uma ideologia ou crença política” é considerado muito importante para 25% dos rapazes e para 18,7% das moças em geral, e mais importante para os jovens das classes D, C e B, respectivamente.

Outra pesquisa de abrangência nacional foi a denominada *Juventude Brasileira e democracia: participação, esferas e políticas públicas* (IBASE e PÓLIS, 2005), englobando sete regiões metropolitanas brasileiras e o Distrito Federal. Foram aplicados 8.000 questionários e realizados grupos de diálogos com 913 jovens de 15 a 24 anos, de ambos os sexos. Dentre as pesquisas nacionais esta é a única que apresenta um exercício de definição do que considera “participação política”:

A participação política da juventude ocorre por meios que vão além do voto. Esse engajamento também se dá na atuação firme e direta em partidos políticos, organizações estudantis, conselhos, ONGs e movimentos sociais, ou seja, em instituições que organizam a sociedade e controlam a atuação dos governos (IBASE e PÓLIS, 2005, p.49).

Na pesquisa são apontados os prós e os contras da participação política como acima definida (mesmo por aqueles que não participam politicamente). Os prós relacionados foram: “levar diretamente ao Governo”; “a juventude tem mais força”; “possibilita denúncias sobre irregularidades e desvios de verbas públicas”; “tem legibilidade dentro das instâncias políticas deliberativas”; e “possibilidade de abertura de canal direto com o poder público”. Já os contras relacionados foram: “descrença nos políticos que são incorretos e compram votos”; “descrédito nos resultados das ações”; “compete com a sobrevivência, com a necessidade de trabalhar e ganhar o sustento”; “a compreensão acerca da política se restringe à atuação partidária”; e finalmente, “exige muito tempo do jovem” (IBASE e PÓLIS, 2005, p.50).

Os resultados mostraram que os jovens vêm com descrédito boa parte dos políticos no país, devido “ao círculo vicioso da corrupção; ao clientelismo; à burocratização das organizações e à falta de compromisso dos políticos com a realização de suas promessas” (IBASE e PÓLIS, 2005, p.52).

Também consideram que aos jovens é dado um papel reduzido nas esferas de decisão política, e concordam quanto ao risco de manipulação dos mais velhos sobre os mais jovens no âmbito da política. A frase “a maioria dos políticos não defende os interesses da população” obteve a concordância total de 64,7% dos jovens entrevistados; 17% disseram concordar parcialmente; 8,5% discordam parcialmente e 9,8% discordam totalmente. Entre os jovens das classes D e E, a porcentagem dos que concordam totalmente com a afirmativa acima chega a 68,2%, enquanto fica em 60,4% entre jovens das classes A e B (IBASE e PÓLIS, 2005, p.49). Não obstante, a pesquisa revela que há um reconhecimento de que a participação política (como definida pelo estudo):

Poderia ser mais efetiva na operação das mudanças desejadas, especialmente aquelas que se relacionam com a luta contra o preconceito e o combate às desigualdades sociais. A percepção é de que a “força da juventude” e também “da luta, do protesto e da união” são maiores quando essa energia é canalizada para “a política”; este seria um caminho mais direto para a conquista dos direitos e nele seriam possíveis mudanças mais profundas do que aquelas pontuais e próprias aos caminhos do voluntariado e da participação em grupos informais (2005, p.51).

Segundo a pesquisa, é possível apontar também o sentimento de despreparo em relação à participação na esfera política, uma vez que, segundo os jovens, participam politicamente aqueles que “sabem fazer” e os “que estão por dentro”, ou em outras palavras, aqueles – em geral adultos – que são os “detentores de capital político e simbólico que permitiria o bom trânsito por este campo sem o risco de serem manipulados”. O estudo constata: “há reconhecimento da importância da política em conjunto com a desconfiança nas instituições e em seus agentes e representantes” (IBASE e PÓLIS 2005, p.51).

Quanto aos espaços de participação juvenil, a maioria disse integrar grupos associados à igrejas (42,5%), seguidos de atividades esportivas (32,5%), e artísticas (26,9%). Em seguida encontram-se as atividades menos citadas: estudantis (11,7%), de comunicação (6,3%), as relacionadas com melhorias no bairro (5,8%), de meio ambiente (4,5%), as político-partidárias (4,3%), o trabalho voluntário (1,3%) e outras atividades (0,8%). E apesar de apenas 8,5% dos entrevistados considerarem-se politicamente participantes, a maioria demonstrou interesse pelos assuntos políticos, revelando sentirem falta de mais espaços para expressarem suas necessidades. A pesquisa revela ainda que:

Os(as) jovens acima de 18 anos (18,9%) e os(as) mais escolarizados(as), com Ensino Médio completo ou mais, (10,2%) são os(as) que se consideram mais politicamente participantes. Os(as) mais jovens (15 a 17 anos) e aqueles(as) que estudaram apenas até o Ensino Fundamental incompleto (38,3%) foram os(as) que mais disseram que não procuram se informar nem participar pessoalmente em assuntos de política (2005, p.46).

O estudo afirma que os grupos de diálogo com os jovens produziram “narrativas carregadas de avidez por ‘fazer alguma coisa, por engajar-se em algum tipo de ação que se possa perceber os resultados (...) e ainda a clareza da força que a ação coletiva pode ter no enfrentamento dos problemas” (2005, p.48). A pesquisa conclui:

Embora, de um modo geral, a sociedade tenha um olhar ambíguo de desencanto e fascínio para com os jovens, os dados e depoimentos mostram sujeitos com profunda crença em suas capacidades, que aspiram a abertura de canais de participação para que possam ser ouvidos e oportunidades iguais para que vivam a transformação hoje, e não em um futuro inalcançável (2005, p.6).

Na pesquisa realizada em 2006 pela UNESCO, intitulada *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*, foi abarcada a população entre 15 e 29 anos no país¹³. A pesquisa

¹³ Para realizar a coleta de dados a UNESCO contratou a empresa Ibope Opinião. Foram aplicados questionários tipo *survey* em uma amostra estatisticamente significativa dos jovens brasileiros entre 15 a 29 anos, residentes nos 26 estados da Federação e no Distrito Federal, no período de 1º a 12 de julho de 2004. Para garantir o

apurou que 27,3% dos jovens brasileiros participam ou já participaram de alguma organização social, o que representa em termos absolutos, aproximadamente treze milhões de jovens. 81,10% envolvem-se ou envolveram-se em associações de caráter religioso, 23,6% em associações do tipo organizacional (esportiva, ecológica, cultural, artística e assistencial), 18,7% de caráter corporativo (trabalhista, estudantil) e 3,3% em organizações partidárias (UNESCO, 2006, p.311).

Outro dado aferido pela pesquisa foi de que em 41,1% das vezes, a direção ou administração de instituições em que os jovens participavam encontrava-se nas mãos, principalmente, de adultos; em 34,3% nas mãos dos jovens, e em 23,7% das vezes a responsabilidade era compartilhada entre adultos e jovens.

A pesquisa revela que existe uma grande parcela da juventude disposta a participar ativamente da vida política. 72% da população jovem afirmou ter algum interesse nas eleições municipais à época da pesquisa. O estudo também destaca que 62,5% dos jovens concordam que a democracia ainda é o regime político preferencial. Há, porém, uma forte descrença dos jovens em relação às instituições políticas tradicionais:

Sobre a confiança nas instituições políticas verifica-se que 84,6% declararam não confiar nos partidos políticos; 76,7% afirmaram não confiar no governo; 82% não confiar no Congresso Nacional e 79,9% não confiar nas Assembléias Legislativas e Câmara dos Vereadores (UNESCO, 2006, p.311).

Foi perguntado aos jovens nesta pesquisa, se consideram a participação do jovem de hoje melhor do que a participação da geração dos seus pais, onde se constatou que: 55,2% consideram a participação hoje melhor; 36% consideram que está pior; 4,7% que está igual; e 4,2 não sabiam ou não opinaram.

Por fim, a pesquisa *Adolescentes e jovens do Brasil: participação política e social* (UNICEF, IAS, FIS), realizada em 2007, entrevistou 3.010 jovens adolescentes entre 15 e 19 anos, moradores de capitais e do interior de todas as regiões do país, abrangendo pessoas de diferentes níveis de escolaridade, renda e raça, que estão ou não inseridas no mercado de trabalho, que vivem com os pais ou parentes, moram sozinhas, com amigos ou com o(a) companheiro(a)¹⁴. A visão generalizadora predominante no senso comum, de que a juventude

resultado, o Ibope fez um controle de qualidade fiscalizando 20% dos questionários e filtrando todos após a realização das entrevistas, totalizando 10.010 questionários.

¹⁴ A pesquisa qualitativa compreendeu entrevistas em semi-profundidade com 42 jovens adolescentes de oito capitais (Belém, Manaus, Fortaleza, São Paulo, Rio de Janeiro, Goiânia, Brasília e Porto Alegre) e duas cidades do interior (Ribeirão Preto-SP e Bagé-RS); e dez grupos de discussão, incluindo jovens que exercem algum tipo de liderança.

atual seria adepta de um individualismo exacerbado, é contrariada pelos resultados desta pesquisa. Ela indica que os jovens percebem claramente que as soluções para os graves problemas vividos só podem ser alcançadas no enfrentamento das próprias causas sociais desses problemas. O estudo mostra que ao contrário de uma apatia ou individualismo exacerbado, estão os jovens sintonizados com: “a necessidade de valorização da educação, com a necessidade de criação de novos empregos, com o combate à corrupção, com o repúdio ao racismo e com a urgência de deter a escalada da violência” (UNICEF, IAS e FIS, 2007, p. 84).

Segundo o estudo, em geral os entrevistados expressam uma visão crítica em relação ao país, o que evidencia que os jovens adolescentes brasileiros de 15 a 19 anos não estão alheios aos desafios da sociedade brasileira no novo século: “eles apresentam uma forte preocupação com questões coletivas, muito mais do que com problemas individuais, e estão abertos para colaborar” (2007, p.5). No estudo foram destacados os seguintes aspectos: a intolerância com a corrupção, a consciência sobre a discriminação racial e a angústia gerada pela falta de segurança no país.

Outra informação importante revelada pela pesquisa é que segundo os jovens, faltam canais para que possam dar vazão às suas inquietações culturais, sociais e políticas. Faltariam referências positivas sobre como efetivamente participar, como “mudar a história”, seja no âmbito da família, da escola, da comunidade, ou em relação à política, esporte, lazer e cultura. É interessante notar que os jovens atribuem à sociedade em geral, mais do que a si próprios, a responsabilidade por essa aparente falta de participação. Conclui o estudo: “com isso, o Brasil perde uma enorme energia potencialmente criadora e transformadora” (2007, p.84).

De acordo com a pesquisa, a juventude brasileira estaria vivenciando um contexto de contradições em relação às possibilidades de intervenção para transformar a sua realidade:

Por um lado, (os jovens) indicam disposição para o diálogo e para a participação; por outro, nem sempre têm a consciência clara sobre o que fazer para modificar este estado de coisas. Mas é preciso assinalar que essa possível perplexidade, desarticulação e dispersão são características de nossa sociedade (...), marcada pela crise de valores, exaltação do individualismo, culto do hedonismo e esvaziamento das questões coletivas (UNICEF, IAS e FIS, 2007, p. 84).

Diante dessas constatações, interessa-nos saber como está hoje organizado e quais são as principais questões que têm mobilizado o contingente específico de jovens que busca no

referencial dos partidos políticos e nas entidades tradicionais que representam o movimento estudantil, as referências positivas sobre como efetivamente participar. Este será o enfoque do próximo capítulo.

Capítulo II: Juventude e Participação no Movimento Estudantil

Em seu livro *Memórias estudantis 1937-2007: da fundação da UNE aos nossos dias*, Araújo (2007) discorre sobre a militância estudantil durante 70 anos de história brasileira, revendo seu papel. Segundo a autora:

No Brasil, a importância do movimento estudantil acompanha a trajetória de sua entidade máxima, a UNE. Da luta contra o Estado Novo à campanha pelo petróleo, à atuação cultural, ao enfrentamento com a ditadura militar e à participação na fase de consolidação democrática, a UNE esteve sempre presente na política brasileira (Araújo, 2007, p.18).

A participação dos jovens no movimento estudantil se orienta com a história da UNE e também da UBES. A seguir descreveremos resumidamente, o histórico da participação política juvenil nestas entidades.

2.1 A participação dos jovens no movimento estudantil desde a criação da UNE e da UBES até os anos 1990

A União Nacional dos Estudantes (UNE), que representa os estudantes universitários foi criada durante o governo de Getúlio Vargas, em 1937¹⁵, com o objetivo de unir os estudantes em torno de questões relativas à universidade. Logo os jovens que compunham a UNE passariam a atuar também nas grandes campanhas nacionais, como a campanha “O Petróleo é Nosso”, organizada em 1947¹⁶. Outra frente de atuação dos jovens da UNE neste período foi o combate ao avanço das idéias nazi-fascistas no país durante a Segunda Guerra Mundial.

Não obstante o fato dos estudantes secundaristas já se organizarem desde as décadas de 1930 e 1940, sendo a maioria dos grupos formada pelos Grêmios dos antigos colégios estaduais, os chamados Liceus, foi apenas em 1949 que realizaram seu primeiro congresso

¹⁵ A data da fundação da UNE guarda uma polêmica: para uns, ela foi criada em 1937, para outros, em 1938. Para estes últimos, a verdadeira fundação da UNE ocorreu no II Congresso Nacional de Estudantes, em dezembro de 1938, pois consideravam que o I Congresso, realizado em 1937 sob a chancela do Ministério da Educação (tendo Gustavo Capanema à frente), tinha sido criado com o propósito de organizar nacionalmente e submeter politicamente a força deste segmento social que começava a se expandir. Pergunta Araújo: “Mas, então, II Congresso por quê? Se este foi o congresso de fundação, não deveria ser o I Congresso? Ou esta versão reconhece a primazia do I Congresso de 1937?” Em depoimento à historiadora, Irum Sant’Anna esclarece: “II Congresso porque o I Congresso tinha sido realizado em 1910!” (Araújo, 2007, p.24).

¹⁶ Considerada um dos mais importantes movimentos de opinião pública da história brasileira, esta campanha compreendeu uma série de manifestações de cunho nacionalista em defesa do patrimônio territorial e econômico do país, o que resultou na criação da Petrobrás.

nacional, na cidade do Rio de Janeiro. Nasce a UBES no dia 25 de julho deste ano, mesma data em que foi oficializada a colaboração entre UNE e UBES.

A rede de entidades filiadas da UNE é ampliada através da criação do Centro Popular de Cultura (CPC), no começo dos anos 1960. O CPC tinha uma produção artística própria e não se limitava a aglutinar grupos de artistas já existentes: chegou a fundar um selo de discos e uma editora de livros, além de realizar produtos culturais importantes como o filme *Cinco Vezes Favela*. Participaram do CPC nomes como Arnaldo Jabor, Cacá Diegues, Ferreira Gullar, Vianinha, Leon Hirszman, entre outros.

Também a juventude que compunha a UBES expandiu as bandeiras da entidade. Os estudantes secundaristas mobilizavam-se por mais bolsas de ensino, material didático e melhores condições para os alunos pobres. Tais ações, porém, em curso durante o governo de João Goulart, foram interrompidas pelo golpe militar em 1964.

A partir do golpe militar os direitos políticos de vários brasileiros foram cassados através do Ato Institucional nº5 (AI-5), ficando proibidas greves e atividades estudantis. O prédio na Praia do Flamengo onde funcionavam as sedes da UNE e da UBES foi invadido, saqueado e queimado no dia 1º de abril de 1964. O regime militar retirou a representatividade da UNE e da UBES por meio da Lei Suplicy de Lacerda e as entidades passaram a atuar na ilegalidade. Segundo Araújo (2007) ainda assim, os estudantes acreditavam que as instituições permaneceriam vivas, enquanto estivessem atuando politicamente.

Os estudantes da UNE e da UBES continuaram se reunindo em congressos clandestinos e promovendo manifestações¹⁷ por todo o país, reivindicando mais recursos para a universidade, a defesa do ensino público gratuito, e a libertação de estudantes presos. Em 26 de junho de 1968 foi realizada a histórica Passeata dos Cem Mil, ponto máximo da mobilização estudantil naquela década. Os estudantes universitários brasileiros (menos de 0,5% da população) e o amplo e diversificado contingente de estudantes secundaristas, conquistaram a simpatia e a solidariedade de diversas camadas da população, configurando uma mobilização inédita na história do país (Araújo, 2007).

Segundo Araújo (2007), após o AI-5, grande número de lideranças estudantis já vinculadas às organizações de esquerda optou pela luta armada, aderindo aos movimentos

¹⁷ As manifestações foram, em geral, pacíficas, até a ocorrência do chamado “estopim da reação”, em 28 de março de 1968, quando foi assassinado pela polícia em uma manifestação no Rio de Janeiro, o estudante secundarista Edson Luis L. Souto. Prisões como as realizadas durante o Congresso da UNE em Ibiúna (em 12 de outubro de 1968), continuavam a ocorrer inclusive durante missas de 7º dia, como a do estudante da Universidade de São Paulo (USP), Alexandre Vannucchi Leme, assassinado em 17 de março de 1973 (Araújo, 2007).

revolucionários de guerrilha¹⁸. O enfrentamento com as numerosas e aparelhadas forças de repressão, em poucos anos, levou à incontáveis mortes, desaparecimentos, prisões e exílios.

Os jovens só retomariam as ações públicas do movimento estudantil no início de 1977, quando um ato público realizado na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) reuniu cinco mil estudantes, assinalando o começo da reorganização dos centros acadêmicos e do processo de retomada da UNE, em 1979. Já o renascimento da UBES deu-se em 1981, a partir de entidades secundaristas que conseguiram fortalecer a sua atuação nos chamados centros cívicos em algumas cidades, o que possibilitou o reaparecimento dos Grêmios estudantis¹⁹.

Alguns historiadores (como Margareth Rago, 1997) argumentam que, diferente do movimento sindical e camponês (e também o de estivadores), muito atuantes na época da ditadura, o movimento estudantil conseguiu sobreviver após o golpe militar devido à posição ambígua dos estudantes de classe média, e à ascendência, nos anos 1964-66, de setores “liberais” à liderança estudantil em vários estados.

Ao final do governo de transição sob a gestão de José Sarney (eleito pelo Congresso em 1984), os jovens que compunham a UNE e a UBES participaram ativamente da campanha das “Diretas Já” para redemocratização do país, apoiando a candidatura de Tancredo Neves. Apesar do pedido popular, entretanto, a emenda constitucional não foi aprovada para as eleições de 1985²⁰. A primeira eleição direta para a Presidência da República, deu-se apenas em 1989, tendo como vencedor Fernando Collor.

2.2 As mudanças na participação dos jovens no movimento estudantil a partir dos anos 1990

A partir do final dos anos 1980 e início dos anos 1990, surgem os novos focos de reivindicação dos jovens integrantes do movimento estudantil.

Um dos marcos da atuação da juventude neste período foi a manifestação de milhares de estudantes “caras-pintadas” em favor do *impeachment* do presidente Collor, em 1992, influenciando a opinião pública. Sobre os “caras-pintadas”, Mische afirma:

¹⁸ O Comando de Libertação Nacional (COLINA), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR–Palmares) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) foram alguns deles.

¹⁹ Sua consolidação aconteceu no Congresso de 1981 em Curitiba, em um antigo galpão sem teto, banheiros, salas ou cadeiras, que serviu de base pra as discussões: “muitos estudantes foram para o sul do país sem dinheiro para voltar. Pedágios foram armados para levantar recursos. A polícia chegou a invadir o Congresso com a cavalaria. Mesmo com tantas dificuldades, a UBES renasceu”, segundo o site oficial da entidade.

²⁰ Tancredo Neves venceu a eleição (indireta) de 1985, mas veio a falecer em 21 de abril de 1985. José Sarney tomou posse e governou até 1990.

A convergência dramática dos “caras pintadas” nas ruas das principais cidades brasileiras em agosto de 1992 tem gerado interpretações contraditórias, desde as celebrações eufóricas do “renascimento” da resistência estudantil de três décadas atrás, até as manipulações cínicas dos meios de propaganda, usando a “grife” dos caras pintadas para vender roupas, cursinhos, e computadores (...). Não queremos tampouco cair no ceticismo de atribuir o fenômeno dos caras pintadas somente à manipulação pela mídia ou pelos partidos políticos. Se existiu manipulação (de vários lados), também houve uma experiência orgânica importante, indicativa de mudanças estruturais e culturais, tanto nas vidas e perspectivas dos jovens, quanto na organização social e política da sociedade brasileira (Mische, 1997, p.134-138).

A mudança da sociedade brasileira expressa pela consolidação da democracia apresentou condições concretas para que as proposições dos jovens encontrassem mais repercussão dentro das esferas oficiais de poder. Durante o governo Fernando Henrique Cardoso (1993-2002), além da resistência às privatizações, a juventude vivenciou outros marcos importantes de participação política, como as manifestações em defesa do passe livre nos transportes e do ensino público de qualidade e democrático.

Já em 2002, na época de novas eleições presidenciais, uma resolução denominada *Carta Compromisso*, contendo dez proposições dos jovens membros da UNE para todos os candidatos à Presidência da República, foi integrada ao programa de governo de um dos candidatos (Luiz Inácio Lula da Silva foi o único que a assinou). Isto é, mais do que apoiar este candidato específico, os jovens estavam apoiando os pontos programáticos deliberados por eles mesmos (Araújo, 2007).

A seguir veremos como os jovens integrantes da UNE e da UBES estão hoje organizados.

2.3 A participação dos jovens no movimento estudantil: a UNE de hoje

Os jovens integrantes da UNE elegem os membros de sua diretoria em um congresso nacional organizado a cada ano. A diretoria atual da UNE (2007) é formada por um grupo que vem obtendo sucessivas vitórias nas eleições da entidade, reunindo militantes do PC do B e de correntes do PT. Esse grupo se estruturou a partir do congresso que, em 1989, decidiu implantar a proporcionalidade²¹. A partir daí, os dois grandes grupos, que antes disputavam a

²¹ A “proporcionalidade” começou a ser discutida na UNE em 1989. Até então, a chapa mais votada nas eleições ocupava a diretoria da entidade por inteiro. A proposta da “proporcionalidade” visava garantir a representação, na diretoria eleita, das diferentes chapas que haviam disputado as eleições, proporcionalmente à votação obtida. (...) A proporcionalidade tentava combinar, numa mesma diretoria, as diversas tendências políticas – “ou, pelo

UNE, passaram a liderá-la conjuntamente. É contra esse grupo que se organizam os jovens das demais tendências e correntes políticas que atuam hoje na entidade (Araújo, 2007).

Sobre as redes de lideranças em disputa no movimento estudantil, Mische (1997) revela:

Facções do movimento estudantil são intimamente ligadas à participação em partidos políticos e tendências de esquerda — um fator que não quero denunciar como falha-base, como fazem muitos outros críticos, pois aparece quase como uma necessidade estrutural dentro da complexa organização da sociedade civil e política dos anos 90, onde o engajamento nas “lutas institucionais” faz parte das estratégias e repertórios dos movimentos sociais. Ao mesmo tempo, é importante reconhecer que o caráter denso e entrelaçado dessas redes — onde os militantes falam muito entre si e pouco para quem está fora — tem tido conseqüências negativas para o movimento (1997, p.145).

As conseqüências negativas citadas por Mische podem contribuir para que muitos jovens se desiludam com a política estudantil organizada e com as entidades históricas do movimento estudantil, na medida em que podem ser vistas como distantes de suas preocupações e aspirações. A autora afirma: “os laços fortes e identidades restritas dos militantes têm reforçado uma tendência ao auto-isolamento do movimento estudantil, devido à falta de ressonância com as identidades mais dispersas dos jovens brasileiros” (Mische, Idem).

Araújo (2007) enxerga a questão de forma diferente. Para ela, o fato da direção da UNE, por exemplo, já ter estado “nas mãos de comunistas, socialistas, liberais da UDN, católicos de esquerda, marxistas, e de diferentes grupos de esquerda, do PC do B às correntes do PT”, sem que as “diferenças políticas” enfrentadas tenham, até o momento, conseguido romper a unidade do movimento estudantil, nada mais do que atesta a sua pluralidade (Araújo, 2007, p.282).

Os principais fóruns atuais de discussão do movimento estudantil podem ser resumidos nas seguintes reivindicações: melhoria da educação pública e ampliação de vagas; regulação do setor privado (com foco nas mensalidades); garantia de mais verbas do orçamento federal da educação para o ensino superior público e a destinação de mais recursos para a assistência estudantil.

Mas, a principal pauta do movimento estudantil atualmente, segundo o presidente da UNE entre 2005 e 2006, Gustavo Petta, é a reforma universitária. Quando o Ministério da Educação iniciou os debates em torno da Reforma do Ensino Superior, o movimento

menos, as mais importantes e influentes – procurando, assim, evitar o ‘aparelhamento’ da entidade por uma única corrente e expressar a multiplicidade de posições políticas do movimento estudantil” (Araújo, 1997, p.253 e 255).

estudantil foi uma das primeiras instituições da sociedade civil a participar e contribuir ativamente.

Não obstante, a reforma universitária tem provocado um grande conflito entre os diversos segmentos de jovens que compõe a UNE. Alguns estudantes, em oposição à diretoria da entidade, acusam-na de “adesismo”, por supostamente manifestar um apoio excessivo e acrítico ao governo Lula.

Para alguns, a reforma proposta pelo governo “é, essencialmente, neoliberal²² e privatizante” (Araújo, 2007, p.280). Em uma matéria intitulada *Em defesa da educação pública*, o jornal *Um Passo à Frente* (porta-voz da Frente de Oposição de Esquerda da UNE)²³ afirma:

A reforma universitária do governo Lula caminha no sentido de regulamentar o sucateamento e a privatização da educação superior, além de estabelecer recorte de classe no acesso às instituições: para os pobres, “escolões”, sem pesquisa e extensão, e, em geral, particular e/ou a distância; para os ricos, os centros de excelência, aos quais só tem acesso quem consegue pagar mensalidade ou quem passa no apertado funil do vestibular (Araújo, 2007, p.280).

Outras áreas que ganham papel estratégico na pauta do movimento estudantil, são a Inclusão Digital²⁴, a luta contra a discriminação de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transgêneros, e a luta contra o racismo.

A ecologia e a cultura também estão presentes nas preocupações dos jovens que compõem o movimento estudantil hoje. Em 2006 lançaram a campanha “A Amazônia é do Brasil”, cujo foco é denunciar os abusos cometidos à biodiversidade da região.

Entre as atividades culturais que os jovens da UNE promovem, destacam-se as Bienais de Arte, Ciência e Cultura e o Circuito Universitário de Cultura e Arte (CUCA). Organizadas em formato de um grande festival, as Bienais funcionam como um elo entre os artistas universitários e o movimento estudantil. Já o “CUCA da UNE”, como é conhecido, trata-se de

²² A América Latina foi o berço da primeira política de governo tipicamente neoliberal, como estabelecida no Chile do General Augusto Pinochet, após o golpe de 1973. O Brasil na década de 1990 toma o mesmo rumo, com Fernando Collor. O projeto neoliberal retoma os princípios do liberalismo clássico nas circunstâncias geradas por décadas de crescente presença estatal na economia. Na Europa, confronta-se com o estado de bem-estar social; na América Latina, com a estratégia de substituição de importações. Restringe o papel econômico do estado basicamente à guarda, a todo custo, da estabilidade monetária (Joffily, 2003).

²³ A Frente de Oposição de Esquerda da UNE reúne as seguintes tendências e grupos políticos: Contraponto, Domínio Público, Nós Não Vamos Pagar Nada, Rebele-se, Romper o Dia, Travessia e UJC (Araújo, 2007).

²⁴ Em 2005 foi criada a diretoria de Inclusão Digital, com o lançamento de duas frentes “pela liberdade do conhecimento”: a utilização da licença Creative Commons (CC) nas publicações institucionais da UNE; e o uso do software livre nas universidades. A licença CC é utilizada quando o autor da obra deseja permitir a reprodução da mesma para usos não comerciais, e o software livre se refere à permissão para que o usuário execute, copie, distribua, estude, modifique ou aperfeiçoe o programa.

uma rede estudantil constituída por núcleos culturais de diferentes estados do Brasil, onde os estudantes podem produzir, viabilizar e divulgar os seus próprios trabalhos. Além disso, o CUCA objetiva incentivar a elaboração de políticas públicas para a cultura.

Outra campanha importante, iniciada em 2007 pelos jovens, foi a campanha *A UNE de volta pra casa*, com o objetivo de retomar a posse do terreno histórico na Praia do Flamengo, onde existiu o prédio derrubado pelos militares, símbolo da história e da memória das lutas estudantis no Brasil. Como estratégia, os estudantes estabeleceram um acampamento no local, desenvolvendo inúmeras atividades culturais, como oficinas de teatro, poesia, cinema, rodas de samba e saraus. Moradores do entorno solidarizaram-se com os jovens, assim como políticos e antigas lideranças estudantis. Relata Araújo sobre o desfecho desta contenda:

No dia 8 de maio de 2007, o juiz da 43ª Vara Civil, Jaime Dias Pinheiro Filho, julgou improcedente o pedido de reintegração de posse feito pelo estacionamento que ocupava o terreno por mais de vinte anos. Em sua decisão, o juiz ressaltou a luta estudantil: “constitui fato público e notório a luta dos estudantes pela retomada do espaço perdido desde a época dos anos 1980, iniciada logo após a demolição do prédio” (Araújo, 2007, p.287).

2.4 A participação dos jovens no movimento estudantil: a UBES de hoje

A UBES reúne, há quase sessenta anos, todos os Grêmios das escolas públicas e particulares, além das entidades estaduais e municipais secundaristas. Segundo o site oficial da entidade, a UBES “está enraizada na sociedade brasileira e presente nas principais discussões em curso no país”.

A entidade é composta por uma Diretoria Executiva que compreende os cargos de Presidente; Vice-Presidente; Primeiro-Vice; Segundo-Vice; Tesoureiro-Geral; Primeiro-Tesoureiro; Secretário-Geral; Primeiro-Secretário; Diretor de Políticas Educacionais; Diretor de Comunicação; Diretor de Relações Internacionais; Diretor de Grêmios e Diretor de Cultura.

As principais causas que hoje mobilizam a participação política dos estudantes da UBES são: a luta pelo passe estudantil (meio passe ou passe livre) no transporte público municipal e intermunicipal; o combate à evasão escolar; e a reserva de vagas para estudantes da rede pública nas universidades²⁵.

²⁵ O tema da reserva de vagas originou um Projeto de Lei (PL 3627/04) que determina que as universidades federais reservem, a cada vestibular, 50% de suas vagas, por curso e por turno, para estudantes que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas. Parte dessas vagas deverá ser destinada a alunos afro-descendentes e indígenas, de acordo com a proporção dessas populações em cada estado, com base em dados do IBGE.

A luta por “uma política pública de educação voltada para o transporte”, é justificada pelo fato de que “milhares de jovens” seriam “empurrados aos poucos para fora da escola” pelo alto custo do transporte público. Mas os estudantes não defendem o passe apenas para o trajeto escolar, argumentando que a educação não pode resumir-se somente ao ambiente da sala de aula: “ao longo de sua formação, o jovem precisa se envolver diretamente com atividades culturais, lazer e esporte. Tudo somado, forma uma rede complementar para a sua aprendizagem” (site oficial da UBES). Sendo assim, o passe estudantil, junto com a meia-entrada, são considerados instrumentos de garantia da democratização do acesso aos bens culturais, além de presumidamente evitarem a evasão escolar.

Os jovens integrantes da UBES relacionam as principais bandeiras de luta que obtiveram sucesso nos últimos anos. Um dos exemplos diz respeito ao Fundeb, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, aprovado no Congresso Nacional em 2006. Sua implantação significa um acréscimo de R\$ 10 bilhões no orçamento para a educação²⁶. Segundo o site da entidade, a UBES teve participação decisiva ao longo do processo de votação para a criação do fundo, “cobrando arduamente do governo, fazendo pressão junto aos deputados e senadores, além de levar o debate sobre o tema a todos os fóruns de discussão e congressos”.

Os jovens também influenciaram positivamente na obrigatoriedade da inclusão das disciplinas de Filosofia e Sociologia no currículo das escolas públicas e privadas de Ensino Médio (“em defesa de uma educação que priorize a reflexão”). A obrigatoriedade, aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em 2006, deverá atingir as vinte e três mil escolas do país, segundo o site oficial da entidade.

Além disso, os jovens da UBES têm empreendido anualmente por todo o Brasil a “Campanha Se Liga 16”. O objetivo é “estimular a participação política dos jovens na vida política do país”, aumentando o índice dos que participam do processo eleitoral pela primeira vez. Em parceria com os Grêmios estudantis, as direções das instituições e os tribunais regionais eleitorais, são organizados nas escolas debates com professores, intelectuais e juízes, além de panfletagem com material explicativo. Os jovens membros da UBES também organizam caravanas para que os estudantes conheçam as sessões eleitorais e tirem o título de eleitor.

²⁶ A duração do Fundeb foi estipulada até o ano de 2020. Ele atenderá cerca de 47,2 milhões de estudantes da educação infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, e educação para adultos, inclusive índios e quilombolas. Também destinará recursos significativos para a formação de professores, substituindo o antigo Fundef, que custeava apenas o Ensino Fundamental.

Também faz parte da atuação dos jovens que compõem a UNE e a UBES, o estabelecimento de relações políticas com alguns importantes movimentos sociais. Uma ação em conjunto entre os jovens da UNE, da UBES e integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), da Central Única dos Trabalhadores (CUT), e de outras organizações e entidades como movimentos de moradia, de pastorais e de diversos sindicatos, foi a criação da Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), em 2003. A CMS, organizada a partir de articulação horizontal, sem hierarquia por tipo ou forma de movimento, tem o objetivo de “aglutinar propostas para o desenvolvimento do país e para a melhoria da vida dos trabalhadores”. Seguindo esse preceito de articulação, os jovens da UNE e da UBES participam também do Conselho Nacional de Juventude e da co-organização do Fórum Social Mundial e do Fórum Mundial de Educação.

Segundo Butler, Princeswal e Abreu (2007), as iniciativas recentes como o Fórum Social Mundial (a partir do ano 2000), os protestos contra uma globalização a favor do capital, e outros eventos e mobilizações, representam justamente as formas de participação política mais adaptadas à conjuntura complexa dos tempos atuais.

No próximo capítulo, sobre a metodologia que orientou o presente estudo, buscaremos primeiramente esclarecer a origem das entrevistas, e o olhar que orientará o modo como serão tratadas na análise do material empírico. Em seguida também serão apresentadas, de forma resumida, as histórias de participação dos entrevistados: como cada um deles se relaciona em família, explica as motivações para atuar nos partidos políticos em questão e/ou no movimento estudantil, assim como significa sua participação nestes espaços.

Capítulo III: Aspectos Metodológicos

3.1 Fontes, instrumentos e recursos de pesquisa: considerações sobre os antecedentes do estudo

i. Antecedentes: considerações sobre o enquadramento deste estudo

A apresentação detalhada do método e das técnicas de pesquisa empregados para a realização do presente estudo permitirá mostrar a sua inserção em um plano mais abrangente de pesquisa, que se relaciona originariamente com a pesquisa *Jovens Engajados nas Américas*, realizada no período entre 2006 e 2008 pelo Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI). Desse modo, esta dissertação se insere no conjunto das pesquisas que está sendo realizado a partir do material de entrevistas coletado pelo CIESPI, com o fim de contribuir para as análises já empreendidas sobre a participação juvenil em partidos políticos e no movimento estudantil.

Reputa-se que a participação da autora nas atividades de pesquisa de campo através da observação participante, da realização de entrevistas semi-estruturadas e como observadora dos grupos de jovens, é relevante como justificativa para o desenvolvimento da presente dissertação. Para efeito deste estudo levou-se também em consideração a observação de campo incluída em diários elaborados pela autora. Ressalte-se ainda que a autora deste estudo gravou e transcreveu parte das entrevistas realizadas, bem como participou do processo de análise do material do total das entrevistas a partir de um outro referencial de análise.

ii. Considerações sobre o material das entrevistas

O material das entrevistas aqui analisado é oriundo da referida pesquisa, mas recebeu tratamento diferenciado para satisfazer aos objetivos de compreender, a partir de outra perspectiva, o sentido da participação para os jovens entrevistados. Como se sabe, toda a coleta de material empírico, bem como toda a entrevista constitui um processo que se relaciona com as estratégias teóricas e metodológicas da investigação que se quer realizar. A condução de uma entrevista, os temas e conteúdos priorizados, o tipo de relação do entrevistador com o entrevistado, bem como o tipo de análise a ser realizada vão diferir fortemente do tipo de perspectiva teórica usada no arcabouço teórico da pesquisa. O material das entrevistas constitui o espaço privilegiado de muitas perspectivas analíticas qualitativas de estudo (Vasconcelos, 2002).

iii. Considerações sobre o referencial de tratamento e análise das entrevistas para os objetivos da presente investigação

Para efeito da análise aqui privilegiada foram consideradas as seguintes perspectivas: a montagem de narrativas de história de vida, a metodologia de história oral, bem como a trajetória de ingresso dos jovens nos partidos políticos e no movimento estudantil. Há ainda que se considerar que esta dissertação parte do referencial teórico da Teoria do Reconhecimento, de acordo com a perspectiva de dois autores em particular: Axel Honneth e Nancy Fraser.

3.2 Base teórica da metodologia de análise das entrevistas

i. As premissas para a análise das entrevistas

O roteiro de entrevistas teve como particularidade compreender o tipo de participação dos jovens e o significado atribuído por eles à sua atuação nas diferentes modalidades de participação já aludidas. A análise das entrevistas empreendida nesta dissertação objetiva identificar o sentido conferido pelos jovens entrevistados à sua participação política, através do estudo de suas narrativas considerando-as como “modos de atribuir significados para eventos relevantes em suas vidas” (Lima, 2003). Entende-se ainda para o presente estudo a importância de se observar as experiências individuais, os relatos pessoais, os depoimentos, a participação na família e no ambiente de sociabilidade como meio de compreender a participação política dos jovens na atualidade.

O estudo das histórias de participação dos jovens através de sua narrativa é particularmente relevante, por tratar-se de uma abordagem que considera que o relato pessoal “pode assegurar a transmissão de uma experiência coletiva, constituindo-se uma representação que espelha uma visão de mundo” (Ferreira e Amado, 2002, p.XXIII). Nessa direção, a importância das versões individuais sobre cada fenômeno é afirmada por João Carlos S. B. Meihy (2005), que esclarece: ao equiparar histórias que tenham pontos comuns, faz-se possível a reorganização dos espaços políticos dos grupos, que ganham força social sob nova interpretação. O autor justifica o peso autônomo de cada relato da seguinte maneira:

Reunido, o conjunto de histórias colhidas, além de propor discussão sobre as motivações individuais, serve para que, se equiparadas, forneçam elementos capazes de iluminar o conjunto das individualidades que se sustentam sob alguns traços comuns. No exemplo dos nordestinos, há uma coleção de motivos concretos que teriam atuado como impulsionadores das migrações, porém o que interessa é como cada indivíduo sentiu ou percebeu

as mudanças, formulou a revisão de seus valores e procedeu a uma síntese das coisas (Meihy, 2005, p.81).

A análise das entrevistas esteve voltada, portanto, para os significados dos próprios entrevistados sobre o que explica e justifica a sua participação política, isenta de julgamentos valorativos, ou seja, sem tentar aferir se sua participação é em si “válida ou não”, “boa ou ruim”, por apresentar características mais ou menos pragmáticas ou altruístas, e demais dicotomias. Partimos do discurso dos indivíduos, o que implicou, necessariamente, segundo Gilberto Velho (1989):

“Aceitar” a sua experiência existencial expressa em suas próprias palavras. Não se trata, inclusive, de ter que cotejar, imediatamente, as respostas dos entrevistados com uma “realidade objetiva” definida *a priori*. A complexificação das Ciências Sociais conduz, necessariamente, à aceitação de diferentes “realidades” ou “níveis de realidades” correspondentes a diferentes apreensões individuais ou grupais de uma série de dados “brutos” (Velho, 1989, p.92).

Adotamos, assim, para a análise das entrevistas, a dissolução da antinomia real/ irreal, pois, segundo Nei Clara de Lima (2003):

Se elas constituem uma das faces da sociedade, a que produz uma espécie de auto-conhecimento, a interpretação antropológica se compraz com esta dissolução e a toma como método de aproximação da vida social. Sob este ponto de vista não há mais sentido em se destacarem aspectos que sejam mais ou menos reais, mais ou menos objetivos (Lima, 2003, p.17-18).

É de acordo com estas premissas - aceitação da experiência existencial dos entrevistados expressa em suas próprias palavras e dissolução da antinomia real/ irreal - que o olhar sobre as entrevistas dos jovens esteve direcionado. Para tanto, nos baseamos no referencial teórico-metodológico da chamada história oral, onde tais premissas se fazem presentes.

ii. A narrativa em história oral

Meihy (2005, p.17) define a história oral, também conhecida como “história viva” como “um recurso moderno usado para a elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes à experiência social de pessoas e de grupos. Ela é sempre uma história do ‘tempo presente’²⁷.” Ainda seguindo as definições deste autor:

²⁷ “Movimento renovador da visão da história baseado na presentificação dos acontecimentos do passado” (Meihy, 2005, p.262).

História oral é uma prática de apreensão de narrativas feita através do uso de meios eletrônicos e destinada a recolher testemunhos, promover análises de processos sociais do presente e facilitar o conhecimento do meio imediato. É uma alternativa para estudar a sociedade por meio de uma documentação feita com o uso de depoimentos gravados, vertidos do oral para o escrito, com o fim de promover o registro e o uso de entrevistas (2005, p.18).

A relevância da metodologia da história oral remete às dimensões técnica e teórica; às variadas possibilidades que apresenta para os estudos sobre a relação entre memória e história, entre história oral e história do tempo presente; sobre as formas de narrar trajetórias individuais; às ligações entre tradição oral e escrita; aos tipos de entrevistas, dentre outras. Para efeito do presente estudo, é importante mencionar que um dos principais alicerces da história oral é a narrativa (Alberti, 2004).

Mas, se de acordo com Luiz Costa Lima (1986), podemos considerar que tudo é narrativa²⁸, Donald A. Ritchie (apud Meihy, 2005, p.17) também afirma: “é impossível apontar um lugar no globo onde as pessoas não estejam fazendo história oral.” Isto é, a multiplicidade do alcance da história oral pode ser dimensionada pela multiplicidade de formas nas quais as narrativas podem se materializar.

Entende-se que a narrativa sempre nasce na memória²⁹ e se projeta na imaginação, “que, por sua vez, depois de articular estratégias narrativas, se materializa na representação verbal que pode ser transformada em fonte escrita” (Meihy, 2005, p.61). É o documento escrito que “congela” a narrativa da memória, dando um formato “final” à fala, elemento fluido, dinâmico e mutável enquanto oralidade, sujeito a variações de entonação, ênfase, silêncios e disfarces (Meihy, 2005).

Com isso Meihy (2005) esclarece ser a memória um suporte para as narrativas de história oral, mas não propriamente a história oral, sendo um erro, portanto, confundir memória com história. Como poderíamos então melhor definir o campo das narrativas de história oral?

Lima (1986) estabelece algumas demarcações a partir do conceito de “territorialidade discursiva”, o qual compreende a idéia de diferentes modalidades narrativas. Segundo este

²⁸ “Ou quase tudo, já que a lei e o poema lírico não o são, segundo Lima (1989)” (Alberti, 2004, p.64).

²⁹ Assim define Meihy: “memórias são lembranças organizadas segundo uma lógica subjetiva que seleciona e articula elementos que nem sempre correspondem aos fatos concretos, objetivos e materiais. As memórias podem ser individuais, sociais ou coletivas. A independência delas se explica pela capacidade de individuação. No entanto, é preciso deixar claro que a memória individual, para a história oral, só tem sentido em função de sua inscrição no conjunto social das demais memórias. Ela não existe além da biologia como um fenômeno socialmente autônomo. Com isso, afirma-se que toda memória tem índices sociais que a justificam. É sobre a relação entre o ser individual e o mundo que se organizam as lembranças e os processos que explicam ou não o significado do repertório de lembranças armazenadas” (Meihy, 2005, p.63).

autor, podemos considerar que há a narrativa literária³⁰, a autobiográfica, a histórica, etc., e também a narrativa oral, ou ainda as narrativas de entrevistas de história oral. Cada uma, afirma Lima, possui “‘regras para o uso’, nunca exaustivas ou totalmente diferenciadoras, mas que demarcam fronteiras e estabelecem seu horizonte de conduta esperável” (Lima, 1986, p.324).

Ou seja, a narrativa de entrevistas de história oral possui regras distintas da narrativa literária, ainda que por vezes possam ser coincidentes. Não obstante, afirma Verena Alberti: “se reconhecemos semelhanças entre uma entrevista de história oral e uma sessão de psicanálise, ou entre ela e um interrogatório judicial, nem por isso vamos afirmar que são iguais” (Alberti, 2004, p.64).

Segundo a autora, a diferenciação entre uma entrevista, uma autobiografia ou um romance, por exemplo, é estabelecida pelas próprias condições de produção do material em questão.

Sobre as técnicas teórico-metodológicas da história oral específicas para a análise de entrevistas, Meihy afirma: “entrevista sem projeto não é história oral” (2005, p.14). Elemento fundamental para a metodologia de história oral, o projeto prevê, segundo o autor: planejamento da condução das gravações; transcrição; conferência da fita com o texto; autorização para o uso; arquivamento; publicação dos resultados, sempre que possível; e devolução dos resultados da análise, em primeiro lugar, ao grupo que gerou as entrevistas (Meihy, 2005, p.18).

Interessados nas narrativas em forma de entrevista, a seguir abordaremos alguns aspectos da especificidade da entrevista como fonte.

iii. A narrativa em forma de entrevista

Para o presente estudo, na medida em que reconhecemos as entrevistas como fontes, ou ainda, como uma forma de apropriação da realidade, passada ou presente (Alberti, 2004), observamos que a linguagem aí utilizada não “traduz” conhecimentos e idéias preexistentes. Ao contrário, como afirma Alberti: “conhecimentos e idéias tornam-se realidade à medida que, e porque, se fala. O sentido se constrói na própria narrativa; por isso se diz que ela constitui (no sentido de produzir) racionalidades” (Alberti, 2004, p.79).

³⁰ Alguns teóricos da literatura e da lingüística (entre eles Romero, 1985; Brandão, 1982; Xidieh, 1967; Cascudo, 1972 e Ribeiro, 1986) classificam como “literatura oral” o campo de estudo das narrativas (Lima, 2003, p.32). Dessa maneira, na observação de Lima, tomam-na como gênero típico de populações iletradas. Outros autores, como Ong (1986) alertam para a improbabilidade deste termo, uma vez que “literatura”, originário do latim “*littera*” (letra do alfabeto), sempre será da esfera da escrita.

Segundo Alberti, ao partirmos do princípio de que um acontecimento vivido pelo entrevistado só pode ser transmitido quando narrado, conclui-se que ele se constitui (no sentido de tornar-se algo) no momento mesmo da entrevista: “ao contar suas experiências, o entrevistado transforma aquilo que foi vivenciado em linguagem, selecionando e organizando os acontecimentos de acordo com determinado sentido” (Alberti, 2004, p.40).

Paul Thompson (2002), referindo-se às entrevistas, afirma que, o fato de se tratar de um material que não apenas se descobriu, mas que se ajudou a criar, o faz completamente diferente de qualquer outro documento.

O autor afirma, provocativamente, que qualquer estudo que utilize entrevistas, quer isoladamente ou aliadas a outras fontes, não requer nenhuma habilidade especial além das necessárias para qualquer texto acadêmico:

A evidência oral pode ser avaliada, julgada, comparada, citada paralelamente ao material de outras fontes. Isso não é nem mais difícil, nem mais fácil. De certo modo, porém, constitui um tipo diferente de experiência. À medida que se escreve, tem-se consciência das pessoas com quem se conversou; hesita-se em atribuir a suas palavras significados que eles recusariam. Humana e socialmente, essa é uma cautela conveniente; e, na verdade, os antropólogos têm demonstrado que é igualmente fundamental para a compreensão científica (Thompson, 2002, p.305).

Ao nos propor, portanto, enquanto pesquisadores, a captar a interação entre indivíduo e meio social, “razão da busca de entendimento histórico da vida” (Meihy, 2005, p.73), colocamo-nos disponíveis a sermos também “captados” pelas reviravoltas que podem nos trazer as pessoas com as quais conversamos. Alberti (2004) volta sua preocupação à seguinte questão: o que podemos aprender especialmente com a narrativa (e as representações) de nossos entrevistados? Ela indaga:

Por que procuramos uma pessoa e pedimos que nos conte sua experiência em determinado acontecimento ou situação? Já se observou que o que se pede ao entrevistado é muito estranho: que conte sua vida a alguém que mal conhece e ainda por cima diante de um gravador. As pessoas não costumam fazer isso sequer com filhos e netos (no máximo contam episódios; raramente “toda” a biografia). Diante do entrevistador, contudo, têm a tarefa de “dar conta” de tudo e de responder a perguntas... O que está em jogo especialmente aí? O trabalho de transformar lembranças, episódios, períodos da vida (infância, adolescência, etc.), experiências, enfim, em linguagem (Alberti, 2004, p.78-79).

Segundo Marize Bastos Cunha (2007), quando a entrevista, isto é, a oralidade e a memória, não são consideradas, apenas, como procedimentos da pesquisa fundamentada em metodologias qualitativas, mas ocupam, também, o lugar de elementos mediadores da prática

formativa e social do pesquisador e do pesquisado, tem-se então uma concepção da pesquisa como produção compartilhada de conhecimento.

Os preceitos de Pierre Bourdieu (1997), onde os pesquisados “conduzem de alguma maneira a entrevista e a densidade e a intensidade de seu discurso”, longe de serem meros “instrumentos nas mãos do pesquisador”, orientam esta prática. A entrevista, então, pode ser considerada como momento e lugar em que os entrevistados podem “construir seu próprio ponto de vista sobre eles mesmos e sobre o mundo” (Bourdieu, 1997, p.704).

E mais do que isso, a entrevista pode exercer também, papel de formação do próprio entrevistador. Cunha (2007) nos dá um exemplo de tal processo, ao relatar como um diálogo com o depoimento de uma entrevistada promoveu uma inflexão em sua pesquisa, levando-a a novas leituras, a reconfiguração de conceitos e mesmo a concepção de outro eixo de análise.

Explica a autora:

Importante destacar que, neste caso, o deslocamento de meu olhar não foi desencadeado por um conjunto de leituras, mas se deu em diálogo com um relato oral, que atuou como mediação fundamental na ruptura ocorrida no processo de produção do conhecimento. O fato implicou, sobretudo, perceber o entrevistado de outra forma, concebendo-o não como um mero informante, mas como um agente social, produtor de visões ou representações sociais, e também de um conhecimento, capaz de colocar em questão o conhecimento acadêmico (Cunha, 2007, p.6).

Cunha (2007) explica que o “ritual” inscrito nas entrevistas, pode exercer um papel particularmente rico, ao encarnar uma “ação” e uma “construção”, tanto para os entrevistados, quanto para os pesquisadores, indicando igualmente que os significados desta interação, para ambos, precisam ser debatidos. É no âmbito do diálogo direto entre pesquisador e pesquisado, segundo Cunha, que se dá a inscrição da dimensão formativa.

Tal interlocução contribui para a reinterpretação de nosso próprio lugar enquanto pesquisadores, a partir da abertura ao questionamento de nossos próprios referenciais teóricos e metodológicos, o que pode anunciar novos territórios desafiantes: “é aí que se dá nossa própria emancipação, como intelectuais, da condição de tutores do conhecimento” (Cunha, 2007, p.8). Resume a autora sobre o papel da pesquisa enquanto lugar de (re)construção social e histórica:

Buscamos, assim, destacar a importância do “testemunho”, como elemento mediador, que alimenta os processos de trabalho do pesquisador e educadores, e constitui-se numa chave de interpretação, bem como de ação e formação, para ambos os agentes. Refletimos sobre o lugar da oralidade e da memória, e seu impacto no deslocamento operado pelo pesquisador e pesquisado, no âmbito da investigação, procurando destacar a dimensão ética e utópica da pesquisa, enquanto lugar de (re)construção social e histórica (Cunha, 2007, p.92).

A seguir, apresentaremos as informações sobre os jovens entrevistados que compõem o universo de estudo desta dissertação.

3.3 Os jovens que compõem o universo deste estudo

i. Os entrevistados: perfil, narrativas e histórias de ingresso e participação nos partidos políticos e no movimento estudantil

Para a análise da participação juvenil, esta pesquisa lança mão do conjunto de 7 entrevistas do total das 15 entrevistas realizadas pela equipe do CIESPI com jovens de ambos os sexos de segmentos socioeconômicos diversos. Todos os 15 jovens entrevistados eram oriundos do movimento estudantil, de juventudes de partidos políticos, de projetos sociais e culturais e de grupos religiosos. Ressalte-se que o critério de seleção dos sujeitos da pesquisa realizada pelo CIESPI objetivou ser o mais abrangente possível, visando traçar uma maior amplitude quanto às formas atuais de participação juvenil.

Com o intuito de eleger um grupo de jovens para fazer parte do presente estudo, o banco de dados e entrevistas do CIESPI foi cuidadosamente estudado pela autora desta dissertação. A seleção dos entrevistados que compõem o foco da presente pesquisa partiu do seguinte critério: permitir a concentração da análise em apenas um tipo específico de participação, e em um tipo de participação considerado “clássico” ou formal, para se ter condições de analisar um tipo de participação e engajamento que vem sofrendo mudanças nas últimas décadas. Isso significa dizer que o grupo estudado se distingue em relação à crescente diversificação das formas de participação juvenil.

Desta forma, dentre os 15 jovens entrevistados na pesquisa do CIESPI (8 mulheres e 7 homens), atuantes em distintos tipos de participação juvenil, foram escolhidas para os objetivos desta dissertação, apenas as 7 entrevistas de jovens que participam de partidos políticos e/ou do movimento estudantil (4 mulheres e 3 homens). Cabe esclarecer que esta escolha não se deu por considerarmos este tipo de participação mais legítimo do que os outros, mas sim devido ao nosso objetivo de pesquisa: verificar o significado atribuído pelos jovens às formas tradicionais de participação política em um contexto de transformação nos modos de participação e engajamento juvenil. Ou seja, a preocupação sobre a participação atual dos jovens, que grassa no senso comum e também nos estudos mencionados no Capítulo I desta dissertação, está sobremaneira voltada para a atuação política juvenil nos meios formais de se fazer política.

É preciso sublinhar que dentre os 7 entrevistados, há membros da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), ou seja, alunos do Ensino Médio, não havendo porém, nenhum membro da União Nacional dos Estudantes (UNE), que compreende os estudantes universitários. Ainda assim, as informações sobre a UNE foram mantidas no capítulo anterior, por entendermos serem importantes para a compreensão do contexto no qual se dá a participação política dos jovens na atualidade.

ii. O instrumento específico de investigação: a elaboração e o uso do roteiro de entrevista e a redação das trajetórias de participação dos jovens

O instrumento de coleta de dados - um roteiro de entrevistas semi-estruturado -, continha questões referentes a vida familiar dos jovens, sua atuação nos grupos em que participam e perguntas sobre suas perspectivas futuras. Também foi solicitado a todos os entrevistados na pesquisa do CIESPI, que redigissem, de próprio punho e livremente, as suas trajetórias de participação (estes podiam optar por redigir os textos ou não). Na pesquisa do CIESPI não houve a intenção de incluir as narrativas escritas pelos próprios jovens como parte do material empírico a ser analisado: estes textos foram fruto de uma estratégia metodológica criada para incentivar tanto a participação dos jovens nos debates gerados pelo estudo, como a integração entre os mesmos.

Do total de 15 jovens entrevistados na pesquisa do CIESPI (8 mulheres e 7 homens), 7 elaboraram textos (4 mulheres e 3 homens). Entre os 7 selecionados para compor o universo de estudo desta dissertação (4 mulheres e 3 homens), 3 (2 mulheres e 1 homem) escreveram sobre sua participação nos partidos políticos aos quais pertencem e/ou no movimento estudantil.

Cabe mencionar que o Roteiro de Entrevista e o Modelo de Consentimento Informado utilizados encontram-se respectivamente nos ANEXOS A e B.

iii. Os jovens entrevistados de acordo com o tipo de participação política

Dentre os jovens entrevistados temos que 2 homens participam tanto no movimento estudantil quanto em partidos políticos; 3 mulheres participam apenas em partidos políticos; e 2 jovens (1 homem e 1 mulher) participam apenas no movimento estudantil.

Dentre os 7 entrevistados também podemos dizer que 3 mulheres e 1 homem são pardos e 1 mulher e 2 homens são brancos, segundo os parâmetros do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e sob o critério da auto-declaração. Há uma pessoa com 15 anos (mulher), uma com 16 anos (homem), uma pessoa com 18 anos (mulher) e quatro

peçoas com 20 anos (2 mulheres e 2 homens). Quanto a escolaridade, 5 estão cursando e/ou já concluíram o Ensino Médio (2 mulheres pardas; e 3 homens, 1 pardo e 2 brancos) e 2 jovens cursam a graduação (2 mulheres, 1 parda e 1 branca).

Vejamos na próxima página um quadro com a caracterização dos jovens entrevistados segundo os espaços em que atuam.

Quadro 1 – Caracterização dos jovens entrevistados segundo os espaços em que atuam

| Participação no Movimento Estudantil | | | | | | | |
|---|-------------|---------------------|-----------------------------------|--------------------------|--|--|--|
| Entrevistados | Sexo | Grupo Racial | Escolaridade | Local de moradia | Organização e tipo de Participação | Trabalho dos pais | Escolaridade dos pais |
| Rafaela, 18 anos | F | Parda | 3º ano do Ensino Médio | São João de Meriti | Grêmio estudantil de sua escola e possui cargo de responsabilidade e relevância na AERJ | Pai: trabalha em concessionária de automóveis. Mãe: desempregada. Padrasto: carregador de materiais. | Mãe e pai: Ensino superior incompleto. Padrasto: Ensino Médio. |
| Renato, 16 anos | M | Branco | Cursando o 1º ano do Ensino Médio | Rio Comprido | Grêmio estudantil de sua escola | Mãe: auxiliar administrativa. Avós: aposentados. | Mãe: Ensino superior em andamento. Avós: Ensino Médio. |
| Participação em Partidos Políticos | | | | | | | |
| Rayana, 15 anos | F | Parda | Cursando o 1º ano do Ensino Médio | Flamengo | Juventude do PMDB | Mãe: bibliotecária. Pai: publicitário e músico. | Mãe: Ensino superior. Pai: Ensino superior |
| Isabel, 20 anos | F | Parda | Universitária | Copacabana | Possui cargo de responsabilidade e relevância na Juventude do PSDB, em nível estadual | Mãe: funcionária pública. Pai: administrador de empresas. | Mãe e pai: Ensino superior. |
| Priscila, 20 anos | F | Branca | Universitária | Copacabana | Assessoria a um Deputado Federal do PFL | Mãe: comerciante. Pai: comerciante. | Mãe: Ensino superior incompleto. Pai: Ensino Médio. |
| Participação no Movimento Estudantil e em Partidos Políticos | | | | | | | |
| Gustavo, 20 anos | M | Branco | 3º ano do Ensino Médio | Botafogo | Juventude e Rebelião; possui cargo de responsabilidade e relevância na UBES; e na AERJ; é filiado ao PCR | Mãe: arquiteta. Pai: vendedor de software (psicólogo de formação). | Mãe e pai: Ensino superior. |
| Iriel, 20 anos | M | Pardo | Ensino Médio Completo | Engenho Novo e São Paulo | Possui cargo de responsabilidade e relevância na UBES; é filiado ao PC do B | Mãe: empregada doméstica. Pai: trabalhador autônomo. | Mãe e pai: Ensino Fundamental incompleto. |

Fonte: Pesquisa *Jovens Engajados nas Américas*, realizada no período entre 2006 e 2008 pelo Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI), em convênio com a PUC-Rio.

Obs: O quadro original foi reduzido para satisfazer as exigências deste estudo.

A seguir apresentamos os jovens entrevistados assim como os espaços em que participam respectivamente.

Participação no Movimento Estudantil

1. Rafaela: 19 anos, possui cargo de responsabilidade e relevância na AERJ (Associação de Estudantes Secundaristas do Rio de Janeiro) e participa do Grêmio Estudantil de sua escola.
2. Renato: 16 anos, participa do Grêmio Estudantil de sua escola.

Participação em Partidos Políticos

3. Rayana: 15 anos, participa do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e dá aula de teatro na igreja que frequenta.
4. Isabel: 20 anos, possui cargo de responsabilidade e relevância na Juventude do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), em nível estadual.
5. Priscila: 20 anos, participa da assessoria de um dos Deputados Estaduais do PFL (Partido da Frente Liberal).

Participação no Movimento Estudantil e em Partidos Políticos

6. Gustavo: 20 anos, possui cargo de responsabilidade e relevância na AERJ (Associação de Estudantes Secundaristas do Rio de Janeiro); possui cargo de responsabilidade e relevância na UBES (União Brasileira de Estudantes Secundaristas); participa da União Juventude e Rebelião; e do PCR (Partido Comunista Revolucionário).
7. Iriel: 20 anos, possui cargo de responsabilidade e relevância na UBES (União Brasileira de Estudantes Secundaristas); e participa do PC do B (Partido Comunista do Brasil).

iv. Os jovens entrevistados e a exposição do significado, da motivação e das influências que os levam à participação

Adiante veremos, de forma bastante resumida, como cada entrevistado se relaciona em família, explica as motivações para atuar nos partidos políticos em questão e/ou no movimento estudantil, assim como descreve o que para ele significa a participação.

Histórias de participação no Movimento Estudantil (Rafaela e Renato)

Rafaela, 19 anos, possui cargo de responsabilidade e relevância na AERJ e participa do Grêmio Estudantil de sua escola

Relação com a família

Rafaela mora em São João do Meriti, na Baixada Fluminense, com a mãe, o padrasto e duas irmãs de 11 e 8 anos de idade. O pai de Rafaela mora no Espírito Santo. A família de Rafaela tem tradição nos quadros do PT. O avô foi torturado durante a ditadura militar, chegando a ficar desaparecido por “um bom tempo”, como ela se recorda. Sua mãe, “muito petista”, militava acompanhada do irmão. “E o meu pai era a mesma coisa”, ela conta:

Inclusive eles se conheceram nessas reuniões e aí tiveram uma história bonita de romance, estavam sempre em passeatas juntos.

Durante sua infância, Rafaela participou junto aos pais de comícios, “showmícios”, reuniões do partido e passeatas. Os pais de Rafaela se separaram quando ela tinha entre 4 e 5 anos de idade, e ela diz ter hoje uma relação “muito ruim” com o pai. Rafaela aponta que a dedicação ao seu engajamento, passando a maior parte do dia fora de casa, a afasta do convívio com sua família. Na resposta à pergunta sobre quais seriam os custos da participação, ela é taxativa:

Ausência, ausência, ausência... a ausência durante um bom tempo com a minha família.

Rafaela chega a dizer que não possui “total intimidade” com a mãe, por “viver mais na rua do que em casa”.

O que influenciou/ motivou a decisão de participar

Apesar de sua atuação como representante de turma na escola, quando perguntada sobre quando se sentiu participando de algo pela primeira vez, Rafaela identificou a sua primeira ida a um Congresso Estadual da UBES. Ela conta que pouco antes da realização do Congresso, um rapaz integrante da UBES visitou sua escola e, reunindo todos os representantes de turma, falou sobre a entidade e sobre a existência do movimento estudantil.

Ele afirmou que o movimento estudantil não havia acabado com a ditadura militar, que estava vivo. Rafaela revela:

Desde então, eu já tinha uma vontade tremenda de me organizar, de saber da luta mesmo, de organizar os estudantes, mas não sabia como, e aquele foi o momento.

Mais de uma vez durante a entrevista, ela cita o fato de “mexer com as pessoas” de “mexer com o coração das pessoas, mexer com os sentimentos”, como algo que, tanto contribui para a motivação em continuar participando, quanto serve de indício de que sua participação está surtindo efeito, de que ela está “indo na direção certa”. Interessante observar que Rafaela cita o aumento do nível de responsabilidade que adquiriu a partir de seu engajamento como um dos benefícios de sua participação. Outros benefícios seriam: aumentar o nível de conhecimento, “ter mais descobertas” e conhecer a realidade de outra população e sua juventude. Ela acredita que foi a partir da sua participação no movimento estudantil que sua visão sobre o mundo tornou-se mais crítica. Assim ela conta:

Eu, antes, pelo menos até certa idade, eu achava que o mundo era lindo, que não tinha problema nenhum. Depois eu vi que as pessoas morrem de fome, que menos de 1% da população tem acesso à universidade.

Rafaela acredita também ter adquirido um poder maior de articulação e de organização das pessoas. Ela aponta a diferença:

Uma coisa é você sair só na denúncia, você denunciar. Outra coisa é como você vai organizar o grupo, e você é responsável, você lidera.

Incluído nesta responsabilidade está o nome da AERJ: “eu sou responsável por esse nome”.

O que significa a participação política

Ela explica a importância do grêmio atrelada à importância da organização da participação política dos jovens:

Eu acho que todo jovem tem que discutir política. A juventude, ela tem que tá politizada, tem que tá consciente. E como vai tá consciente? Por isso é fundamental ter um grêmio.(...) Se você tem um grêmio, você tem direito a fazer atividades culturais, um varal de poemas, um cordel, uma festa... a parte da cultura mesmo. Vai ter que fazer assembleia com os estudantes, vai ter que fazer um jornal que põe o problema do bebedouro, que põe o problema do ventilador que não tem, discutir com a direção. Eu acho que toda pessoa que participou de um grêmio, foi presidente de um grêmio,

participou minimamente, sabe se organizar, tem uma idéia mínima de política, entendeu?

Há cerca de dois anos, Rafaela conta que estava ainda “muito no início” da sua participação, “muito na empolgação”, “vendo as coisas”, para ver se era aquilo mesmo que queria. Hoje em dia, já ocupando cargo de responsabilidade e relevância na AERJ, admite que seu engajamento signifique “dormir tarde, acordar cedo e ficar o dia inteiro na rua”, o que demonstra o grande dispêndio de tempo que representa para ela esta escolha. Para Rafaela, participar significa “ter direito a voz”:

É quando primeiro você tem direito a voz, quando você tem direito a se colocar (...) participar é algo fundamental.

Ela cita os resultados práticos gerados a partir da mobilização dos interessados:

Com a participação teve diversas greves, teve diversas passeatas, e não só agora, mas desde muito tempo.

Rafaela se preocupa muito também com a necessidade de “ver” a mudança na prática, concretamente, para criar ou reforçar a crença na eficácia da participação. Participar para ela significa, ainda, posicionar-se, “defender um lado”. Rafaela explica:

Acho que se você parar de lutar, você tá bem ou mal defendendo alguém. Se eu tô do lado dos estudantes, eu tô obviamente contra todo mundo ali que quer explorar, né? Empresários, Governo Estadual, Prefeitura. Se eu não tô fazendo nada, conseqüentemente eu tô defendendo outra pessoa. Então eu acho que o único meio pra mudar isso tudo é como falei no início, é organizando os estudantes, é organizando a população mesmo, entendeu?

Por isso ela diz não querer parar de lutar, independentemente de onde estiver. Esse seu princípio corrobora sua afirmação de que “a política tá em todo momento”.

Renato, 16 anos, participa do Grêmio Estudantil de sua escola

Relação com a família

Renato diz ser filho único “da mesma mãe e do mesmo pai”. Ele mora com a mãe, e avós maternos no Rio Comprido. Perguntado sobre o pai, Renato afirma: “meu pai eu não sei dizer nada. Só sei o nome e olhe lá”. Ele diz que o pai tem outros dois filhos mais novos que ele, mas, não sabe dizer sequer seus nomes. Sobre a vida em família, Renato conta:

Lá em casa é uma coisa monótona, eu não converso com ninguém. Assim, chega a ser banal quando a gente conversa, nada demais. Nunca tem uma coisa assim, geralmente é reportagem de televisão “ah Renato, tá acontecendo isso, isso e isso”, e eu assim com aquela cara de muito interessado.

O que influenciou/ motivou a decisão de participar

Renato afirma que o início da sua participação deu-se ainda esse ano, quando mudou da antiga escola particular para a atual, pública. Renato diz que a mudança de escola e a amizade com outro rapaz de sua turma, X., o fizeram começar a “tomar tenência e ver as coisas por outro lado”. Ainda no início do ano, Renato diz que estava “andando, como quem não quer nada”, quando foi chamado por outro estudante, para participar de uma passeata pela reivindicação do passe-livre, que ficaria depois conhecida como a “Passeata dos 5.000”. Ele diz que compareceu não com “o intuito de ajudar”, mas sim “pra ver como é que é”. Após a passeata, o mesmo rapaz convidou-o para formar um Grêmio estudantil na escola. Renato diz que aceitou o convite porque queria se tornar “uma pessoa mais responsável”. Além disso, assume que sua motivação também compreende outro viés:

Vamos (falar) diretamente aqui, pô, eu sou do Grêmio, eu vou ser importante na escola, sem mais nem menos. Conhecer mais gente e tal, ter mais amigos. (...) Pô, a gente sendo do Grêmio, a gente vai ser um pessoal com um pouco mais de moral. (...). Não que a gente não consiga não sendo do Grêmio, mas vai facilitar, sabe qual é? Tipo, ajudar o pessoal também, é uma coisa que eu acho importante, pô a gente ter atitude pra fazer isso no colégio.

Depois de sua adesão ao grêmio, Renato diz que agora, além de se identificar com os roqueiros, também se identifica com os “idealistas”. Para ele, os idealistas são “pessoas ativas”, “que têm idéias”. Não obstante, a participação no Grêmio não é prioridade na vida de Renato. Ele afirma que precisa “organizar melhor” sua vida antes de aprofundar a participação política, o que compreende conseguir um trabalho nos fins de semana e tirar boas notas na escola.

O que significa a participação política

A participação para Renato, é um instrumento de concretização, onde as “boas idéias” podem ser colocadas em prática através do “trabalho de equipe”. Renato acredita que quem é organizado mostra que tem atitude e assim consegue o que quer:

Tipo assim, se um colégio mostra que tem um Grêmio, mostra que é um colégio organizado, mostrando que é um colégio organizado, mostra que é

um colégio com atitude, mostrando que tem atitude, mostra que a gente vai ter coragem suficiente pra encher o saco do governo pra botar professor no colégio.

Renato explica que os Grêmios estudantis são importantes a fim de ajudar a mobilizar e organizar os alunos para que as passeatas “façam mais efeito”. Segundo ele, os estudantes que formam cada Grêmio estão interessados na melhoria de cada escola, nas reivindicações dos alunos de cada escola; já os estudantes de fora da escola que ajudam ou incentivam na formação do Grêmio, estão interessados na eficácia das passeatas, em engrossar as passeatas, focando nas reivindicações gerais de todos os estudantes, como o passe-livre, por exemplo. Ele repete muito a frase “uma coisa leva a outra”.

Histórias de participação nos Partidos Políticos (Rayana, Isabel e Priscila)

Rayana, 15 anos, participa do PMDB e dá aula de teatro na igreja que frequenta com a família

Relação com a família

Rayana mora com os pais e a irmã, de 9 anos, no Flamengo. Ao longo de toda a entrevista, Rayana aponta a forte presença da família em sua vida. Demonstra que sua criação se deu em um ambiente familiar unido e participativo, enfatizando muito a importância do diálogo em sua casa. Ela credita aos pais a influência em seu interesse pela participação, e não apenas em relação a sua participação no partido. Assim ela escreveu em seu texto:

Acho que toda a minha atuação político-social é decorrente da influência de suas histórias na minha vida.

O que influenciou/ motivou a decisão de participar

É o pai de Rayana, integrante do PMDB que a convence a se inscrever em um Curso de Formação Política organizado pelo partido, quando ela tinha apenas 13 anos de idade. Esta foi sua “porta de entrada” no PMDB. Cabe observar que a participação de Rayana no partido proporcionou uma aproximação ainda maior em relação ao seu pai, pois passaram a ir juntos às reuniões e eventos do partido.

Além de atuar no PMDB, Rayana trabalha como coordenadora e professora do grupo de teatro da igreja frequentada pela família. Em muitos momentos da entrevista, além da influência dos pais de Rayana em sua atuação política, podemos perceber também a influência

de sua religião. Rayana chega a afirmar que qualquer atuação política pode ser traduzida simplesmente por “ajudar ao próximo”, e que por isso, considera as duas participações, no partido e na igreja, “relevantes e iguais”.

No partido, Rayana começou a ter contato com um conhecimento que não lhe era ensinado na escola:

Sei lá, eu me vi saindo do meu mundo de menina comum do colégio, que só faz colégio e cursinho de inglês e vai na [sic] igreja...(...) então, eu me vi participando quando eu não queria perder nenhuma aula. Aquilo foi um compromisso pra mim. Não tinha lista de chamada, eu não precisava ir, não ganhava nada pra ir, mas eu queria ficar em todos os eventos.

Percebe-se igualmente em sua entrevista o atrativo que alguns elementos como as viagens para participar de encontros do partido, e também a oportunidade de fazer teatro exerceram em sua motivação para participar. Ela diz: “eu sempre gostei de teatro, falei ‘ah, legal, fome com a vontade de comer!’” Com essas experiências, Rayana observa que sua vida “começou a tomar um outro rumo”. Ela diz: “quando eu vi, eu já estava engajada”. Outrossim, quando escreve sobre suas motivações, Rayana mescla sua fé religiosa com o objetivo partidário:

Saber que eu posso contribuir com algo para meu próximo e que com certeza desta forma também vou estar sendo [sic] abençoada por ele, é uma das minhas maiores alegrias.

Rayana diz ter “tomado amor” pelo PMDB aos poucos, na medida em que passava a dedicar-se cada vez mais ao partido. Ela conclui dessa forma, que o engajamento é um processo, e não “um acontecimento” determinado. Assim ela explica:

Eu acho que você não dorme num dia e diz: “ah, eu sou uma pessoa que não participo muito, uma pessoa descompromissada, sem nenhum vínculo”, e no outro dia acorda: “pô, porque eu ouvi aquilo, não, hoje eu sou uma pessoa compromissada”.

A entrega de Rayana pode ser ilustrada pela seguinte declaração:

Tipo, eu empresto um pouco do que eu tenho pro PMDB, do meu jeito de descobrir, de argumentar, porque isso veio comigo.

Seu engajamento, portanto, reflete seu jeito de ser, que por sua vez, diz ter sido transformado devido à experiência do engajamento. Rayana afirma que sua participação está ligada a sentimentos como alegria, e usa também expressões como “deixar vivo”, “não estar dormindo enquanto as coisas acontecem”, e, principalmente, “fazer a diferença”, frase que ela

cita várias vezes, ao falar dela mesma, e ao falar do papel dos jovens em geral. Numa declaração apaixonada, esclarece:

Uma coisa é a gente vestir a camisa, outra coisa é a camisa ser nossa. Quando a camisa é do vizinho a gente vai cuidar da camisa, mas quando a camisa é nossa a gente morre por ela.

Rayana sempre foi representante de turma no Colégio Pedro II, caracterizado por ela como uma escola rica em contrastes de classes, favorecendo a percepção de realidades bastante distintas entre os alunos, o que teria, em sua opinião, beneficiado também a sua formação crítica. A esta vivência Rayana atribui a aquisição de certas habilidades e um amadurecimento que não teriam sido possíveis, segundo ela, em um ambiente de escola particular, onde os alunos encontrariam mais facilidades em seu cotidiano, e certa homogeneidade econômico-social entre si.

O que significa a participação política

Para ela, participar é mais do que ter apenas uma “presença física”, é preciso ter um compromisso de continuidade na participação. Participar, para Rayana, precisa ser algo concreto:

Eu acho que participar não é só você ver a importância, não é só você gostar, é você ter a ação, é você estar refletindo sobre aquilo.

Rayana discorre sobre a eficácia do instrumental político-partidário, superior, em sua opinião, em termos de potencialidade de resultados:

Eu acho que o partido é um meio. Eu acho que através da política nós conseguimos os resultados. Eu acho que o jovem político é a forma mais eficaz de conseguir as coisas, porque (...) o político, ele arruma meios pra conseguir efetivamente o que ele tem direito. Eu acho que também é por isso que eu estou dentro de um partido, não é do PMDB, é de um partido. (...) Eu concordo e acredito na democracia.

Chega até mesmo a dizer que, para aqueles que não se interessam por política, “seu maior castigo”, é serem “sempre liderados” por aqueles que se importam. Todavia, Rayana se orgulha de estar entre os “liderados”. Ela diz:

Eu tenho um líder, e o meu líder é o Garotinho. Porque eu acredito na base desenvolvimentista dele, nacionalista.

Rayana lança mão de símbolos como fé, vocação e arte, para tentar explicar a importância da política para ela:

Não podemos perder a fé na política, porque ela é nobre quando feita por pessoas vocacionadas. É uma arte aberta para todas as pessoas, e é democrática. Não podemos perder a fé no ser humano, pois é única e exclusivamente através dele que são tomadas as decisões políticas que vão refletir em nossas vidas.

E em seu texto, acaba concluindo: “toda decisão é uma decisão política”.

Isabel, 20 anos, possui cargo de responsabilidade e relevância na Juventude do PSDB, em nível estadual

Relação com a família

Isabel é filha única. Seus pais se separaram quando ela tinha 18 anos. Isabel afirma que não há ninguém da sua família envolvido com política, ninguém a quem possa atribuir qualquer influência em ter tomado a decisão de entrar para um partido político. Não obstante, desde o início de sua atuação no partido, Isabel desenvolveu uma relação de “pai e filha” com um político mais velho, a quem chama de “padrinho”. Ela diz que ele é como um pai que “dá bronca” e “puxa orelha”, o que o pai biológico não faz, segundo ela. A figura desse padrinho funciona para Isabel como um exemplo a ser seguido. Hoje Isabel mora sozinha em Copacabana, e cursa a faculdade de Direito:

Isso aqui (*a faculdade*) pra mim é tudo hoje. (...) estar numa universidade que eu acredito, que eu acredito que aqui eu vá sair preparada pra construir a carreira que eu quero, que eu escolhi pra mim. (...) Até porque, devido à minha criação, eu sempre, desde os 14 pra 15 anos, eu sempre tive na minha cabeça o seguinte: tem que ser independente. Então a minha busca foi por sair de casa, ter o meu espaço. Não que os meus pais faltassem em alguma coisa, eles sempre foram muito bons pra mim, maravilhosos mesmo. Agora, eu queria ter o meu espaço, eu sentia também que eles eram um pouco distantes, e isso me fez crer que eu devia aprender que eu deveria me virar sozinha.

O que influenciou/ motivou a decisão de participar

Isabel conta que sempre foi representante de turma no colégio, “até sem me candidatar!”, ela diz. O interesse pela política está ligado a esta atividade e às discussões nas aulas de geografia e história na escola, durante as quais um amigo a teria perguntado: “ah, por que você não entra em um partido?” A partir desse momento Isabel começou a pensar no

assunto. No início seu interesse não estava voltado para nenhum partido político específico, e sim apenas para a “vontade de discutir sobre política”. A motivação em começar a participar está ligada igualmente, segundo Isabel, à vontade de “ajudar os outros” e não viver “uma vida egoísta”.

Isabel então ligou para o PMDB, para o PT, para o PFL e para o PSDB, como ela conta:

Pra saber se tinha juventude, porque eu não sabia se tinha juventude partidária. A juventude não saía naquela época no jornal direito. A gente não tinha noção, era uma vez ou outra.

Os únicos com os quais consegui falar foram o PFL e o PSDB. Achou o PFL “muito mecânico”:

Eles são assim muito profissionais, não são muito políticos. É uma coisa muito estilo César Maia mesmo. Parece que o César é o mandante do partido, e eles fazem tudo o que o César quer. Não existe uma contrapartida. Aí eu falei “eu não quero ficar nisso não”.

Já sobre o PSDB ela conta:

Eu vi em termos de estrutura mesmo, o partido organizado, organizadíssimo, tem biblioteca, tem auditório, tem os funcionários, tem sala, a gente tem mesa com computador, com tudo. Em termos de estrutura o PSDB é muito organizado. E em termos de participação também. Eles são muito democráticos, sabe?

Ela cita também a figura do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, como uma influência positiva na escolha pelo PSDB. Isabel explica:

Mas eu entrei para o PSDB foi mais pela ideologia mesmo social-democrata. Eu nunca me considerei de esquerda ou de direita. Aliás, eu acho que essa discussão já acabou, a queda do muro prova isso. Acabou a discussão. Eu acho que a gente tem que ter compromisso com o desenvolvimento do nosso país, compromisso com o desenvolvimento do nosso estado, do município.

Para Isabel, os momentos mais marcantes vividos na sua participação política estão ligados ao “contato com o público”. Diz que gosta de sentir o calor das pessoas na rua, defendendo suas bandeiras, e sentindo que está fazendo alguma coisa em conjunto.

O que significa a participação política

A palavra que vem à sua cabeça quando pensa na sua participação política é: “realização”. Ela esclarece:

Não, “ah eu sou (...) da juventude, sou realizada!” Isso não. Mas quando você está ali, articulando, isso te dá muita realização. Não por você ser, mas por você ter a possibilidade de fazer, de estar ali conhecendo, de crescer por dentro, intelectualmente também. Isso é uma grande realização. Só que mais do que isso é quando você tem contato com pessoas que não têm as mesmas oportunidades que você, ou quando você entra lá com um curso ou uma coisa tentando levar o olhar daquela pessoa, daquele jovem que muitas vezes convive com balas, com tiro, com família que é completamente desestruturada, que mora num barraco no pé do morro, você chegar e levar pra ele um outro olhar e você sentir... a gente faz umas pesquisas no final de cada curso, palestra e tal, e aí pergunta qual o tema... e você sente que eles têm vontade, que eles querem, só que eles (por) serem tão desacreditados em relação a essas oportunidade de colocar isso em prática, eles deixam pra lá o sonho.

Priscila, 20 anos, participa da assessoria de um dos Deputados Estaduais do PFL

Relação com a família

Os pais de Priscila se separaram quando ela tinha 3 anos de idade. Seu pai teve mais duas filhas, uma hoje com 7 anos e outra com 2 anos de idade. A mãe teve outro filho hoje com 13 anos. Priscila mora com a avó, a bisavó, a mãe, e o irmão por parte de mãe, em Copacabana.

Percebe-se que Priscila absorve uma forte pressão da família em relação ao seu sucesso profissional. Ela revela que é lembrada a todo o momento, que “tem pessoas que podem te passar”. Essa cobrança repercute em um sentimento de angústia, que se traduz nas seguintes palavras de Priscila:

Então eu acho que estou sempre, estou sempre atrasada (...) eu penso sempre nisso, penso sempre.

O que influenciou/ motivou a decisão de participar

Priscila diz que trabalha com o deputado estadual X. há um ano. Ela conta como isso se deu: diz que anteriormente fazia um estágio na empresa Vivo, e que, certa feita, uma das atividades exigidas foi relatar em um blog a experiência de passar um dia com algum político. Escolheu não apenas um, mas dois políticos: X. e Heloísa Helena. Entrou em contato com os dois pelos respectivos sites e passou um dia com cada um deles. Um mês depois da experiência, devido a ser muito extrovertida, segundo ela, foi chamada para trabalhar na área de atendimento aos eleitores do PFL: “hoje o X. é o meu chefe”. Orgulha-se em dizer que entrou por mérito próprio, por “ter atitude”, em um meio onde as pessoas “só entram por

indicação”. Quando perguntada sobre se alguém influenciou sua decisão de trabalhar para o deputado, ela afirma:

Minha madrinha, minha dinda. Eu tenho ela como exemplo pra tudo [sic]. Porque minha dinda é uma pessoa inteligentíssima e que hoje em dia ela trabalha numa agência, numa agência não, ela trabalha numa empresa internacional. E ela é uma pessoa que se ela sair da empresa hoje, amanhã vai ter um cara batendo na porta dela: “olha, quero você trabalhando comigo”. Então eu acho que (...) eu queria provar pra ela, “ta vendo? Eu faço, eu consigo sozinha”, entendeu?

Priscila revela o que a faz trabalhar para o deputado:

Então é isso que me faz ta aqui, sei lá, um sentimento assim de acreditar que possa mudar alguma coisa (...) eu dou valor ao meu voto, eu vejo amigos meus “ah, eu vou votar pra quê? É tudo a mesma coisa!” Não, eu acredito que possa ser diferente. Se eu trabalho pro X., é porque eu acredito que possa ser diferente.

No entanto, quando perguntada sobre os planos para o futuro, ela diz:

Não importa onde eu esteja, entendeu? Mas que tanto faça (...) o que eu esteja fazendo, que eu seja conhecida, que tipo meu trabalho seja reconhecido por isso, ta ótimo. Esteja eu na política ou não. (...) Então pode ser que eu possa ta aqui e que eu estude e seja boa pra isso e ele me contrate pro que eu realmente quiser fazer, ou não. Eu posso ta aqui como em outro lugar entendeu, assim?

Priscila gostaria de continuar no PFL caso possa trabalhar na área em que está se especializando profissionalmente: Comunicação. Ela afirma, entretanto, que não é integrante do PFL. Assim ela justifica:

Eu to com o X. pelo X., eu não to com o X. pelo PFL, pelo César Maia, por qualquer outra pessoa. Eu não tenho partido. Tem candidatos do PFL que eu gosto, tem outros que eu não gosto. Então porque que eu vou ser só daquele partido? Então eu acho que eu sou individual. Trabalharia pro meu candidato, pro meu candidato, agora pelo partido não. Eu acho que partido é muito vago, entendeu? O ideal é um só, né? Mas eu acho que você acaba defendendo todos que fazem parte daquele partido, e aí eu acho errado, porque nem todos se safam ali, entendeu? (...) Não tem como você se fixar na idéia de um partido só, eu acho.

O que Priscila busca, então, ao dedicar-se a este trabalho? Ela conta:

Hoje em dia, eu vivo mais uma coisa mais concreta. Então o que mais marcou aqui no X. foi eu ta numa coisa séria, entendeu? Coisa que, eu ser

nova, as pessoas me dão valor, sabe? Pôxa, às vezes eu peço uma coisa pra um cara de 40, 50 anos, parece meu avô, meu pai. Então eu aprendi a lidar com isso, isso pra mim é o maior aprendizado daqui, as pessoas me respeitarem, sabe? Pô, porque as pessoas me respeitam assim, pô elas mais velhas do que eu, muito mais instruídas, então, sei lá, e, porque elas têm esse respeito a mim, assim.

O que significa a participação política

Para Priscila, participar significa:

Você participar é você ta ajudando de alguma forma. Quer dizer, participar, estar no X., é mudar... mudar talvez o... tipo, o amanhã, entendeu? Tipo, fazer com que ele faça diferença, tipo, ser um político bom, chegar onde ele querer chegar [sic], e fazer a diferença. Participar da campanha dele foi mostrar que ele era um político e dar voto a ele, entendeu? Mudar, pra ele fazer a diferença de alguma forma, sabe? Agregar coisas, entendeu? Eu acho que eu fiz alguma diferença, né? De ter participado da campanha dele, entendeu? Eu acho que isso é participar.

Histórias de participação no Movimento Estudantil e nos Partidos Políticos (Gustavo e Iriel)

Gustavo, 20 anos, possui cargo de responsabilidade e relevância na AERJ; possui cargo de responsabilidade e relevância na UBES; participa da União Juventude e Rebelião; e do PCR.

Relação com a família

Gustavo é filho de dois ex-integrantes do MR-8, Movimento Revolucionário 8 de outubro. Ele diz que seu pai atuou no movimento estudantil, e a mãe fazia “movimento de bairro, de associação”. Gustavo mora em Botafogo com a mãe e a irmã, de 23 anos. Os pais de Gustavo são separados desde que ele tinha 5 anos de idade.

Ele afirma que a experiência dos pais não o influenciou a participar do movimento estudantil. Reconhece o “histórico” das lutas travadas por eles, mas assegura que a motivação veio da sua atuação concreta como integrante do Grêmio de sua escola. Chega a dizer que começou a conversar mais com o pai depois de ter iniciado sua participação. Hoje o pai é do PMDB, e por isso Gustavo relata possuir com ele algumas “diferenças”. A mãe não participa mais, e se preocupa muito com os estudos do filho, geralmente prejudicados pela grande

quantidade de tempo dedicado ao seu engajamento. Gustavo afirma conversar “bastante” com os pais sobre política.

O que influenciou/ motivou a decisão de participar

Ele admite a influência de um “companheiro que já participava”, o qual integrou com ele a reestruturação do Grêmio do Pedro II do Humaitá. Gustavo atribui o início da sua participação, classificada por ele como uma “participação consciente”, à necessidade de enfrentar os vários problemas vividos em uma escola pública. Ele correlaciona suas motivações a um sentimento de injustiça social:

O mundo que a gente vive eu acho uma merda, muito ruim, né? Tem muita miséria, fome, tudo isso. E o causador disso, na minha opinião, é o fato de uma minoria ser dono de tudo, dos meios de produção, das riquezas que o país produz, enquanto quem produz não é dono de nada. Então é esse sentimento de indignação, vontade de transformar esse negócio, é isso que me move mais.

A impressão é que a sua percepção vai se ampliando de um problema particular para todo um panorama maior:

No começo era aquele negócio de você mudar a escola, né? (...) Nessa sociedade que a gente vive a gente pode ter escola pra todo mundo, uma escola de melhor qualidade, mas sempre vai ser mais lucrativo ter um bando de escola particular, cursinho em todo canto. Então o problema é um problema que nós temos que transformar a sociedade, acabar com o capitalismo.

Gustavo também participa da União Juventude e Rebelião (UJR), uma organização marxista leninista ligada ao PCR, que defende o socialismo e o poder popular:

É, é o poder mesmo, o poder político, econômico, os meios de produção, as riquezas tarem nas mãos dos trabalhadores.

Ele tomou conhecimento do PCR e conseqüentemente da UJR através de um amigo que participava com ele do Grêmio estudantil no Pedro II.

O que significa a participação

Gustavo afirma que a “luta estudantil” não pode resolver, sozinha, os problemas sociais que a juventude enfrenta. Para ele, é preciso haver “uma transformação na sociedade”. Gustavo assegura que:

Se você tem um movimento social dirigido com essa concepção, você pode transformar o mundo.

Portanto, para Gustavo, participar significa “transformar”. Ele acredita que o indivíduo se transforma a partir da vivência na luta:

Eu acho que do jeito que ta ninguém vive plenamente, ninguém é feliz plenamente. E o benefício é saber que a nossa luta é pra transformar esse negócio aí. O maior desafio (...) é se transformar, porque pra você transformar o mundo você tem que se transformar, é isso. Hoje nego ta falando aí de corrupção, mas não tem como você falar de corrupção, já que é normal um cara ficar rico às custas do trabalho dos outros, tudo extremamente torto.

Para ele, seu maior desafio é transformar-se:

Então o machismo, o racismo, todas essas coisas que vêm da exploração econômica e tal, você tem que transformar isso e tem que se transformar, na sua cabeça, o individualismo tem que romper, porque nós somos educados assim, nós somos isso. E podemos deixar de ser, podemos ser menos. Então é isso que é se transformar.

Mais adiante, ele complementa:

A gente deve procurar ter uma visão autocrítica né? (...) então, pra gente querer um novo, nós temos que ser esse novo.

Ou seja, para se atingir a concretização da transformação da sociedade, é preciso estar voltado para esse ideal, realmente acreditar nele, e, mais que isso, transformar-se a si próprio. Isto é, ter um ideal a ser alcançado, mas também preocupar-se em mudar o cotidiano, o agora.

Iriel, 20 anos, possui cargo de responsabilidade e relevância na UBES, e participa do PC do B

Relação com a família

Iriel mora com os pais, com duas irmãs e um irmão, no Engenho Novo, quando está no Rio. Como vai muito à São Paulo por conta dos compromissos com a UBES e com o partido, diz que também mora lá, com amigos. Iriel terminou o Ensino Médio e está fazendo pré-vestibular, para tentar ingressar na faculdade de Economia.

Iriel conta da dificuldade que passou no início da sua participação no PC do B e na UBES:

Porque meus pais são semi-analfabetos, meio que não compreendem o que é isso, e aí têm uma visão que a sociedade como um todo pensa, acha que política é isso, é o cara que é deputado e tal, e não sabe o que é movimento social. E como eu não ganho dinheiro, não ganhava dinheiro, então eles ficavam agoniados, sem botar dinheiro em casa, ninguém tá dando dinheiro em casa, eu não ganhava dinheiro e saía e ficava o dia inteiro fora, e eles ficavam muito putos e tal. Então eu briguei com o meu pai, aí uma vez ele me botou pra fora de casa, a gente brigou, eu saí e esse amigo me abrigou e tal, me ajudou durante alguns meses e tal, ele comprava as coisas pra mim e tal, é um grande amigo meu.

O que influenciou/ motivou a decisão de participar

Iriel conta que tinha muita vontade de participar, mas ainda não sabia onde. Segundo ele, o início da sua participação data da época das eleições presidenciais de 2002. Por meio de uma panfletagem realizada na entrada de sua escola, foi convidado a participar de uma confraternização de dois candidatos do PC do B. Iriel disse ter ficado surpreso ao encontrar ali jovens como ele, ao contrário do que imaginava:

Eu fui imaginando que ia encontrar um monte de gente velha né, pá... (*risos*) mas eu queria participar e tal, e quando eu cheguei lá eu descobri que tinha uma juventude. Tinha gente que era que nem eu, que gostava de música, que saía, que era normal, mas que também, ou seja, participava politicamente. Aí eu gostei e tal, no mesmo dia a gente já conversou lá e tal, e uma semana depois eu me filiei e aí eu comecei a militar.

Como marco que deu o “estalo” para sua vontade de se organizar politicamente, ele cita um livro didático de história do qual não lembra o nome. Iriel diz que “sabia que tinha alguma coisa errada, mas não sabia o que era”. Explica da seguinte maneira essa sensação de “saber que tinha alguma coisa errada”:

Eu sempre fui muito assim, contestador das coisas, né? Minha mãe que falava: “você é um menino muito rebelde!” (*risos*). Sempre olhei assim e percebi de forma mais crítica. Eu não compreendia o que era, mas também via que tinha um problema, ou seja, era você ter um morro com muita gente passando fome e logo do lado você ter um prédio de luxo, então tinha alguma coisa de errado ali que eu percebi desde cedo. Então quando eu percebi que eu poderia fazer alguma coisa e que essa coisa não dava pra fazer sozinho, porque não há saída individual pro problema que é coletivo, então eu resolvi me organizar. E aí por coincidência numa panfletagem eu achei essa galera. Enfim, me organizei e tô aí.

Iriel igualmente cita os “teóricos socialistas” e alguns amigos da militância como referências que o influenciaram a participar, entre eles, Lindberg Farias. Já em relação aos benefícios da participação, ele relata:

Lutar pelo o que eu luto e eu acredito nisso, é o mais importante, é o maior benefício, isso aqui não tem outra escola melhor do que essa, né? Essa é a melhor escola, eu poderia fazer uma PUC, uma UFRJ, mas essa aqui pra mim é a melhor escola. Porque é uma escola de conhecimento, mas também é uma escola da vida, né? Você abre o seu horizonte e passa a conhecer muitos lugares também. Ou seja, eu por ser da UBES eu tive a oportunidade, tô tendo a oportunidade, de conhecer muitos lugares. Eu já fui pro Pará, pra Amazônia, já fui pra Minas Gerais, já fui pro Rio Grande do Sul, já fui pra Florianópolis... você passa a conhecer também a cultura do povo brasileiro, sabe? Isso é importante. Eu acho muito bacana.

Iriel fala sobre como começou mais romântico na militância:

Você vai caindo mais na real, você vai vendo como é que é de fato e tal. (...) não que você desista, mas vai ver que (...) as coisas não mudam de uma hora pra outra. É um sentimento de que é preciso fazer mais. Eu faço, mas é um sentimento de que eu preciso fazer mais, entendeu? É óbvio que eu gosto, tenho paixão por isso, mas sempre que a gente faz a gente pensa em fazer mais, porque o que a gente quer é muito difícil e tá distante. Então, pra gente se aproximar mais do que a gente quer, é só fazer mais. Acho que esse é o principal sentimento.

O que significa a participação política

Quando perguntado sobre quais os temas atuais mais importantes para o jovem, Iriel responde:

A participação política é o principal. Porque a depender da participação política, a depender da influência política, todo o resto, todo o tipo de participação, o esporte, a religião, pode mudar ou não, pode existir ou não, entendeu? A política ta em tudo e a gente, o jovem, precisa participar politicamente.

Nessa direção, defende a importância do movimento estudantil e dos partidos políticos como espaços fundamentais para a juventude atual:

Eu acho que a UNE e a UBES sempre cumpriram um papel muito importante e continuam cumprindo. E eu acho que partidos políticos são importantes e nós precisamos dizer isso e afirmar que partido político não é ruim, é bom. Partido político é quando você tem uma opinião e você toma parte de alguma coisa, ou seja, é um partido político. Acho que é importante né? E cultura, acho que o jovem precisa participar de movimentos culturais, a cultura é muito importante também, muito importante.

Iriel fala da participação como “um exercício cotidiano”. Para ele a importância da participação política está profundamente atrelada a uma reflexão do jovem sobre “o que ele é, onde ele ta, o que ele pode fazer, que país é esse, que mundo é esse”. Para ele, as instituições

mais importantes são a escola e a universidade, justamente por representarem espaços onde esta reflexão pode se dar:

Você pega por exemplo um livro de CA (...), qual é a figura que você tem lá pro cara aprender o be-a-bá? É um estudante que sai de manhã de casa, toma um café da manhã violento e tal, pega a lancheira, põe do lado com a roupa bonitinha, vai pra uma escola bonitinha e tal. Mas isso não reflete a realidade dele (...) porque existe uma família de estudante que não tem o café da manhã, que não tem a lancheira, que não tem a escola boa. Ele vai começar a se questionar o porquê e aonde que ele se insere. Se é onde ta a escola boa e o lanche bom, ou a escola ruim e o lanche ruim. E aí ele vai se perguntar o porquê disso, e aí ele vai ta pronto pra... e aí é o caminho dele, ele vai procurar as respostas.

Nessa direção, Iriel define o termo participar como “tomar parte de alguma coisa todo o tempo”:

Você participa do tempo, você participa do ar, você participa de uma conversa, você participa dessa mesa, porque quando eu toco nessa mesa eu participo dela, eu sou parte dela né? Uma relação dialética (*risos*). É isso, tomar parte de alguma coisa, tomar parte do mundo. Eu tô no mundo! Talvez seja isso, eu não tenho certeza.

Parte II – Participação e Reconhecimento Social

Capítulo IV: A participação como busca de reconhecimento social

A questão que nos colocamos neste estudo é saber o que leva o jovem hoje a atuar em determinadas formas de participação consideradas clássicas ou formais. Como vimos, as pesquisas nacionais e internacionais apresentadas assim como os autores mencionados nos Capítulos I e II desta dissertação, respondem afirmativamente à questão “o jovem participa?”, pondo em cheque a negação da participação dos jovens na atualidade.

O presente capítulo trata da Teoria do Reconhecimento Social, referencial teórico empregado neste estudo como estratégia para compreender o significado da participação política dos jovens no universo entrevistado. Objetivamos mostrar que a participação dos jovens entrevistados pode ser entendida a partir da busca por Reconhecimento. Isto é, nossa finalidade é apontar de que modo a atitude de participar dos jovens entrevistados pode ser explicada à luz da Teoria do Reconhecimento Social. Para tanto, serão abordadas as perspectivas de dois de seus principais autores: o filósofo social e sociólogo alemão Axel Honneth³¹ e a cientista política norte-americana Nancy Fraser³².

Cabe esclarecer que o exercício empregado não será o de comparação das diferentes concepções destes autores como tema central. Isto é, não serão abarcadas todas as suas idéias/teorias, e sim, apenas aquelas que possam ser utilizadas como orientação para a análise das entrevistas que compõem o universo deste estudo³³.

A Teoria do Reconhecimento está inserida no campo teórico da Teoria Crítica³⁴. Como define Marcos Nobre:

A Teoria Crítica não se limita a descrever o funcionamento da sociedade, mas pretende compreendê-la à luz de uma emancipação ao mesmo tempo

³¹ Em 1996, Honneth sucedeu Habermas (de quem fora assistente) em seu posto no Instituto de Filosofia da Universidade de Frankfurt, e em maio de 2001 assumiu a direção do Instituto de Pesquisa Social, da mesma universidade (Nobre, 2007).

³² Nancy Fraser é professora de ciência política na New School, New York, e editora da revista internacional *Constellations*.

³³ Logo, a principal divergência entre Honneth e Fraser, no tocante a questão do reconhecimento com redistribuição (esta, reivindicada por Fraser), não será aqui abordada.

³⁴ A primeira elaboração sistemática da Teoria Crítica foi realizada por Max Horkheimer, diretor do Instituto de Pesquisa Social da Universidade de Frankfurt, no artigo *Teoria Tradicional e Teoria Crítica*, de 1931. Ao assumir a cátedra da Universidade que cabia ao Instituto, dando-lhe o nome de “Filosofia Social”, em 1930, Horkheimer lança a proposta de um ambicioso programa de pesquisa interdisciplinar cuja referência teórica fundamental era a obra de Karl Marx e o marxismo, excluído via de regra das instituições universitárias nesta época. Estava inaugurada a vertente intelectual da Teoria Crítica, que tinha como premissa desenvolver e atualizar as intenções marxistas em um novo contexto histórico (Nobre, 2003).

possível e bloqueada pela lógica própria da organização social vigente (Nobre, 2003, p.9).

Os autores da Teoria do Reconhecimento atentam para a necessidade de se levar em consideração como questões concretas lograram transformar-se em movimentos sociais com voz própria, e como estes últimos devem ser analisados pragmaticamente. A tentativa de manter acesa a chama da relação entre teoria e prática concreta define sua importância como campo de estudo atual (Mattos, 2004).

O principal mérito da perspectiva teórica do reconhecimento é ter contribuído para o entendimento dos processos sociais de superação prática das estruturas de dominação, re-significando relações de poder naturalizadas, na medida em que problematiza o acesso seletivo e arbitrário de classes³⁵ inteiras de indivíduos, em detrimento de outras, aos bens e recursos em disputa na sociedade (Souza, 2007).

Os autores abordados neste capítulo, Honneth e Fraser, cada um ao seu modo, buscam estabelecer uma posição crítica em relação às lutas sociais contemporâneas, teorizar o lugar da cultura no capitalismo e pensar padrões de justiça.

A preocupação de Honneth está voltada para a construção de uma teoria sociológica do reconhecimento. Como Honneth, Fraser também discute os aspectos filosóficos e sociológicos da Teoria do Reconhecimento, mas seu interesse principal está localizado na análise dos recentes movimentos sociais e das lutas políticas que os singularizam (Mattos, 2006).

Os dois autores têm como ponto comum a definição do tema do reconhecimento como sendo central para uma Teoria Crítica da sociedade contemporânea, seguindo como pressupostos os princípios norteadores desta vertente intelectual, a saber: a orientação para a emancipação da dominação e o comportamento crítico em relação ao conhecimento produzido e à própria realidade social que tal conhecimento pretende apreender (Nobre, 2003).

4.1 O Reconhecimento Social segundo Axel Honneth

Honneth esclarece que o conceito de “reconhecimento” não possui uma definição clara, quer seja na linguagem cotidiana, quer seja na filosofia (Honneth, 2007).

³⁵ O termo classe denota ordens de subordinação ligadas e legitimadas socialmente. Dizer que a sociedade possui uma estrutura de classes é dizer que ela institucionaliza mecanismos econômicos que sistematicamente negam a alguns de seus membros oportunidades necessárias para que eles participem da vida social junto com os demais (Mattos, 2004).

De fato o conceito de reconhecimento só começa a ganhar um lugar central durante as duas últimas décadas, com o surgimento de uma série de debates políticos e movimentos sociais que lhe demandaram uma consideração mais acentuada:

Quer nas discussões sobre o multiculturalismo, quer no auto-esclarecimento teórico do feminismo, rapidamente surgiu como um ideal compartilhado a visão normativa de que os indivíduos ou grupos sociais têm de ser aceitos e respeitados em suas diferenças. A partir daqui, foi um pequeno passo para a compreensão generalizada de que a qualidade moral das relações sociais não pode ser mensurada exclusivamente em termos de uma distribuição justa ou equitativa dos bens materiais (Honneth, 2007, p.81).

Segundo Honneth, a própria idéia de justiça passa a sofrer uma mudança a partir do final dos anos 1980, na medida em que tais movimentos sociais:

Chamaram nossa atenção para o significado político da experiência do desrespeito social e/ou cultural. Como resultado, passamos a perceber que o reconhecimento da dignidade dos indivíduos e grupos forma uma parte vital de nosso conceito de justiça (Honneth, 2007, p.80).

Para o autor, a idéia de justiça hoje está essencialmente conectada à concepção em relação a como e de que maneira os indivíduos se reconhecem reciprocamente e interagem em sociedade.

A teoria de Honneth, inspirada em Hegel³⁶, é fundamentada na idéia de que a base da interação social é o conflito, a luta por reconhecimento. Seu objeto central, portanto, é o conflito social.

Honneth afirma que a luta por reconhecimento é “o elemento no qual se movem e se constituem a subjetividade e a identidade individual e coletiva” (Nobre, 2003, p.17). Segundo o autor, os indivíduos se constituem como pessoas unicamente porque, da perspectiva dos outros que assentem ou encorajam, aprendem a se referir a si mesmos como seres que possuem determinadas propriedades e capacidades. Com isso Honneth pretende construir uma teoria social mais próxima das ciências humanas e de suas aplicações empíricas.

Segundo Honneth (2003), há três esferas de reconhecimento: a esfera individual, a esfera social/ jurídica e a esfera mais ampla que engloba a solidariedade (onde atuam os movimentos sociais). E, à cada uma destas três esferas de reconhecimento, corresponde um

³⁶ Para Hegel, primeiro pensador a colocar o princípio do reconhecimento no centro de sua ética, a autoconsciência de um indivíduo depende da experiência de reconhecimento social. Hegel objetiva mostrar que todo processo de interação é constituído pelo reconhecimento mútuo, onde há um consenso que fundamenta os acordos intersubjetivos. Para o autor, todos os conflitos estão baseados na violação desse consenso (Mattos, 2006).

tipo de desrespeito, ou injúria moral, cuja experiência pode influir no surgimento dos conflitos sociais.

A Teoria do Reconhecimento presente na formulação de Honneth oferece, portanto, um modelo de compreensão da realidade social que focaliza os conflitos originários de experiências de desrespeito social, delineando uma teoria crítica da sociedade na qual os processos de mudança social devem ser explicados tendo em vista as ações que buscam restaurar relações de reconhecimento mútuo.

Essa abordagem focada na injúria moral privilegia a idéia de que os eventos experienciados como injustiças podem auxiliar na explicação da conexão entre moralidade e reconhecimento:

Com base nos critérios utilizados pelos indivíduos em questão para diferenciar entre uma ofensa moral e um mero infortúnio ou força, não é difícil demonstrar que, no primeiro caso, deve haver um elemento de reconhecimento negado ou recusado, enquanto que, no segundo, naturalmente não há lugar para essas referências. Assim, a injúria física se torna uma injustiça moral se as vítimas são levadas a enxergá-la como uma ação que intencionalmente desprezou um aspecto central do bem-estar pessoal delas (das vítimas). Não é apenas inflição da dor física como tal que constitui uma injúria moral, mas a consciência adicional de não ter o seu entendimento reconhecido e aceito (Honneth, 2007, p.85).

Ser reconhecido por outro sujeito, segundo Honneth (2007, p.84), “não é apenas uma cortesia, mas uma necessidade humana vital”, uma condição necessária para a subjetividade plena. Negar o reconhecimento a alguém seria, portanto, além de simples falta de respeito, uma ofensa grave, capaz de causar uma auto-aversão incapacitante. Nas palavras do autor:

Devemos nossa integridade (...) ao recebimento da aprovação ou reconhecimento por parte de outras pessoas. A negação do reconhecimento (...) é danosa porque ela prejudica (...) as pessoas no entendimento positivo de si mesmas, um entendimento adquirido pelos meios intersubjetivos (Honneth, 1992; apud Fraser, 2007, p.119).

Honneth enfocará cada um dos três tipos de desrespeito, ou injúria (correspondente às três esferas do reconhecimento - individual, social/jurídica e de solidariedade ampla - como já mencionado), para demonstrar como as relações de reconhecimento, ao serem negadas, podem influenciar de forma negativa na constituição da identidade individual e coletiva. Por outro lado, demonstra que, ao contrário, quando tais relações são incentivadas, podem levar à auto-realização dos indivíduos.

Honneth utiliza-se primeiramente do tipo de desrespeito presente nas humilhações físicas, como a tortura ou o estupro, considerados por ele como os tipos mais básicos de

humilhação, porque “privam os seres humanos da manifestação corporal de sua autonomia em relação a si mesmos, e portanto, de uma parte de sua confiança elementar em seu mundo” (2007, p.85).

Segundo Honneth, em contrapartida, o reconhecimento positivo correspondente a esse tipo de desrespeito, que levaria o indivíduo a desenvolver uma autoconfiança corporal, seria o cuidado emocional presente na idéia de amor.

Como as necessidades físicas e afetivas só podem ser “validadas” através do fato de se estar satisfeito, ou de se sentir respondido diretamente, este tipo de reconhecimento requer a aceitação e o encorajamento afetivo por parte das pessoas que formam o círculo dos relacionamentos sociais primários, como de família ou amizade, que possam retribuir os sentimentos de estima. Tal reconhecimento recíproco depende de atitudes de aceitação emocional ligadas a pré-condições fora do controle dos indivíduos, como a afinidade e a atração. Contudo, essas pré-condições:

Não podem ser transferidas segundo a vontade de outros para um círculo mais amplo de membros interagentes. É por essa razão que esse tipo de relação de reconhecimento contém um particularismo moral que não consegue ser dissolvido em qualquer tentativa de generalização (Honneth, 2007, p.86).

A confiança em si mesmo, reconhecimento afetivo gerado pela atitude positiva em relação a si próprio, é o que forma os requisitos psicológicos para o desenvolvimento de todos os outros aspectos do auto-respeito.

A segunda forma de desrespeito, distinta daquela dos maus-tratos físicos, é a da negação dos direitos e conseqüente exclusão social, na qual seres humanos padecem em sua dignidade por não serem considerados como portadores de direitos e responsabilidades na perspectiva de seus companheiros.

Em contrapeso, a atitude positiva que os sujeitos podem tomar em relação a si mesmos quando adquirem esse reconhecimento legal, é a de um auto-respeito elementar:

As relações legalmente fundamentadas, em contraste com as relações de reconhecimento dentro dos relacionamentos primários, permitem a generalização de seu ambiente característico de reconhecimento (...) as relações legais são universalizadas, no sentido em que, a um círculo crescente de grupos até agora excluídos ou desprotegidos dentro de uma comunidade, são concedidos os mesmos direitos que os concedidos a todos os outros membros. Por esta razão, a relação de reconhecimento aparente na ordem legal contém, em seu cerne, uma dinâmica universalizadora que sobe ao poder através de lutas históricas (Honneth, 2007, p.87).

O terceiro e último tipo de desrespeito que Honneth distingue está ligado à depreciação do valor social de formas específicas de vida, isto é, à depreciação das habilidades de um indivíduo ou de seu estilo de vida: “esse padrão de desvalorização resulta em não permitir que os sujeitos em questão se relacionem com as habilidades adquiridas ao longo de suas vidas, em relação à estima social” (Honneth, 2007, p.87).

Para que os indivíduos possam encontrar auto-realização dentro do relacionamento positivo desta forma de reconhecimento, é necessário que adquiram a aceitação solidária por parte dos demais, assim como o encorajamento mútuo de sua individualidade, enquanto indivíduos formados por suas próprias experiências de vida.

Quando reconhecido dessa forma, a atitude positiva que um sujeito pode tomar em relação a si mesmo, é referente a auto-estima: sabendo-se estimado por seus atributos e qualidades específicas, o sujeito pode identificar-se com eles.

Segundo Honneth, a cada nova forma de reconhecimento, a partir da qual o indivíduo pode referir a si mesmo como sujeito, há o crescimento do grau de auto-realização positiva.

O que Honneth objetiva demonstrar é que a formação da identidade prática do indivíduo é articulada em um contexto prévio de relações de reconhecimento, e que isto ocorre em três dimensões distintas, mas interligadas, como vimos: a esfera emotiva, que permite ao indivíduo uma confiança em si mesmo, indispensável para os seus projetos de auto-realização pessoal; a esfera jurídico-moral, em que a pessoa individual é reconhecida como autônoma e moralmente imputável, desenvolvendo assim uma relação de auto-respeito; e a esfera da estima social, em que os projetos de auto-realização pessoal podem ser objeto de um respeito solidário (Nobre, 2003).

É desse modo que está inscrita na experiência do amor a possibilidade da auto-confiança; na experiência do reconhecimento jurídico, a do auto-respeito e; por fim, na experiência da solidariedade, a possibilidade da auto-estima.

Ou seja, a auto-confiança, o auto-respeito e a auto-estima, como considerados por Honneth, formam aspectos de uma relação positiva com o eu, que pode somente ser alcançada através da experiência de reconhecimento:

Desta maneira, o escopo por auto-realização depende de pré-condições não disponíveis aos próprios sujeitos, já que elas podem ser adquiridas somente com a cooperação de seus companheiros (Honneth, 2007, p.88).

Como observa Nobre (2003), o tipo de luta social que Honneth privilegia em sua Teoria do Reconhecimento, portanto, não é aquele focado em objetivos de auto-preservação

ou aumento de poder, isto é, não segue a concepção de conflito predominante tanto na filosofia política moderna como na tradição sociológica:

Antes, interessam-lhe aqueles conflitos que se originam de uma experiência de desrespeito social, de um ataque à identidade pessoal ou coletiva, capaz de suscitar uma ação que busque restaurar relações de reconhecimento mútuo (Nobre, 2003, p.18).

Este modelo padrão de identidade do reconhecimento defendido por Honneth é criticado pela cientista política Nancy Fraser. A autora apresenta uma apropriação diferenciada do tema do reconhecimento, como veremos a seguir.

4.2 O Reconhecimento Social segundo Nancy Fraser

Em contraposição ao modelo de identidade de Honneth, Fraser propõe seu *modelo de status*, onde o que exige reconhecimento não é a identidade específica do grupo, mas o status de seus membros como parceiros plenos na interação social. Para ela:

O não reconhecimento, conseqüentemente, não significa a depreciação e a deformação da identidade do grupo, mas sim, a subordinação social no sentido de ser impedido de participar como um par na vida social (Fraser, 2007, p.117).

Diferentemente de Honneth, Fraser propõe conceber o reconhecimento como uma questão de justiça, ao afirmar:

É injusto que a alguns indivíduos e grupos seja negado o status de parceiros plenos na interação social, simplesmente como uma conseqüência dos padrões institucionalizados do valor cultural, em cuja construção eles não têm participado igualmente e que menospreza suas características particulares, ou as características distintivas atribuídas a eles. Ou seja: deve-se dizer que o não-reconhecimento é errado porque ele constitui-se em uma forma de subordinação institucionalizada, sendo uma violação séria à justiça (Fraser, 2007, p.120).

A abordagem de Fraser tem como fim a *paridade participativa*, não-sectária. Esse modelo, segundo a autora, traz a vantagem de permitir que as reivindicações por reconhecimento se justifiquem sob condições modernas de pluralismo de valor.

No modelo de status, o objetivo da superação da subordinação é estabelecer o grupo não-reconhecido como um membro efetivo da sociedade, capaz de participar no mesmo nível de todos os demais membros. Ou seja, entender o reconhecimento como uma questão de

status é examinar os padrões institucionalizados de valor cultural por seus resultados na posição relativa dos agentes sociais:

Se e quando tais padrões constituem esses agentes como pares, capazes de participar no mesmo nível um com o outro na vida social, então podemos falar de reconhecimento recíproco e igualdade de status. Quando, em contraposição, os padrões institucionalizados de valor cultural constituem alguns agentes como inferiores, excluídos, completamente diferentes ou simplesmente invisíveis, conseqüentemente como menos que parceiros plenos na interação social, então podemos falar de não-reconhecimento e subordinação de status (Fraser, 2007, p.18).

O não-reconhecimento surge, no modelo de status de Fraser, quando as instituições estruturam a interação de acordo com normas culturais que impedem a paridade da participação.

A autora cita alguns exemplos do que considera casos de não-reconhecimento segundo seu modelo: as leis matrimoniais que julgam as uniões entre o mesmo sexo como ilegítimas; as políticas de bem-estar social que estigmatizam as mães solteiras como “parasitas sexualmente irresponsáveis”; e as práticas de policiamento cujos “delineamentos raciais” associam indivíduos à criminalidade conforme a cor de sua pele. Nas palavras de Fraser:

Em cada um desses casos, a interação é regulada por um padrão institucionalizado de valor cultural que constitui algumas categorias de agentes sociais como normativas e outras como deficientes ou inferiores: ser heterossexual é normal, ser gay é perverso; “famílias encabeçadas por homens” são corretas, “famílias encabeçadas por mulheres” não são; “brancos” são obedientes à lei, “negros” são perigosos. Em cada caso, o resultado é negar a alguns membros da sociedade o status de parceiros plenos na interação, capazes de participar no mesmo nível que os demais (Fraser, 2007, p.118).

Em cada caso, portanto, faz-se apropriada uma determinada reivindicação de reconhecimento, onde o objetivo não está na valorização da identidade do grupo, mas sim na superação da subordinação.

E na medida em que as reivindicações por reconhecimento no modelo de status buscam estabelecer o indivíduo subordinado como um parceiro pleno na vida social (capaz de interagir com os outros como um par), têm como objetivo desinstitucionalizar padrões de valor cultural que impedem a paridade da participação, substituindo-os por padrões que a possam favorecer (Fraser, 2007, p.118).

Não obstante, Fraser não discorda do fato de que a reparação de uma injustiça requer uma política de reconhecimento. O que irá argumentar, é que isso não mais se dará através do parâmetro da identidade.

Fraser critica o modelo padrão de identidade do reconhecimento de Honneth, por discordar do conceito de identidade cultural nele utilizado. Na abordagem de Honneth, como vimos, o não-reconhecimento consiste na depreciação de tal identidade por parte da cultura dominante, o que gera conseqüente dano à razão de ser dos membros do grupo em questão. Remediar esse dano significa exigir reconhecimento, o que requer a união dos membros do grupo para que reformulem sua identidade coletiva ao produzirem uma cultura própria de auto-afirmação.

Para Fraser, ao interpretar o não-reconhecimento como uma identidade “defeituosa”, esse modelo enfatiza a estrutura psíquica em detrimento das instituições sociais e da interação social, tornando-se assim “profundamente problemático” (Fraser, 2007, p.116).

Ao impor a elaboração e a manifestação de uma identidade coletiva autêntica, auto-afirmativa e autogerada, isto é, ao impor a identidade do *grupo* como o objeto de reconhecimento, impõe-se ao mesmo tempo uma pressão moral aos membros individuais para se conformarem à cultura do grupo. Como resultado, Fraser aponta a determinação de uma identidade de grupo única, e, conseqüentemente:

Drasticamente simplificada, que nega a complexidade das vidas das pessoas, a multiplicidade de suas identificações e os contra-golpes de suas várias afiliações (Fraser, 2007, p.117).

Além disso, a autora afirma que este modelo materializa a cultura: ao ignorar os fluxos transculturais, ele trata as culturas como se fossem fortemente limitadas, nitidamente separadas e não-interagentes.

O problema desta elaboração, segundo Fraser (2007), é que ela tende a promover o separatismo e o isolamento do grupo em vez da interação transgrupal. Ao negar a heterogeneidade interna, o modelo de identidade acaba por obscurecer as lutas *internas* dos grupos sociais, em favor da autoridade e do poder para representá-los. Por conseguinte, mascararia o poder das frações dominantes e reforçaria a dominação intragrupal.

O modelo de status, na opinião de Fraser (2007), evita algumas dificuldades presentes no modelo de identidade de Honneth. Ao rejeitar a visão do reconhecimento como valorização da identidade do grupo e ao impor a igualdade de status no sentido da paridade da participação, o modelo de Fraser evitaria conseqüentemente, tornar as identidades essenciais e

ainda valorizaria a interação transgrupal em oposição ao separatismo e ao isolamento do grupo.

Outra vantagem do modelo de Fraser, segundo a própria, advém do fato de que, ao conceber o não-reconhecimento como subordinação de status, o que é considerado injusto não está localizado no âmbito da psicologia individual ou interpessoal (como em Honneth), mas sim no âmbito das relações sociais:

Não ser reconhecido, nessa visão, não é simplesmente ser considerado impróprio, ser menosprezado, ou desvalorizado nas atitudes conscientes ou crenças mentais dos outros. É, sim, ter negado a si o status de ser um parceiro pleno na interação social, e ser impedido de participar como um par na vida social, como consequência dos padrões institucionalizados de valor cultural que constituem alguém como não merecedor de respeito ou estima. Quando esses padrões de desrespeito e desestima são institucionalizados, eles impedem a paridade de participação (Fraser, 2007, p.121).

O que Fraser denomina como psicologização do reconhecimento, ou seja, a associação do não-reconhecimento à autoconsciência do oprimido, traz dois riscos que devem ser evitados, em sua opinião.

Primeiramente há o risco da culpabilização da vítima: atribuir dano psíquico àqueles submetidos ao racismo, por exemplo, poderia ser considerado um aumento da injúria. Em segundo lugar, quando o não-reconhecimento é comparado ao preconceito nas mentes dos opressores, tentar superá-lo através do policiamento de suas crenças, poderia parecer uma abordagem autoritária. Para o modelo de status, em contraposição, o não-reconhecimento é uma questão moralmente indefensável quer esteja atrelado ou não a qualquer dano à subjetividade dos oprimidos.

É preciso esclarecer, porém, que o modelo de status de Fraser não nega ou mesmo desconsidera os efeitos psicológicos causados pelo não-reconhecimento, assim como descritos por Honneth. A questão chave é a afirmação de que o não-reconhecimento independe da presença desses efeitos.

Ou seja, ao separar a normatividade das reivindicações do reconhecimento da psicologia, Fraser demonstra ser possível comprovar que a sociedade cujas normas institucionalizadas impedem a paridade da participação é injusta ainda que não inflija danos psíquicos àqueles que ela subordina. Dessa forma, a autora acredita que o modelo de status aumenta sua força normativa.

Capítulo V: Trajetórias de participação e engajamento: os sentidos da participação dos jovens através da Teoria do Reconhecimento Social

5.1 Entre a participação e o engajamento: breves considerações

No presente capítulo, tratamos dos significados atribuídos pelos jovens à sua participação nos partidos políticos e no movimento estudantil no Rio de Janeiro, através de suas narrativas pessoais. Em primeiro lugar estabeleceremos um diálogo com os dois autores de referência da Teoria do Reconhecimento Social, Axel Honneth e Nancy Fraser, e em seguida, abordaremos algumas particularidades da participação juvenil atual, à luz de alguns aspectos encontrados no diálogo com outras autoras como Regina Novaes, Janice Tirelli de Sousa, Ann Mische, Anne Müxel, Lucia Rabello de Castro, Jane Correa, e Márcia Hora Acioli.

Uma primeira distinção observada no material das entrevistas diz respeito à diferença entre a noção de participação e a de engajamento. Como mencionamos no Capítulo I, participação é um termo mais abrangente do que a noção de engajamento. No primeiro caso a atuação dos sujeitos pode ser pontual ou esporádica, não importando se a participação é política, social, cultural, ecológica, ou de outro tipo. Já a noção de engajamento implica, necessariamente, como definido principalmente por Sartre (1987), um compromisso orientado por um projeto de vida e pelo objetivo de transformação da sociedade e das estruturas sociais. Por conseguinte, nem toda a participação política, social, ou de qualquer outro tipo se traduz em engajamento. Por exemplo, quando a jovem entrevistada Priscila analisa a sua participação no partido político no qual trabalha, ela não interpreta sua atuação com base nos valores associados à transformação da sociedade: nossa entrevistada tem o objetivo específico de ingressar e ascender numa carreira ligada à área de comunicação, e entende que o trabalho que faz pode lhe favorecer a alcançar o objetivo de se qualificar para a futura profissão³⁷. Ela afirma que poderia estar trabalhando no partido como em qualquer outro lugar. Também o entrevistado Renato afirma que a participação no Grêmio de sua escola não é prioridade em sua vida. Ele acredita que antes de aprofundar a participação política, precisa “organizar

³⁷ Da mesma forma, podemos considerar que um jovem que participa de uma organização ou grupo contra o racismo e que espera uma mudança de mentalidade na sociedade, pode ser engajado mesmo que não participe do movimento estudantil ou de algum partido político, como os nossos entrevistados.

melhor sua vida”, o que compreende conseguir um trabalho e tirar boas notas na escola. Renato explica:

Se eu conseguir ficar nisso tudo bem, tirar nota boa, deixar a mamãe alegre “ó, tirei nota boa e tal”, porque ela enche meu saco com nota. Se eu conseguir deixar tudo isso direitinho, (...) se eu continuar me interessando, porque ainda tem isso, eu posso estar me interessando por agora, mas daqui a uma semana, uma semana e meia, um mês eu, “ah vou lá pra quê”, sabe? Às vezes pode ser um foguinho de agora, “ah vou entrar lá, é legal é uma idéia que eu tô tendo agora”. Mas aí eu quero primeiro estabilizar direito, eu já estou achando que o Grêmio pra mim já é muita coisa... (Renato, 16 anos)

Alguns jovens entrevistados justificam seu engajamento de acordo com o sentido “existencial” presente na obra sartreana ligado à idéia de *projeto de vida*. Para Sartre a noção de engajamento pode ser explicada através da noção de compromisso: o indivíduo se compromete em um projeto de ação efetiva e não com meras ações esporádicas sem um objetivo determinado - isso teria a ver com um projeto de vida maior. Observa-se nas entrevistas notadamente uma distinção entre o que vem a ser uma participação engajada e uma não engajada (política, social, etc.). Gustavo sabiamente resume esta distinção ao dizer:

Óbvio que as pessoas se engajam em níveis maiores e menores (Gustavo, 20 anos).

Os entrevistados Gustavo, Rafaela, Iriel, Rayana e Isabel demonstram que seu engajamento é fruto de um processo gradual. Rayana chega a afirmar isso quando diz:

Não é um acontecimento, eu acho que tudo é um processo. Eu acho que você não dorme num dia e diz “ah, eu sou uma pessoa que não participo muito, uma pessoa descompromissada, sem nenhum vínculo” e no outro dia acorda “pô, porque eu ouvi aquilo, não, hoje eu sou uma pessoa compromissada”. Eu acho que é um processo que a gente vai conhecendo e a gente vai tomando amor. Porque uma coisa é a gente vestir a camisa, outra coisa é a camisa ser nossa. Quando a camisa é do vizinho a gente vai cuidar da camisa, mas quando a camisa é nossa a gente morre por ela. Então eu acho que a gente vai tomando amor e a gente vai gostando. (Rayana, 15 anos)

Gustavo ilustra ainda outro aspecto do engajamento segundo Sartre, o sentido existencial que representaria a base para a efetiva transformação do que está estabelecido. Para o autor é a partir da mudança individual concreta que se daria a transformação social: os indivíduos teriam que promover antes de tudo a mudança em si mesmos. O tipo de engajamento encontrado em alguns dos jovens entrevistados sustenta-se na crença de que a

transformação individual concreta deve ocorrer como meio de dar coerência às suas ações, de se chegar à transformação nas relações sociais e mesmo consolidar a luta por uma sociedade socialista. Assim eles nos dizem:

Pra gente querer um novo, nós temos que ser esse novo. Pra você transformar o mundo você tem que se transformar. (Gustavo, 20 anos)

Gustavo entende que uma efetiva transformação do que está estabelecido se dá *a partir de uma mudança individual concreta*.

Iriel igualmente apresenta um alto grau de engajamento, observável em sua afirmação de que sua participação modificou sua vida “por completo”, “totalmente” e “radicalmente”. Segundo ele, isso se deve a uma mudança na sua forma de pensar, ao fato de estudar mais, e “perceber melhor as coisas que acontecem”. Ele revela:

Mudou tanto que se você perguntar como é que você pensava antes, eu não consigo dizer, não lembro, não lembro. E se você perguntar a qualquer um de nós, eles vão dizer que é difícil mesmo lembrar, porque é uma mudança tão radical que acaba que parece que é uma outra vida, entendeu? Você passa a se lembrar só dos fatos, não lembra do que você pensava, do que você dizia. (Iriel, 20 anos)

Gustavo, Iriel, Rafaela, Rayana e Isabel compartilham da idéia de engajamento como um compromisso a orientar um projeto de vida. No entanto, apenas os três primeiros estão comprometidos com um objetivo de transformação de estruturas sociais. Ressalte-se também que os valores mais fundamentais para Isabel, segundo ela própria são:

A família, a educação, o progresso da sociedade, o desenvolvimento do nosso país. (Isabel, 20 anos)

Diante da pergunta: “como é a sociedade dos seus sonhos?” Ela titubeia, diz que a pergunta é difícil, diz que não sabe responder. Gustavo, Iriel e Rafaela não hesitam em exclamar rapidamente: “a sociedade socialista”. Rafaela diz:

A sociedade onde não haja classes (...) onde não haja a exploração do homem pelo homem. (Rafaela, 19 anos)

Conforme observado, um grau mais elevado de engajamento corresponderia a um sujeito com maior consciência sobre as escolhas e sobre o que estas implicam, maior conhecimento sobre a própria causa e como defendê-la. Ou seja, maior “apropriação” de sua atuação e das ferramentas e mecanismos possíveis de serem utilizados, e isso deve-se,

principalmente, ao tempo dedicado à participação. Quanto mais tempo atuando no movimento ou no partido, quanto mais experiência, maior é também a profundidade das motivações, maior a articulação das próprias idéias, e maior fluência para expressá-las. O que vem a comprovar o que já afirmava Bordenave (2002): se aprende a participar, participando.

Percebe-se que outro elemento que influencia no grau de engajamento do jovem é o estímulo proveniente de sua família. Este é um fator fundamental para uma das entrevistadas, Rayana, que recebe em casa, uma preparação para a atuação no debate político que enfrenta no partido. Ela afirma:

Então o que acontece no partido, que acaba sendo debatido no partido, eu debato em casa também. Porque a família eu acho que o primeiro discurso, os primeiros conselhos, não são nem no partido, são em casa. Então a primeira coisa que indigna a gente, a gente fala em casa, né? (Rayana, 15 anos)

Com base nas entrevistas percebe-se, portanto, que Gustavo, Iriel, Rafaela, Rayana e Isabel possuem uma atuação que pode ser considerada engajada. Priscila participa de um partido político, mas nem por isso vivencia um engajamento, como definido neste estudo, e Renato pode vir a engajar-se ou não, conforme sua participação no Grêmio de sua escola se desenvolva.

5.2 Participação e Reconhecimento Social

Encontramos no material empírico um conjunto de significados atribuído pelos jovens à sua participação, o que nos possibilitou ensaiar formulações teóricas sobre a centralidade da noção de reconhecimento para a compreensão de como os jovens se engajam em partidos políticos e no movimento estudantil. A idéia fundamental retomada aqui é a de considerar o reconhecimento como cerne para a tematização da participação dos jovens nas duas instâncias mencionadas. Para efeito de melhor exposição da análise, construímos uma tipologia com as mais importantes noções derivadas da noção de reconhecimento social. Isto sem desconsiderar importantes intercessões e debates que o enquadre escolhido pode suscitar. Separamos o presente estudo em 6 partes, e em cada uma será encontrada uma ênfase em algum aspecto do reconhecimento social de acordo com os autores privilegiados. O estudo recai sobre os seguintes tipos: **I** - Participação e auto-realização; **II** - Participação e justiça social; **III** - Participação, direitos sociais e transformação da sociedade; **IV** - Participação e respeito individual; **V** - Participação e estima social e **VI** - Participação e sociabilidade.

I - Participação e auto-realização

A maioria dos jovens entrevistados foi representante de turma no colégio (todas as mulheres foram). Nota-se que suas trajetórias de participação contribuem para a formação da identidade de líderes. Estes jovens, como nos ensina Honneth, parecem desenvolver de modo particular, a “auto-confiança” e a “auto-estima”. Eles se reconhecem estimados por seus atributos e qualidades específicas (Honneth, 2007) no âmbito da militância. Para o autor, as relações de reconhecimento, ao serem negadas, podem influenciar de forma negativa na constituição da identidade individual e coletiva, mas quando incentivadas podem levar à auto-realização dos indivíduos (Honneth, 2007).

Priscila, Isabel e Renato justificam sua participação através da idéia de auto-realização. Isto se relaciona, no caso delas, com a ambição de serem bem-sucedidas na carreira; e no caso dele, com a intenção de adquirir status na escola e conseguir ser popular para conquistar amigos. Fraser (2007) esclarece que o não-reconhecimento independe da presença dos efeitos psicológicos ocasionados por uma injúria moral, como parece ser nestes três casos, pois nem sempre uma reivindicação de reconhecimento parte de um dano à identidade de um indivíduo ou grupo: o efeito psicológico pode estar presente ou não. Há casos em que a participação dos jovens é justificada por uma injúria moral, como pode ser observado nos jovens que integram determinados movimentos como o gay, hiphop, etc. Os nossos entrevistados, no entanto, não justificam sua participação ligando-a a uma ofensa moral. Apesar deles se mobilizarem contra a discriminação sexual e o racismo, bandeiras do movimento estudantil hoje, eles próprios não sofreram este tipo de discriminação. Alguns dizem, quando muito, que foram discriminados por fazerem parte de determinado partido político.

Apesar de não justificarem seu engajamento como um objetivo de auto-realização, como Priscila, Isabel e Renato, podemos perceber também na fala de Rafaela, Iriel e Rayana, elementos ligados à idéia de auto-realização como concebida por Honneth (2007). No caso de Rafaela, esta idéia fica visível quando ela descreve sua experiência nas passeatas, onde há a oportunidade de falar para um grande número de pessoas:

É de se arrepiar mesmo, é de se emocionar. A gente vê que o que a gente falou mexeu no coração das pessoas, mexeu com os sentimentos, não só com os estudantes, mas com a população mesmo, no sentido de (*gerar*) indignação. (...) acho que quando a gente fala alguma coisa e é aplaudido,

um sentimento de emoção também, né? Você vê que aquilo que você falou não foi besteira, né? As pessoas entenderam. (Rafaela, 19 anos)

Verifica-se a idéia de auto-realização no depoimento de Iriel, quando menciona os benefícios da sua participação:

Lutar pelo o que eu luto e eu acredito nisso, é o mais importante, é o maior benefício, isso aqui não tem outra escola melhor do que essa, né? Essa é a melhor escola, eu poderia fazer uma PUC, uma UFRJ, mas essa aqui pra mim é a melhor escola. Porque é uma escola de conhecimento, mas também é uma escola da vida, né? Você abre o seu horizonte e passa a conhecer muitos lugares também. Ou seja, eu por ser da UBES eu tive a oportunidade, tô tendo a oportunidade, de conhecer muitos lugares. Eu já fui pro Pará, pra Amazônia, já fui pra Minas Gerais, já fui pro Rio Grande do Sul, já fui pra Florianópolis... você passa a conhecer também a cultura do povo brasileiro, sabe? Isso é importante. Eu acho muito bacana. (Iriel, 20 anos)

Nota-se a presença do reconhecimento como auto-realização também no relato de Rayana, que enfatiza seu desempenho destacado a despeito de sua pouca idade, ao contar que foi premiada “por várias vezes” como aluna destaque do curso do PMDB, por estar entre as 10 notas mais altas ou por ter feito o melhor trabalho da turma. Ela enumera:

Fui gratificada também pelo fato de sempre participar me manifestando oralmente em todas as passeatas e eventos do partido. Além disso, no dia 7 de agosto de 2006, recebi da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, uma Moção de Congratulações pelo meu destaque junto à juventude do PMDB e interesse na constituição de uma juventude atuante no cenário político carioca. (Rayana, 15 anos).

II - Participação e justiça social

Há nas entrevistas a referência à idéia de justiça social, como um ideal a ser alcançado, como algo pelo qual vale a participação. Priscila, Renato e Iriel abordam esse ideal quando perguntados a respeito de sua opinião sobre a “sociedade dos sonhos”. Renato e Priscila dizem:

Sociedade dos sonhos? Ih (*risos*), tem que ser só dos sonhos mesmo. Pô, justa é uma coisa que vai demorar a acontecer. Uma coisa assim, justa, acho que sendo justa tem que ter menos criminalidade, acho que sendo justo já inclui isso. Pô, cada um, acho que justa resolve o que eu quero dizer, porque aí eu vou falar de política, uma coisa direita, sem roubo. Acho que tudo isso se resume em justa, sabe qual é? Uma coisa assim, tudo igual pra todos. (Renato, 15 anos)

Eu acho bonito uma democracia justa, menos individualidade, menos preconceito. (Priscila, 20 anos)

A participação se justifica da seguinte forma para Rafaela, Gustavo e Iriel:

Lutar por um mundo mais justo (Rafaela, 19 anos)

A luta dos estudantes é uma luta muito justa, e fundamental (Gustavo, 20 anos)

É preciso lutar pra gente caminhar numa sociedade mais justa (Iriel, 20 anos).

Como vimos no capítulo anterior, segundo Honneth, a idéia de justiça sofre uma transformação após o final dos anos 1980, na medida em que os movimentos sociais passam a reivindicar o reconhecimento da dignidade dos indivíduos e grupos como um aspecto essencial do conceito de justiça (Honneth, 2007). Para ele, a idéia de justiça atualmente conecta-se à maneira como os indivíduos se reconhecem reciprocamente e interagem em sociedade. O conceito de injustiça para Honneth, como vimos, está atrelado à experiência do desrespeito, ou injúria moral, experiência esta que origina os conflitos sociais, pois pode influenciar de forma negativa na constituição da identidade individual e coletiva.

Em contraposição ao modelo de identidade de Honneth, Fraser propõe seu *modelo de status* para pensar o conceito de justiça. Para a autora, o que exige reconhecimento não é a identidade específica do grupo, mas o status de seus membros como parceiros plenos na interação social. Para ela, o não reconhecimento não significa a depreciação e a deformação da identidade do grupo, mas sim, a subordinação social no sentido de ser impedido de participar como um par na vida social (Fraser, 2007). Isto é, para Fraser, conceber o não-reconhecimento como subordinação de status, significa que o que é considerado injusto não está localizado no âmbito da psicologia individual ou interpessoal (como em Honneth), mas sim no âmbito das relações sociais. Não ser reconhecido, segundo a autora, não é simplesmente ser desvalorizado ou menosprezado, e sim, não ser considerado como um membro efetivo da sociedade, capaz de participar no mesmo nível de todos os demais membros (Fraser, 2007).

Logo, as falas aqui citadas parecem trazer tanto os elementos da idéia de justiça como concebida por Honneth, quanto por Fraser, na medida em que os entrevistados evocam a idéia de justiça ligada ao desejo de uma sociedade mais igualitária, e também, menos individualista e preconceituosa.

III - Participação, direitos sociais e a transformação da sociedade

Pode-se dizer que Gustavo, Rafaela e Iriel representam parcelas do universo de jovens que participam politicamente por sentirem que seus direitos não são reconhecidos, e que seu destino foge do domínio da família de origem, em um momento de confronto com os limites que marcam o fim da ajuda da família:

Eu já cheguei a uma determinada consciência de que a minha família foi mais uma fase na minha vida. O que é importante pra mim são os estudantes, o que é mais importante pra mim é a população. Eu tenho muita referência é no povo mesmo, né? Na população em geral, nos estudantes mesmo, cada vez mais explorados, sofrendo.

Rafaela descreve sua avaliação sobre a realidade em que vive grande parte da juventude atual:

É você chegar no trem e ver que a realidade é crua, nua e crua. (...) a gente sabe que a juventude brasileira, a juventude do Rio tá sofrendo com o ataque do passe livre, com diversos ataques diariamente, e não são só os estudantes. Quer dizer, é diariamente o preço da passagem aumentando cada vez mais, o preço do remédio subindo cada vez mais. (Rafaela, 19 anos)

Um outro entrevistado se refere à idéia de injustiça social da seguinte maneira:

Eu não compreendia o que era, mas também via que tinha um problema, ou seja, era você ter um morro com muita gente passando fome e logo do lado você ter um prédio de luxo, então tinha alguma coisa de errado ali que eu percebi desde cedo. Então quando eu percebi que eu poderia fazer alguma coisa e que essa coisa não dava pra fazer sozinho, porque não há saída individual pro problema que é coletivo, então eu resolvi me organizar. (Iriel, 20 anos)

Gustavo afirma que é negado tanto à juventude quanto à população em geral, o direito de se desenvolver plenamente. Ele faz referência à limitação das escolhas disponíveis para os jovens, de acordo com a classe social a que pertencem:

Não é qualquer um que pode ser qualquer coisa. Na sociedade em que a gente vive isso é proibido. Isso depende da condição social, da condição econômica de cada um. (...) hoje vivemos uma ditadura dos ricos, o que significa a negação de direitos aos pobres. (Gustavo, 20 anos)

Por isso ele diz lutar por um rearranjo na distribuição de poder atual na sociedade, como podemos perceber na seguinte fala:

É, é o poder mesmo, o poder político, econômico, os meios de produção, as riquezas estarem nas mãos dos trabalhadores. (Gustavo, 20 anos)

A impressão é que a sua percepção vai se ampliando de um problema particular para todo um panorama maior:

No começo era aquele negócio de você mudar a escola, né? (...) Nessa sociedade que a gente vive a gente podia ter escola pra todo mundo, uma escola de melhor qualidade, mas sempre vai ser mais lucrativo ter um bando de escola particular, cursinho em todo canto. Então o problema, é um problema que nós temos que transformar a sociedade, acabar com o capitalismo. (Gustavo, 20 anos)

Também Iriel e Rafaela falam sobre a luta por transformação social:

É preciso conscientizar o trabalhador (...) (*para que haja*) a apropriação da riqueza pelo trabalhador, pra que todos tenham condição de saciar seus desejos intelectuais, familiares, pessoais. (...) a exploração do homem pelo homem é a espinha dorsal dos nossos problemas. Quando você termina com isso, quando você acaba com isso, o resto vai se esvaindo. (Iriel, 20 anos)

Eu acho que é fundamentalmente a organização dos trabalhadores, a organização dos estudantes pra transformar a sociedade. (Rafaela, 19 anos)

Ou seja, pode-se afirmar que os jovens entrevistados identificam-se com a população que sofre com uma forma de desrespeito presente na negação dos direitos e conseqüente exclusão social (Honneth, 2007). Como vimos no capítulo anterior desta dissertação, esta forma de desrespeito é classificada por Honneth como pertencente a segunda esfera de reconhecimento, àquela ligada ao reconhecimento legal, ou jurídico-moral, na qual seres humanos padecem em sua dignidade por não serem considerados como portadores de direitos como os demais. Segundo Honneth, ao adquirirem esse reconhecimento legal, os sujeitos adquirem um auto-respeito elementar:

As relações legalmente fundamentadas (...) são universalizadas, no sentido em que, a um círculo crescente de grupos até agora excluídos ou desprotegidos dentro de uma comunidade, são concedidos os mesmos direitos que os concedidos a todos os outros membros. Por esta razão, a relação de reconhecimento aparente na ordem legal contém, em seu cerne, uma dinâmica universalizadora que sobe ao poder através de lutas históricas (Honneth, 2007, p.87).

Poderíamos afirmar, portanto, que aqueles jovens que se identificam com os grupos “até agora excluídos ou desprotegidos dentro de uma comunidade”, seriam movidos por uma busca de reconhecimento jurídico-moral como posto em Honneth? Como lembra Nobre (2003), a luta por reconhecimento na concepção de Honneth não é o tipo de luta social focado

em conflitos com objetivos de aumento de poder, mas sim em conflitos que se originam de uma experiência de desrespeito social, de um ataque à identidade pessoal ou coletiva, capaz de suscitar uma ação que busque restaurar relações de reconhecimento mútuo.

Nessa direção, a explicação da motivação de Rafaela, Gustavo e Iriel por uma busca de reconhecimento jurídico-moral como posto em Honneth ver-se-ia equivocada, na medida em que esses jovens se dizem engajados em uma luta, não por restauração de uma identidade coletiva, mas sim por aumento de poder. O que estes três jovens garantem buscar na participação no movimento estudantil é a transformação das estruturas sociais: a sociedade socialista. Para isso, Rafaela e Gustavo asseguram que é preciso “organizar não só os estudantes, mas a população mesmo” enquanto Iriel afirma ser necessário “conscientizar os trabalhadores”.

Ou seja, percebe-se que os três buscam a superação da subordinação como definida por Fraser (2007) em seu modelo de status. Neste modelo o objetivo da superação da subordinação é estabelecer o grupo não-reconhecido como um membro efetivo da sociedade, capaz de participar no mesmo nível de todos os demais membros. Diferentemente de Honneth, Fraser propõe conceber o reconhecimento como uma questão de justiça, ao afirmar:

É injusto que a alguns indivíduos e grupos seja negado o status de parceiros plenos na interação social (...). Ou seja: deve-se dizer que o não-reconhecimento é errado porque ele constitui-se em uma forma de subordinação institucionalizada, sendo uma violação séria à justiça (Fraser, 2007, p.120).

Para os entrevistados Gustavo, Rafaela e Iriel, portanto, a reivindicação de reconhecimento não objetiva a valorização da identidade do grupo (Honneth, 2007), mas sim a superação da subordinação (Fraser, 2007).

IV - Participação e respeito individual

Nos depoimentos de Priscila e Isabel, apesar de mencionado o objetivo de “ajudar as outras pessoas”, é possível perceber que suas atuações não estão voltadas para uma tentativa de paridade de participação, como determinado por Fraser (2007), uma vez que em seus relatos não há reivindicação de emancipação de nenhum grupo específico, e sim ações de cunho assistencialista.

Nas motivações destas duas entrevistadas, sobressaem as idéias de busca por um espaço de reconhecimento individual, e de busca por oportunidades pessoais, principalmente ligadas à carreira profissional. Priscila afirma:

Preciso do essencial e ser bem sucedida, é isso que eu sempre quero, tipo, ser bem sucedida, ser requisitada. É o que eu falo da minha dinda, tipo, ela não fica desempregada, entendeu? Então eu acho que esse é o meu maior objetivo, entendeu? Que aí eu vou ser, isso é reconhecimento, entendeu? Reconhece que ela é boa, entendeu? Então eu acho que isso que é legal, e com humildade também. (Priscila, 20 anos)

No caso de Priscila, percebe-se que ela absorve uma forte pressão em relação ao seu sucesso profissional. Ela revela:

Eu fico pensando nisso: como é que poderia ser amanhã? Será que eu me formando, como é que vai ser? Entendeu? Então eu acho que, eu acabo tendo uma cobrança externa disso também. (Priscila, 20 anos)

Essa cobrança repercute em um sentimento de angústia, que se traduz nas seguintes palavras de Priscila em relação à sua família e aos professores da escola, que segundo ela, a lembram a todo o momento, a competição:

Os professores ficam falando isso toda hora, na minha casa ficam falando isso toda hora, de *(que)* tem pessoas que podem te passar, entendeu? Então eu acho que estou sempre, estou sempre atrasada (...) eu penso sempre nisso, penso sempre. (Priscila, 20 anos)

Já Isabel enfatiza em seu discurso que ela não pretende:

Seguir a mesmice de chegar aos trinta anos ainda enquanto juventudezinha de partido. (Isabel, 20 anos)

Ela acredita que a juventude deve assumir um papel muito maior do que “juventudezinha partidária”. Para ela, o jovem deve assumir o papel de “político”, independente de sua idade. Como se o termo “juventude” de certa forma diminuísse a função política. Isabel atribui ao termo as seguintes imagens:

Parece que é uma coisa separada, uma coisa de tirar foto, de fazer baderna na rua. (Isabel, 20 anos)

Com o objetivo “de ser respeitada”, Isabel decidiu então, em certo momento, “deixar tudo de lado” e “seguir a carreira profissional”, entrando para a faculdade de direito na FGV.

Segundo Honneth (2007), ser reconhecido é uma condição necessária para a subjetividade plena: “devemos nossa integridade (...) ao recebimento da aprovação ou reconhecimento por parte de outras pessoas” (Honneth, 1992; apud Fraser, 2007, p.119).

Isabel e Priscila enfatizam em suas falas a busca por reconhecimento fora do âmbito dos partidos políticos nos quais participam, através da realização em uma carreira profissional – no caso de Priscila, bastante vinculada a pressão familiar e ao exemplo de sua madrinha.

É importante notar que dentre os entrevistados, Isabel e Priscila são as únicas que cursam uma faculdade. A preocupação delas com a vida profissional, desproporcional em relação aos demais entrevistados, pode ser explicada pelo próprio estágio de vida que experimentam, distinto dos jovens que ainda frequentam o Ensino Médio ou curso pré-vestibular.

V - Participação e estima social

A partir das entrevistas percebe-se a grande importância que alguns jovens atribuem ao apreço e a consideração por parte de outros jovens ou de adultos que integram os ambientes em que participam: escolas e partidos políticos. Vejamos o exemplo a seguir, da entrevistada Isabel, que se diz muito reconhecida no PSDB:

Até porque eu entrei na política sozinha, eu não conhecia ninguém do partido (...) tudo eu conquistei muito pelas minhas próprias pernas. (...) Ali dentro as pessoas me respeitam muito, admiram também. O próprio presidente do partido, nossa, quando foi o meu boom dentro do partido, com 17 pra 18 anos: “ela só tem 18 anos?!” As pessoas querem estimular isso, então você acaba tendo uma relação com as pessoas mais antigas e acaba sendo todo mundo “você” e não mais “senhor”. (Isabel, 20 anos)

Podemos perceber também no depoimento de Priscila, a importância de ser respeitada dentro do partido político no qual trabalha. Ela justifica da seguinte maneira o fato de continuar trabalhando no PFL:

Então o que mais marcou aqui foi eu ta numa coisa séria, entendeu? Coisa que, eu ser nova, as pessoas me dão valor, sabe? Pôxa, às vezes eu peço uma coisa pra um cara de 40, 50 anos, parece meu avô, meu pai. Então eu aprendi a lidar com isso, isso pra mim é o maior aprendizado daqui, as pessoas me respeitarem, sabe? Pô, porque as pessoas me respeitam assim, pô elas mais velhas do que eu, muito mais instruídas, então, sei lá, e, porque elas têm esse respeito a mim, assim (...) o reconhecimento pra mim é importante. (Priscila, 20 anos)

Observamos traços comuns que unem as histórias de Priscila e Isabel: o desejo de serem reconhecidas e bem-sucedidas em suas carreiras, e o fato de se orgulharem de terem entrado nos respectivos partidos por mérito próprio, sem a indicação de ninguém. Há ainda outro fator comum entre as duas: elas foram as únicas dentre os(as) entrevistados(as) que revelaram decepções com o “mundo político”.

A gente, como realização pessoal, a gente sempre procura reconhecimento. Mas a política é muito ingrata porque é um ambiente de disputa, não existe reconhecimento. (Isabel, 20 anos)

No caso de Rayana, observamos que no ambiente escolar, ela não colhe os mesmos louros que o partido lhe tem destinado. Lá, ela é “de oposição”, por pertencer a um partido de oposição em relação a maioria das correntes dos estudantes em geral, notadamente de esquerda. Não é difícil visualizar as dificuldades com as quais Rayana diz se deparar. De forma positiva, porém, ela afirma que encontrou, no enfrentamento, a oportunidade de crescer, “ficando firme”, por exemplo, perante as vaias numa eleição ao Grêmio Estudantil. Assim ela lembra tal eleição:

O pessoal está ali pra te massacrar. E eu era da 8ª série, concorrendo com gente do 2º ano, fazendo frente com gente do 3º ano, então era complicado, porque eles ficavam te coagindo. Eu me senti coagida. Eu não deixei transparecer, mas é uma armadura que você tem que colocar pra você subir, e você, mesmo sendo sacaneada, sendo vaiada, porque eu fui vaiada pela outra parte. Você é vaiada e você é aplaudida. Você tem que se manter firme. (Rayana, 15 anos)

Segundo Rayana, a “patrulha ideológica” ultrapassava o momento do “palanque” chegando a atingir seu modo de se vestir:

(perguntavam) “por que você não usa o broche do seu partido dentro do colégio? É vergonha do seu partido?” Vergonha nenhuma. Porque eles era PSOL e eu sou PMDB. Você tem o direito de vir com o broche do seu partido e eu tenho o direito de vir ou de não vir! Eu nunca disse que não sou do PMDB, pelo contrário, sou do PMDB sim, todo mundo sabe. Eu não escondo isso de ninguém. Mas a idéia é te coagir, entendeu? Pra ver se você desiste. Então foi um momento complicado, mas um momento muito importante, marcante. (Rayana, 15 anos)

Rayana, a exemplo, se depara com o terceiro tipo de desrespeito que Honneth distingue, ligado a esfera da estima social, em que os projetos de auto-realização pessoal podem ser objeto de depreciação. Ou seja, em sua escola, ao assumir uma identidade contrária à maioria dos demais estudantes, engajada em partidos “de esquerda”, Rayana vivencia uma experiência de não reconhecimento: é considerada imprópria, menosprezada, e desvalorizada nas atitudes conscientes ou crenças mentais dos outros, como define Honneth (Fraser, 2007, p.121).

Ao dizer que se mantém “firme” e que se fortalece com as vaias, no entanto, percebe-se que Rayana consegue conservar seus projetos de auto-realização pessoal. Uma pista sobre como alcança fazer isto, está em sua fala a respeito da importância dos “elos” com as pessoas

que participaram da sua chapa na disputa do Grêmio, assim como da confiança das pessoas que votaram nela. Nesse sentido ela chega a citar a máxima de Saint-Exupéry, “você é responsável por aquilo que cativa”. Nas palavras de Rayana:

Eu acho que quando você participa, quando você está engajado eu me sinto uma pessoa grande, sabe? De valor. (Rayana, 15 anos)

Percebe-se nas histórias de Priscila, Isabel e Rayana uma busca por reconhecimento como Honneth (2007) define no que ele denomina a terceira esfera do reconhecimento: a esfera da estima social. Priscila, Isabel e Rayana buscam a auto-realização desta forma de reconhecimento, isto é, buscam a aceitação solidária por parte dos demais, assim como o encorajamento mútuo de sua individualidade enquanto indivíduos formados por suas próprias experiências de vida (Honneth, 2007).

VI - Participação e sociabilidade

O entrevistado Renato afirma que o que o fez ter vontade de participar do Grêmio foi a seguinte motivação:

É que é uma coisa assim entre amigos, não é uma parada chata. (Renato, 15 anos)

Assim como os outros entrevistados, Renato também explica sua participação como uma atitude de comprometimento e responsabilidade para com o espaço de participação onde está inserido, no caso, o Grêmio estudantil de sua escola:

Porque é responsabilidade, vai ser uma coisa pra cuidar do colégio, a gente vai ser a voz dos alunos, a gente vai ter que tomar conta, a gente vai ser autoridade ante a direção do colégio. (...) Acho que esse é o ponto, acho que vale a pena. (Renato, 15 anos)

No entanto, além das motivações já explicitadas pelos demais entrevistados, na entrevista de Renato surge um outro aspecto da busca por reconhecimento através da participação política:

Vamos falar diretamente aqui, pô, eu sou do Grêmio, eu vou ser importante na escola, sem mais nem menos. Conhecer mais gente e tal, ter mais amigos. (...) Pô, a gente sendo do Grêmio, a gente vai ser um pessoal com um pouco mais de moral. A gente vai falar com mais gente, a gente vai conseguir ter mais amigos, e vamos ter mais amigos confiáveis, tipo assim, relações que durem mais, uma coisa assim, melhor. Não que a gente não consiga não sendo do Grêmio, mas vai facilitar, sabe qual é? (Renato, 15 anos)

Como vimos no Capítulo IV desta dissertação, Honneth afirma que a luta por reconhecimento é “o elemento no qual se movem e se constituem a subjetividade e a identidade individual e coletiva” (Nobre, 2003, p.17). Para Honneth (2007), os indivíduos se constituem como pessoas unicamente porque, da perspectiva dos outros que assentem ou encorajam, aprendem a se referir a si mesmos como seres que possuem determinadas propriedades e capacidades.

Uma das formas dos indivíduos encontrarem a auto-realização, segundo o autor, é por meio da aceitação solidária e do encorajamento mútuo de sua individualidade e de suas experiências de vida: sabendo-se estimado por seus atributos e qualidades específicas, o sujeito pode identificar-se com eles. E, segundo Honneth, a cada nova forma de reconhecimento, a partir da qual o indivíduo pode referir a si mesmo como sujeito, há o crescimento do grau de auto-realização positiva.

O que Honneth objetiva demonstrar é que a formação da identidade prática do indivíduo é articulada em um contexto prévio de relações de reconhecimento, e que isto ocorre em três dimensões distintas, mas interligadas, como vimos: a esfera emotiva, que permite ao indivíduo uma confiança em si mesmo, indispensável para os seus projetos de auto-realização pessoal; a esfera jurídico-moral, em que a pessoa individual é reconhecida como autônoma e moralmente imputável, desenvolvendo assim uma relação de auto-respeito; e a esfera da estima social, em que os projetos de auto-realização pessoal podem ser objeto de um respeito solidário (Nobre, 2003). Ou seja, a auto-confiança, o auto-respeito e a auto-estima, como considerados por Honneth, formam aspectos de uma relação positiva com o eu, que pode somente ser alcançada através da experiência de reconhecimento:

Desta maneira, o escopo por auto-realização depende de pré-condições não disponíveis aos próprios sujeitos, já que elas podem ser adquiridas somente com a cooperação de seus companheiros (Honneth, 2007, p.88).

Utilizando a concepção de Honneth, depreendemos que Renato também busca uma auto-realização a partir do relacionamento positivo que compõe a esfera da estima social, em que os projetos de auto-realização pessoal podem ser objeto de um respeito solidário (Nobre, 2003). Vê-se que este entrevistado busca a aceitação solidária por parte dos demais, assim como o encorajamento mútuo de sua individualidade (Honneth, 2007).

5.3 Particularidades da participação na juventude

Sousa (1999) revela que uma característica da participação política dos jovens a partir dos anos 1990, é o empenho em instituir nos grupos a informalidade e a reivindicação de um relacionamento “leve”. Rir, divertir-se, ser feliz na militância, é o contrário da nostalgia

Para a nossa entrevistada Rayana, a participação está associada a sentimentos como: alegria, “deixar vivo”, “não estar dormindo enquanto as coisas acontecem”. E, principalmente, “fazer a diferença”³⁸. Rayana declarou:

Tipo, eu empresto um pouco do que eu tenho pro PMDB, do meu jeito de descobrir, de argumentar, porque isso veio comigo (Rayana, 15 anos)

O fenômeno da “militância múltipla” (Mische, 1997, p.145 e Sousa, 1999) se destaca nos estudos sobre juventude e participação política. Só para citar dois exemplos de nossos entrevistados, temos que: Gustavo possui cargo de responsabilidade e relevância na AERJ e na UBES, participa da União Juventude e Rebelião, e do PCR (Partido Comunista Revolucionário); Rayana participa do PMDB e é coordenadora do grupo de teatro na igreja que frequenta.

Por outro lado, na pesquisa do IBASE e PÓLIS (2005) evidenciou-se o sentimento de despreparo dos jovens em relação à participação na esfera política, uma vez que, segundo os mesmos, só participam politicamente aqueles que “sabem fazer” e os “que estão por dentro do assunto” (IBASE e PÓLIS 2005, p.51). Percebe-se que os jovens podem se sentir “perdidos” em meio a estudantes mais experientes na discussão política:

A gente ficou super interessado, o bagulho é legal, a gente nesse fogo de entrar assim, pô, a gente resolveu aceitar entrar na Juventude e Rebelião. Mas aí a gente tá querendo voltar atrás, tipo assim, primeiro eu fiquei meio que perdido, pô, eu não entendi direito. Eles são muito idealistas, são uma coisa assim, muito além da gente, sabe? Eu não tô pra isso, eu não tô pra ser um Che Guevara da vida, entendeu? A gente foi, o pessoal é legal mas o que eles discutem lá a gente não tem a mínima idéia do que eles estão discutindo. Às vezes eles falam, falam, falam tanto que você não consegue achar o ideal deles. (Renato, 15 anos)

³⁸ Não obstante, encontramos nas narrativas de nossos entrevistados, não apenas referências à uma certa “leveza” como descrita por Sousa (1999), mas também muitos relatos sobre o “preço que se paga”, ou os “custos” da participação, como por exemplo: o afastamento da família, a dificuldade de conciliar a militância com os estudos e com o trabalho, a má alimentação durante os longos períodos fora de casa, dentre outros problemas.

Outro aspecto da militância atual é abordado por Müxel (1997), que afirma que com a chegada

a ao final do milênio, houve uma menor legibilidade das clivagens entre a esquerda e a direita e um recuo do sentimento de pertencimento, o que fez com que a distinção esquerda-direita fosse considerada ultrapassada para julgar as tomadas de posição política. Para esta autora, os jovens apelam mais para a competência e para a boa vontade do que para a ideologia política. Isabel, nessa direção, afirma que não importam mais os rótulos “direita” ou “esquerda”, e sim as ações empreendidas na prática. Em suas palavras:

Eu entrei para o PSDB foi mais pela ideologia mesmo social-democrata. Eu nunca me considerei de esquerda ou de direita. Aliás, eu acho que essa discussão já acabou, a queda do muro prova isso. Acabou a discussão. Eu acho que a gente tem que ter compromisso com o desenvolvimento do nosso país, compromisso com o desenvolvimento do nosso estado, do município. (Isabel, 20 anos)

Há, todavia, noutra direção, entrevistados que dizem sonhar com a “sociedade socialista”. Esta é a “sociedade dos sonhos” considerada por quatro de nossos entrevistados (Gustavo, Iriel, Rafaela e Renato).

É interessante notar ainda que os jovens usam um vocabulário diferenciado, dependendo do partido ou correntes ideológicas dos quais fazem parte. O tipo de atuação política dita as palavras de ordem, que são usadas para darem vida às aspirações dos jovens. A idéia de **“transformação”**, cara a Iriel, Rafaela, e Gustavo, por exemplo, se materializa nos termos: “transformar a sociedade”, “transformar a consciência da juventude”, “transformar o mundo”, “transformar a si mesmo”. Nas entrevistas de Isabel, Priscila e Renato, aparecem muitas vezes as palavras **“reconhecimento”**, **“respeito”** e **“realização”**, ao se referirem ao sentimento de serem reconhecidos, o que já não aparece na entrevista de Iriel, Rafaela, e Gustavo. Na entrevista de Rayana, é curioso notar que não aparece a palavra “transformação”, nem a palavra “reconhecimento”, mas por outro lado, aparecem mais constantemente do que nas outras entrevistas, as palavras ligadas ao vocabulário religioso: **“ajudar ao próximo”**, **“benção”**, **“ter fé”**.

O que as entrevistas revelam ainda é que, em geral, para os jovens, a participação é tida como uma ação entre amigos, “não é uma coisa chata”. E enquanto alguns jovens são atraídos predominantemente ou exclusivamente pela sociabilidade que a participação proporciona, por ser um “bagulho legal” como diz Renato, outros são atraídos por uma vontade premente de “fazer algo”.

Para Renato, por exemplo, o clima “legal” da participação (passeata, encontro de amigos), foi o que pareceu ter capturado sua atenção. Como peso para continuar a participar cita os amigos novos e a oportunidade de conhecer amigos “melhores”. A volubilidade, a inconstância da participação, ou o “fogo de palha” são também claramente reconhecidos entre os jovens:

Foi aquele fogo pra entrar, mas depois vi que não era bem isso (...) pode ser só um fogueiro que não dure. (Renato, 15 anos).

Também é claro o sentido de “novidade” como importante justificativa para a participação dos jovens. A vida anterior à participação é tida como uma “vidinha comum”, pelos dois entrevistados mais jovens da amostra, Rayana e Renato, e como uma “vida alienada” por Iriel. Vejamos suas falas:

Sei lá, eu me vi saindo do meu mundo de menina comum do colégio, que só faz colégio e cursinho de inglês e vai na [sic] igreja. (Rayana, 15 anos).

Era uma coisa tipo vou pra escola hoje assistir aula e ficar com meu grupo e voltar pra casa, era assim. (Renato, 16 anos)

Porque o ambiente que eu tinha era um ambiente muito de... ou seja, de, um ambiente alienado, de cotidiano, ou seja, você acorda cedo, estuda, trabalha, chega em casa muito tarde e dorme. Hoje não, hoje a cada minuto eu to participando de alguma discussão, eu to refletindo sobre alguma coisa, eu to fazendo alguma coisa que me faça pensar, entendeu? (Iriel, 20 anos).

Outra observação retirada das entrevistas diz respeito às diferentes visões sobre a participação política de jovens de diferentes classes sociais. Iriel, por exemplo, afirma que é difícil estudantes de classe alta participarem, mas alguns até aderem, enquanto Isabel diz que é difícil estudantes de classe baixa participarem, mas alguns até conseguem... Iriel afirma:

O relacionamento com o pessoal mais carente é mais fácil, muito mais fácil, o pessoal é mais necessitado de informação, quer saber mais. O pessoal que tem uma renda melhor, que tem mais acesso à informação, é um pouco mais, tipo assim: “eu sei um pouco mais”, entendeu (*risos*)? É mais difícil participar, mas em geral dá pra fazer, em geral dá pra fazer (Iriel, 20 anos)

Já Isabel assume opinião contrária:

Antigamente falavam que a juventude do PSDB era muito elitista, e aí uma das nossas bandeiras é justamente abrir mais o partido, levar o partido pra base, da sede sai pras ruas, pras comunidades. Aí entrou muita gente de classes sociais que não entravam. (...) mas é muito difícil fazer com que eles desçam, saiam da comunidade, a realidade é muito diferente. Se você pegar

Jacarepaguá, Realengo, Bangu, você consegue tirar jovens de classes sociais menos favorecidas e levar pra política. (...) Mas ali a violência é muito grande, então esse acesso de você ir até lá fica muito difícil, e deles descenderem pra conhecer também. Fica difícil pela questão da violência, pela questão da auto-estima baixa. (Isabel, 20 anos)

Outra diferenciação abordada nas entrevistas diz respeito ao gênero: seria mais difícil para as mulheres participarem do que para os homens. Foi interessante perceber que esta dificuldade maior para as mulheres tenha sido proveniente das observações de um rapaz. Nenhuma das entrevistadas citou qualquer dificuldade que tenha tido na vivência de sua participação política, devido ao fato de ser mulher. É Gustavo quem diz:

Eu acho que mulher tem mais dificuldade porque a gente vive numa sociedade extremamente machista, né? E mulher não pode participar, não deve. Os familiares normalmente são os mais machistas. Se uma companheira nossa liga pra casa de um rapaz, o pai e a mãe vão falar com muita tranquilidade. Se eu ligo às vezes pra uma pessoa mais nova, que tá começando a participar, é aquele interrogatório todo. Então existe um machismo grave e uma sociedade falando que a mulher não tem que participar. E quando fala que tem, também é de uma forma... hoje: “ah não, a mulher tem que participar, estar no mercado de trabalho”. Mas na verdade o que acontece é que a mulher tem dupla jornada normalmente, trabalha na rua e em casa. É mentira que tá resolvendo, que existe uma... Então por isso no movimento isso também se espelha. (Gustavo, 20 anos)

Não obstante, também percebemos que nos partidos políticos alguns jovens parecem não ter sua voz garantida. Isabel e Priscila fazem revelações:

Tem muita gente que vai pra lá (*para as reuniões do partido*) com a ilusão de que vai chegar lá e vai falar, falar, falar, e todo mundo vai ouvir, e que já vai ser o máximo no outro dia. E nunca é. Por ser um partido um pouco tradicional, o PSDB, ele tem uma hierarquia. Não é... a gente não trabalha com uma linha horizontal, lá é uma linha vertical. (Isabel, 20 anos)

Já Priscila afirma não ter certeza se preserva hoje em dia a característica de liderança da época de conquistas como representante de turma no colégio, devido a estar restrita, segundo ela, a uma hierarquia mais rígida em seu trabalho atual no PFL:

(*na escola*) eu era decidida. Por mais que eu era fechada [sic], de repente eu falava “não, é isso, tem que ser assim” e a gente lutava por isso, entendeu? (...) acho que era meio tipo líder mesmo. Eu não sei se eu sou assim muito hoje (*no partido*), por causa de uma hierarquia, por causa, as coisas mudam, né? Talvez você tem [sic] que respeitar uma hierarquia e que talvez isso me deixe com, seja mais retraído. (Priscila, 20 anos)

Outra constatação preocupante encontrada nas entrevistas é a incompatibilidade entre a dedicação aos estudos e/ou ao trabalho e a dedicação ao engajamento político, disputando um longo período de tempo dos jovens. Não sobra tempo para trabalhar, pois é preciso mergulhar na militância, como demonstra Iriel. Ele falta várias aulas do pré-vestibular devido às viagens constantes demandadas pelo movimento estudantil. Gustavo repetiu o terceiro ano e está defasado em relação à sua idade (20 anos). Isabel não quis ser apenas “juventudezinha de partido”, como se não fosse viável conciliar a faculdade com uma atuação política mais “marcante”. Cabe lembrar que entre os “contras” da participação política apontados pelos jovens entrevistados pela pesquisa *Juventude Brasileira e democracia: participação, esferas e políticas públicas* (IBASE e PÓLIS, 2005), foi ressaltado que:

a participação política compete com a sobrevivência, com a necessidade de trabalhar e ganhar o sustento; e exige muito tempo do jovem (p.50).

Mas, a despeito da comprovação da participação política juvenil atual nesta dissertação, seria um equívoco acreditar que a simples participação de jovens nos processos políticos seja suficiente para solucionar os graves problemas que os afetam. Por isso, refutamos aqui a idéia da participação política como “fórmula milagrosa”, a exemplo do que afirma Márcia Hora Acioli:

Não é por ser jovem que a participação será melhor qualificada, mas é por ser jovem que se sabe como as políticas cegas com relação aos seus contextos, às suas histórias, e surdas quanto às suas vozes negam-lhes direitos (2005, p.93).

Encerraremos este estudo, portanto, com algumas considerações a respeito da importância de todas as iniciativas de participação política juvenil aqui mencionadas, a começar pela afirmação de que a participação política é relevante por sua potencialidade em impedir que desigualdades sociais se perpetuem e se agravem (Acioli, 2005). Isto porque a participação política abre a possibilidade de servir como:

Caminho para corrigir problemas históricos que mantêm os interessados não só distantes das decisões, mas ignorantes a respeito dos mecanismos de decisão (Acioli, 2005, p.93).

Segundo Acioli (2005), a participação expressa pela fala pode promover o desenvolvimento da consciência e a percepção da violência que é permanentemente diluída no

cotidiano, e que tende a ganhar *status* de naturalidade quando a dor e a violação, banalizadas, passam a ser consideradas como algo intrínseco à vida.

Deste modo, a autora chama a atenção para a necessidade de dar visibilidade às muitas violações em nossa sociedade, através da participação política nos fóruns democráticos de poder, por vezes desconhecidos ou mesmo desacreditados. A autora afirma:

Há muito sofrimento que não é registrado como violação dos Direitos Humanos, há muita dor que se estabeleceu como integrante da cena pública (como a fome e a falta de moradia, a ausência de escolas e hospitais), ou mesmo da cena privada (como a violência doméstica). A vida pautada pela sobrevivência subtrai das pessoas o direito de apreciar, de fazer escolhas, de exercer uma subjetividade livre (Acioli, 2005, p.100).

Acioli correlaciona a relevância da participação política à própria característica essencial da democracia: seu vínculo “à idéia de um direito universal à participação e ao exercício do Poder” (Chauí, 2004; apud Acioli, 2005, p95).

Boaventura de Sousa Santos (2006) aponta como o respeito universal pela dignidade humana pode parecer utópico. E como, ainda assim, não deixa de ser uma exigência ética séria. O autor conclui:

Como disse Sartre, antes de concretizada, uma idéia apresenta uma estranha semelhança com a utopia. Nos tempos que correm o importante é não reduzir a realidade apenas ao que existe (2006, p.470).

Assim sendo, desconsiderar a relevância da participação política juvenil significa desconsiderar uma série de direitos dos jovens, a começar por seu direito à voz.

Tanto no senso comum como em alguns movimentos sociais e na academia, todavia, ainda há os que “falam pelo outro, tomam a palavra e proferem análises como se os excluídos fossem destituídos da capacidade de elaborar um discurso inteligente e coerente sobre sua realidade” (Acioli, 2005, p.94). Acioli cita o exemplo do jargão em voga especialmente na área social hoje, sobre “dar voz” aos jovens. Ela afirma que a defesa da necessidade de “dar voz às crianças e aos adolescentes”, “dar voz aos excluídos”, “dar voz aos marginalizados”, acaba por assentar-se como um gesto de autoridade, na medida em que representa a posição de conceder ao outro o direito à fala. Assim esclarece a autora:

O verbo dar (ceder, presentear, doar, conceder, outorgar) supõe que o objeto, ou a faculdade, pertence a quem proferiu a fala. Ou seja, a voz ainda é dos adultos que detêm a autoridade e o poder de concedê-la a quem lhes interessar. (...) Mais apropriado do que “dar voz” seria não calar as múltiplas vozes e sim aguçar a capacidade de olhar para o mundo de modo profundo, crítico e sensível (2005, p.94).

Afirma Acioli que a voz escutada “tem repercussão na vida, não como eco surdo, mas como mudança no cenário das relações” (2005, p.96). A capacidade de falar produz a reflexão, o entendimento e a elaboração discursiva sobre a própria existência, uma vez que a fala, e a própria escuta, tornam inteligíveis as experiências: “uma parte da fala é programada, está no *script*, é repetição mecânica; outra é reflexão que produz a fala autêntica e transformadora” (Acioli, 2005, p.96).

No presente estudo buscou-se verificar a relação entre a participação política juvenil e o reconhecimento social. Vimos que os autores escolhidos, Axel Honneth e Nancy Fraser, procuraram analisar, cada um a seu modo, o sentido da participação na sociedade atual. A partir do nosso material empírico, compreendemos que o processo de participação dos jovens envolve tanto o contexto social, quanto as questões de gênero a ele associadas. Vimos igualmente que questões sociais, culturais e econômicas devem ser analisadas quando são analisadas as condições de participação e engajamento dos jovens na atualidade.

Na juventude ocorrem diversas transformações em vários aspectos da vida. Trata-se de um longo processo de aprendizado das formas de participação e engajamento para aqueles jovens que decidem seguir este caminho. Este fato em si é muito importante, pois reforça a idéia da complexidade de se estudar a participação dos jovens neste período da vida, onde as habilidades para torna-se participativo e engajado ainda estão se desenvolvendo. Os resultados apresentados mostram que há uma busca por reconhecimento entre os jovens que procuram os partidos políticos e o movimento estudantil no Rio de Janeiro, seja através das motivações pela superação da subordinação como definida por Fraser (2007), ao lutarem pela paridade na participação, não apenas em relação aos jovens estudantes, mas em relação à população excluída em geral; seja através da busca pelo reconhecimento na esfera da estima social como definida por Honneth (2007), isto é, da auto-realização através da aceitação solidária por parte dos demais, e do encorajamento mútuo de sua individualidade.

Concluimos que as demandas dos(as) jovens por nós entrevistados parecem ilustrar o que Castro e Correa consideram as questões advindas da nova realidade social na qual vivemos hoje: “a resignificação do conceito de justiça de forma a privilegiar a pluralidade e a diferença, erradicando-se, ao mesmo tempo, as desigualdades e a exclusão” (Castro e Correa, 2005, p.28).

Considerações Finais

Esta dissertação se propôs a evidenciar como jovens integrantes do movimento estudantil e de partidos políticos na cidade do Rio de Janeiro significam e justificam seu engajamento nesses contextos de participação.

Em primeiro lugar pôde-se perceber que são as motivações e a natureza de suas ações, e não o tipo de participação ou local em que o jovem participa, que fornecem os elementos necessários para caracterizar sua participação como “engajada” ou não. Isto é, podemos afirmar que nem toda a participação (política, social, cultural, ecológica, etc.) traduz-se em um engajamento. Tal constatação foi possível considerando-se o termo “engajamento”, entendido como um recorte dentro do termo amplo “participação”.

Vimos que o engajamento pode ser entendido a partir de diferentes perspectivas de estudo (filosofia, sociologia, história, literatura), e que há pontos em comum nas visões dos autores citados. Para a análise das entrevistas com os jovens, este estudo dedicou especial atenção à noção de engajamento em Sartre (1987). Em resumo, de acordo com este modelo de engajamento, engajar-se implica, necessariamente, um compromisso que orienta um projeto de vida, e um objetivo de transformação de relações e de estruturas sociais - ou melhor, de tentativa de transformação, uma vez que não nos é possível a garantia de resultados dada a imprevisibilidade do futuro. Isto posto, podemos considerar em relação aos jovens entrevistados, que alguns (Rayana e Isabel) apresentam o aspecto relacionado a idéia de engajamento como um compromisso a orientar um projeto de vida; outros (Gustavo, Iriel e Rafaela) apresentam todos os aspectos definidos neste modelo, isto é, além da idéia de compromisso, também o objetivo de transformação de estruturas sociais; enquanto outros (Renato e Priscila) não apresentam elementos que os possam caracterizar como “jovens engajados”.

Em segundo lugar averiguou-se através das entrevistas a existência de diferentes graus de engajamento, aferidos a partir dos seguintes critérios: um grau mais elevado de engajamento corresponderia a um ator com maior consciência sobre as escolhas e sobre o que estas implicam, maior conhecimento sobre a própria causa e como defendê-la. Ou seja, maior apropriação de sua atuação e das ferramentas e mecanismos que podem ser utilizados – o que permite uma atuação mais ampla. Verificou-se nas entrevistas que o maior nível de profundidade na participação política de uns em relação a outros deve-se: i) ao tempo em que

participam da atividade/ grupo a que estão ligados - quanto mais tempo atuando no movimento ou no partido, quanto mais experiência, maior a articulação das próprias idéias, e maior fluência para expressá-las; ii) ao estímulo proveniente de sua família, ou de outros adultos ou amigos envolvidos nos espaços de participação freqüentados pelos jovens.

A partir do enfoque da Teoria do Reconhecimento Social, também foi possível depreender neste estudo, que os jovens entrevistados participam politicamente porque buscam reconhecimento. Na tentativa de investigar que tipo de reconhecimento é almejado, procedemos a uma construção de tipologia segundo as mais importantes noções derivadas do conceito de reconhecimento social, onde a ênfase esteve voltada para alguns aspectos do reconhecimento social de acordo com os autores privilegiados.

Conclui-se que, ao inserirem-se em partidos políticos e no movimento estudantil na atualidade, alguns jovens almejam a superação da subordinação como definida por Fraser (2007) em seu modelo de status, como vimos no Capítulo IV deste estudo: no modelo de status, o objetivo da superação da subordinação é estabelecer o grupo não-reconhecido como um membro efetivo da sociedade, capaz de participar no mesmo nível de todos os demais membros. Esta é a busca por reconhecimento de três dos jovens da amostra (Gustavo, Iriel e Rafaela), que pretendem, com seu engajamento, alcançar a paridade na participação, não apenas para os jovens estudantes, mas em relação à população excluída em geral. Outra forma de reconhecimento ambicionada pelos jovens está ligada à idéia de auto-realização como concebida por Honneth (2007), no que ele denomina a terceira esfera do reconhecimento: a esfera da estima social, em que os projetos de auto-realização pessoal podem ser objeto de um respeito solidário (Nobre, 2003). Podemos perceber que os outros quatro jovens da amostra (Isabel, Priscila, Rayana e Renato) buscam a auto-realização desta forma de reconhecimento, isto é, buscam a aceitação solidária por parte dos demais, assim como o encorajamento mútuo de sua individualidade enquanto indivíduos formados por suas próprias experiências de vida (Honneth, 2007).

Neste estudo também foi constatado, a partir da literatura nacional e internacional consultada, que a presença dos jovens na tomada de posição política atual, não pode ser considerada como apática ou inexpressiva pela simples comparação com a atuação de gerações passadas, como por exemplo, a atuação política marcante da juventude nos anos 1960. Pais (2000), Abramo & Branco (2005), Balardini (2005), Castro e Correa (2005), Novaes (2007), dentre outros, atestam não ser correta a comparação entre gerações historicamente distintas. Estes autores afirmam que os jovens de hoje estão envolvidos em organizações e temáticas diferenciadas das gerações anteriores, refletindo mudanças e

transformações no campo das subjetividades da nova geração de jovens (Butler; Princeswal; Abreu, 2007).

Como vimos, no Brasil, a década de 1990 traz o retorno ao governo civil, mas, igualmente, o fim das utopias de construção de um mundo mais justo e igualitário com a desilusão política com o socialismo, e o fim do regime comunista. A distinção esquerda-direita passa a ser considerada ultrapassada para julgar as tomadas de posição política. Com a chegada do novo milênio, o contexto marcado pelo ceticismo sobre a possibilidade de mudanças institucionais vivenciado pela juventude, agrava-se com a crise de valores, a exaltação do individualismo, o culto do hedonismo e o esvaziamento das questões coletivas, que caracterizaram a sociedade atual (UNICEF, IAS e FIS, 2007, p. 84). No entanto, como vimos, este panorama histórico representou o início de uma diversificação da participação política dos jovens, reafirmando sua capacidade de “transformar suas críticas sociais - muitas vezes agudas - em ação coletiva” (Mische, 1997, p.144). A exemplo, nos remetemos ao breve histórico traçado no Capítulo II deste estudo, sobre a atuação dos jovens nas entidades representativas do movimento estudantil, a UNE e a UBES.

Desde o final dos anos 1980 e início dos anos 1990, portanto, vimos que surgem novas características na participação política juvenil. Dentre elas podemos destacar uma “nova mentalidade” dos jovens, cujos interesses voltam-se para a cultura, o esporte, a ecologia e outras formas mais leves e alegres de participação social. As novas preocupações dos jovens não estão mais necessariamente concentradas nas universidades, e sim mais dispersas nas expressões culturais das periferias (Mische, 1997). Jovens com algum interesse político certamente agora podem escolher entre muitas formas alternativas de militância, incluindo movimentos populares e anti-discriminatórios, organizações não-governamentais e associações profissionais. É nesse contexto histórico que surge o fenômeno da “militância múltipla” (Mische, 1997; Sousa, 1999): jovens assumem posição de liderança simultaneamente no movimento estudantil, nos partidos políticos, nos grupos da igreja, ou em outros movimentos e organizações.

Vimos também que outra característica da participação política dos jovens a partir dos anos 1990, segundo Sousa (1999), é seu empenho em instituir nos grupos a informalidade e a reivindicação de um relacionamento leve. Outras características, observadas por Novaes (2007), dizem respeito a uma combinação entre categorias como auto-estima e solidariedade, formando uma equação inédita e histórica entre motivações pessoais, que partem do subjetivo, mas não ficam restritas a questões de foro íntimo, e motivações coletivas, que exigem objetivação.

Em síntese, o que as pesquisas nacionais e internacionais apresentadas revelam é que, ao contrário de uma apatia ou individualismo exacerbado, a participação política dos jovens na atualidade é efetiva. E apesar dos jovens expressarem pessimismo em relação a eficácia e a legitimidade da política atual, uma vez que vêem com descrédito boa parte dos políticos e das instituições políticas, eles valorizam a democracia, demonstram interesse por assuntos políticos, e têm expectativas em relação à política. Prova disto é que os jovens hoje participam através de múltiplas formas de engajamento, segundo graus também diversos de implicação; possuem diferentes níveis de interesse pela política, assim como tipos de orientação e de filiações partidárias diversos.

A síntese das pesquisas revela igualmente que a atuação dos jovens referente à política formal, está vinculada de forma direta a fatores como: tempo de moradia nas comunidades locais (quanto mais tempo, maior a participação); e níveis de escolaridade e de renda (quanto maiores, maior a participação) – lembramos que alguns jovens relataram a dificuldade de conjugar a participação política com a necessidade de trabalhar. Outro fator que interfere no aumento da participação dos jovens na política clássica ou formal, é a idade: os grupos mais jovens tornam-se gradualmente mais engajados em partidos e eleições, na medida em que amadurecem.

Constata-se também que tem havido entre a juventude uma mudança qualitativa e uma diversificação nos modos de participação política: dos mais formalizados e convencionais, para outros de caráter mais espontâneo, associativo e não convencional.

Segundo as pesquisas apresentadas, as novas formas de participação política dos jovens estão orientadas de maneira direta e imediata para a defesa dos interesses dos próprios jovens, de certos grupos específicos, ou para o bem-estar da coletividade da qual participam; compreendem ações pontuais e objetivadas; objetivam maior eficácia e controle sobre a realidade concreta dos problemas a serem tratados; e valorizam mais a competência e a boa vontade do que a ideologia política.

Os jovens revelam a ausência de referências positivas sobre como efetivamente participar, como “mudar a história”, seja no âmbito da família, da escola, da comunidade, ou em relação à política, esporte, lazer e cultura.

Os jovens em geral também revelam que faltam canais para darem vazão às suas inquietações culturais, sociais e políticas, e que faltam espaços para expressarem suas necessidades. Demandam melhorias na comunicação entre as pessoas e maior difusão de informações.

Destacamos, nessa direção, a relevância de todas as iniciativas de participação política juvenil aqui mencionadas, reafirmando-as enquanto direitos dos jovens, a começar por seu direito à voz.

Certamente os jovens por nós entrevistados têm ainda muito o que dizer. Novas análises e considerações podem surgir a partir das análises e considerações aqui empreendidas. Esperamos que este estudo possa suscitar ainda outros questionamentos, direcionados para este instigante tema que é a participação juvenil.

Referências (Bibliografia Citada)

- ABRAMO, Helena Wendel. *Grupos juvenis dos anos 80 em São Paulo: um estilo de atuação social*. Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Sociologia), 1992.
- ABRAMO, Helena Wendel & BRANCO, Pedro Paulo Martoni (orgs.). *Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2005.
- ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia (coord.). *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*. Brasília: UNESCO, 2006. Disponível em: http://www.unesco.org.br/publicacoes/livros/juventudesjuventude/mostra_documento
- ABREU, Alzira Alves de. *A Imprensa e o engajamento político no final do século XX*. XXIV Encontro Anual da ANPOCS. Petrópolis, 23 a 27 de outubro de 2000. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/anpocs00/gt08/00gt0813.doc>
- ACIOLI, Márcia Hora. Por que calar se eu nasci gritando? A participação de adolescentes e jovens nos fóruns políticos: uma perspectiva para o fortalecimento da sociedade democrática. In: CASTRO, Lucia Rabello de; CORREA, Jane (Orgs). *Juventude contemporânea: perspectivas nacionais e internacionais*. Coleção Infância e Adolescência no Contemporâneo. Rio de Janeiro: NAU Editora / FAPERJ, 2005.
- ALBERTI, Verena. *Ouvir contar – textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ALMOND, Gabriel & VERBA, Sidney (eds.). *The civic culture revisited*. Boston: Little Brown, 1981.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *Memórias estudantis 1937 - 2007: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará / Fundação Roberto Marinho, 2007.
- BALARDINI, Sergio. ¿Qué hay de nuevo, viejo? Una mirada sobre los cambios en la participación política juvenil. *Revista de la CEPAL*, no. 86, Santiago de Chile, agosto 2005.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. *O que é participação?* São Paulo: Brasiliense, 8º ed. 2002.

BOURDIEU, Pierre (Coord.). *A Miséria do Mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.

BUTLER, Udi Mandel; PRINCESWAL, Marcelo; ABREU, Roberta. *Relatório de pesquisa do projeto Culturas de Participação: jovens e suas práticas de cidadania*. CIESPI, 2007. Disponível em www.ciespi.org.br

CALATAYUD y SALOM, Pe. Agustin Juan. *Sobre Lutero, o filme*. www.natalpress.com, artigo em 24 de maio de 2005. Disponível em: http://www.natalpress.com/index.php?Fa=aut.inf_mat&AUT_ID=53&MAT_ID=9076

CARNEIRO, Gizele Cristiana; TEIXEIRA, Níncia Cecília Ribas Borges. *Literatura Engajada: realidade ou ilusão?* UNICENTRO, 2006. Disponível em: <http://www.unicentro.br/pet/artigo02.pdf>

CASTRO, Lucia Rabello de; CORREA, Jane (orgs). *Juventude contemporânea: perspectivas nacionais e internacionais*. Coleção Infância e Adolescência no Contemporâneo. Rio de Janeiro: NAU Editora / FAPERJ, 2005.

CEVIPOF - Centre de Recherche Politique de Sciences. *L'électeur française en questions*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1990.

CHRISTENSEN, Pia; JAMES, Allison. *Investigação com crianças: Perspectivas e práticas*. Tradução de Mário Cruz autorizada da edição em língua inglesa *Research with children: Perspectives and Practices*, publicada por Routledge, membro do Taylor & Francis Group. Porto: Edições Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti, 2005.

CIESPI. *Relatório de pesquisa do projeto Jovens engajados nas Américas*, 2007. Disponível em www.ciespi.org.br.

COSTA, Márcia Regina. *Os Carecas do Subúrbio*. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

- CUNHA, Marize Bastos da. *Testemunhos orais e memória: a formação e a reinvenção da vida no processo de pesquisa em favelas do Rio de Janeiro*. VII Encontro Regional Sudeste de História Oral – Memória e Política. Coordenação: ABHO/ Diretoria Regional Sudeste; Casa de Oswaldo Cruz/FIOCrúz. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em www.fiocruz.br/ehosudeste/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=16.
- DENIS, Benoit. *Literatura e Engajamento: de Pascoal a Sartre*. Tradução: Luiz Dagoberth de Aguiarra Roncari. São Paulo: EDUSC, 2002.
- FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janáina (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 5ª ed. 2002.
- FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética? (artigo originalmente publicado na revista *Theory, Culture & Society*, v.18, p. 21-42, 2001. Tradução de Ana Carolina Freitas Lima Ogando e Mariana Prandini Fraga) In: SOUZA, Jessé; MATTOS, Patrícia (orgs.). *Teoria crítica no século XXI*. São Paulo: Annablume, 2007.
- GRAVEL, Pierre-Luc. A participação política dos jovens em Québec: questionamentos e vias de pesquisa. In: CASTRO, Lucia Rabello de; CORREA, Jane (orgs.). *Juventude contemporânea: perspectivas nacionais e internacionais*. Coleção Infância e Adolescência no Contemporâneo. Rio de Janeiro: NAU Editora / FAPERJ, 2005.
- GROPPO, Luís Antonio. *Juventude. Ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.
- HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.
- _____. Reconhecimento ou redistribuição? A mudança de perspectivas na ordem moral da sociedade. SOUZA, Jessé; MATTOS, Patrícia (orgs.). *Teoria crítica no século XXI*. São Paulo: Annablume Editora, 2007.
- IBASE e POLIS. Relatório Final *Juventude brasileira e democracia – participação, esferas e políticas públicas*. 2005. Disponível em: www.idrc.ca/uploads/user-11340655531ibase_relatorio_juventude.pdf
- INGLEHART, Ronald. *Culture shift in advanced industrial society*. Princeton: Princeton University Press, 1990.

JOFFILY, Bernardo. *Atlas Histórico IstoÉ Brasil*. São Paulo: Grupo de Comunicação Três S/A, 2003.

KLIKSBERG, Bernardo. *O contexto da juventude na América Latina e no Caribe: as grandes interrogações*. Rio de Janeiro: RAP, 40(5): 909-42, set./out., 2006. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rap/v40n5/a08v40n5.pdf

KRISCHKE, Paulo J. Perfil da juventude brasileira - questões sobre cultura política e participação democrática. In: *Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis*. Santa Catarina: PPGICH/ UFSC, 2004. Disponível em: www.interthesis.cfh.ufsc.br.

LIMA, Luiz Costa. *A aguarrás do tempo. Estudos sobre a narrativa*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

_____. *Sociedade e discurso ficcional*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.

LIMA, Nei Clara de. *Narrativas orais: uma poética da vida social*. Brasília: Ed. UnB, 2003.

MATTOS, Patrícia. *A sociologia política do reconhecimento. As contribuições de Charles Taylor, Axel Honneth e Nancy Fraser*. São Paulo: Annablume Editora, 2006.

_____. O reconhecimento, entre a justiça e a identidade. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 2004. p.143-160.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. São Paulo: Edições Loyola, 5ª ed. 2005.

MICHELAT, Guy. À la recherche de la gauche et de la droite. In: CEVIPOF. *L'électeur française en questions*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1990.

MISCHE, Ann. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. *Revista Brasileira de Educação* 5/6, p.134-150, 1997.

MISSIKA, Jean-Louis. Les faux-semblants de la dépolitisation. *Le Débat*, no.68, p. 14-19, 1992.

MÜXEL, Anne. Jovens dos anos noventa: à procura de uma política sem “rótulos”. Tradução de Inês Rosa Bueno (publicado em: PERRINEAU, Pascal (org.). *L'Engagement Politique: déclin ou mutation?* Paris: *Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques*, 1994). *Revista Brasileira de Educação* 5/6, p151-166, 1997.

NOBRE, Marcos. Luta por reconhecimento: Axel Honneth e a teoria crítica. In: *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.

NORRIS, Pippa. Young people and political activism: from the politics of loyalties to the politics of choice? Report for the Council of Europe Symposium, 2003.

_____. The evolution of election campaigns: eroding political engagement? Conference on Political Communications in the 21st Century, 2004.

NOVAES, Regina. Entrevista “Juventude em formação”, 2006. Disponível em: www.democratizacaocultural.com.br.

_____. Juventude e sociedade: jogos de espelhos. São Paulo: Editora Escala, *Sociologia Especial, Ciência & Vida*, ano I, n. 2, p.7-15, 2007.

_____ & MELLO, Cecília Campello. *Jovens do Rio: circuitos, crenças e acessos*. Rio de Janeiro: Comunicações do ISER, n. 57, 2002.

ONG, Walter. *Orality and literacy. The technologizing of the word*. London & New York: Methuen, 2^a ed. 1986.

PAIS, José Machado. *Transitions and youth cultures: forms and performances*. International Social Science Journal. UNESCO, 2000.

_____. *Culturas juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1993.

- PERCHERON, Annick. Au miroir grossissant de la jeunesse. *Autrement*, mai, p.30-43, 1991.
- PERROT, Michelle. La cause du peuple. In: *Vingtième siècle*, no. 60, out/dez, p.4-13, 1998.
- PROST, Antoine. Changer le siècle. *Vingtième Siècle*. Revue D'histoire, vol. 60, no. 60, p.14-26, 1998.
- PUTNAM, Ricardo. Civic disengagement in contemporary America. *Government and Opposition*, vol. 36, no.2, p135-156, 2001.
- RAGO, Luzia Margareth. Movimentos Sociais e Relações de Gênero. *Cadernos de Área, Estudos do Gênero*. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, v. 1, n. 4, 1997.
- RENNÓ, Lucio R. Estruturas de oportunidade política e engajamento em organizações da sociedade civil: um estudo comparado sobre a América Latina. *Revista Sociologia e Política*, Curitiba, n. 21, p.71-82, nov. 2003.
- RIZZINI, Irene; PEREIRA, Luciléia; THAPLIYAL, Nischa. Percepções e experiências de participação cidadã de crianças e adolescentes no Rio de Janeiro. *Revista Katálysis*. Florianópolis, v. 10 n. 2, jul/ dez, 2007.
- RIZZINI, Irene; THAPLIYAL, Nischa. *Perceptions and experiences of participation of children and adolescents in Rio de Janeiro, Brazil*. Universidad Autónoma Metropolitana, Yochimilco, México. Editoras: Yolanda Corona Caraveo e María Eugenia Linares Pontón. Programa Infância, 2007.
- SANTOS, Boaventura. *A gramática do tempo: para uma nova política*. São Paulo: Cortez Editora, 2006.
- SANTOS, Roberval de Jesus Leone dos. Modelos de engajamento. *Estudos Avançados*, vol.19, n. 54, p.391-427, ago. 2005.
- SARTRE, Jean-Paul. *Questão de método*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 3ª ed. 1987.

- SILVA, Izabel Priscila Pimentel da. *Jovens, estudantes e rebeldes: a construção das memórias estudiantis*. Caderno de Resumos. VII Encontro Regional Sudeste de História Oral – Memória e Política. Coordenação: ABHO/ Diretoria Regional Sudeste; Casa de Oswaldo Cruz/ FIOcruz. Parcerias: CPDOC/FGV; UFF; UFRJ. Rio de Janeiro: Anais, 2007.
- SOUSA, Janice Tirelli Ponte de. *Reinvenções da utopia. A militância política de jovens nos anos 90*. São Paulo: HackerEditores / FAPESP, 1999.
- SOUZA, Jessé; MATTOS, Patrícia (orgs.). *Teoria crítica no século XXI*. São Paulo: Annablume Editora, 2007.
- SPOSITO, Marília Pontes. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. *Tempo Social*, 5:1-2. Revista de Sociologia da Universidade de São Paulo, 1994.
- STRATHERN, Paul. *Sartre em 90 minutos*. Tradução: Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3ª ed. 2002.
- UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância; IAS - Instituto Ayrton Senna; FIS - Fundação Itaú Social. *Adolescentes e jovens do Brasil: participação política e social*. UNICEF; IAS; FIS, 2007. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/voz2007.pdf>
- VASCONCELOS, Eduardo Mourão. *Complexidade e pesquisa interdisciplinar: epistemologia e metodologia operativa*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- VELHO, Gilberto. *A utopia urbana – um estudo de antropologia social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 5ª ed. 1989.
- VERBA, Sidney; SCHLOZMAN, Kay L. & BRADY, H. *Voice and equality: civic voluntarism in American politics*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1996.

Referências (Bibliografia Consultada)

- ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto (org.). *A aventura (Auto) Biográfica*. Teoria e empiria. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- ACIOLI, Márcia Hora. *Participação de Adolescentes na Gestão de Políticas Públicas*. Cáritas Brasileira, 2002.
- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 2ª ed. 1981.
- BAPTISTA, Cristiana Moniz de Aragão. *Das tramas do corpo ferido: dor e sofrimento em narrativas de mulheres*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Tese de Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, Programa EICOS. Orientadora: Dra. Maria Inácia D'Ávila Neto. Rio de Janeiro, 2006.
- BECKER, Howard. *A história de vida e o mosaico científico*. In: Método de Pesquisa Científica em Ciências Sociais. São Paulo: HUCITEC, 4ª ed. 1999.
- _____. *Segredos e truques da pesquisa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.
- BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória – ensaios da psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2ª ed. 2004.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- BRITTO, Sulamita de. *Sociologia da juventude, IV: os movimentos juvenis*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- BURKE, Peter. *História e teoria social*. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt e Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- D'ÁVILA NETO, Maria Inácia. A implicação do pesquisador e a cientificidade da pesquisa. *IDEA*, v I, n. 1, p.27-31, 1989.

-
- . La participación ambigua. *Courrier de la Planète*, v. 74, no. 3, p. 41-43, 2005.
- D'ÁVILA NETO, Maria Inácia; BAPTISTA, Cristiana Moniz de Aragão. Páthos e o sujeito feminino: considerações sobre o processo de construção narrativa identitária de mulheres de grupos culturalmente minoritários. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, v. 2, p.2-10, 2007.
- D'ÁVILA NETO, Maria Inácia; PEDRO, Rosa M. L. Ribeiro (orgs). Tecendo o desenvolvimento. Rio de Janeiro: MAUAD, Coleção EICOS – Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social, 2005.
- FOE - Frente de Oposição de Esquerda da UNE. Jornal *Um Passo à Frente*. Matéria intitulada *Em defesa da educação pública*. Brasília: 50° CONUNE, jul. 2007. Disponível em: www.contestacaoeluta.blogspot.com/2007/06/ns-somos-foe-frente-de-opsicao-de.html
- FRASER, Nancy. Da Redistribuição ao Reconhecimento. Dilemas da Justiça na Era Pós-Socialista. In: SOUZA, Jessé (org.). *Democracia Hoje. Novos desafios para a teoria da democracia contemporânea*. Brasília: Ed. UnB, 2001.
- GARCIA, Loreley. Era uma vez... o uso da história oral nos estudos de gênero. *Mneme – Revista Virtual de Humanidades*, n. 11, v. 5, jul./set. 2004. Disponível em <http://www.seol.com.br/mneme>.
- HAGUETE, Teresa Maria Frota. *Metodologias qualitativas na Sociologia*. Petrópolis: Vozes, 4ª ed. 1995.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. Tradução: Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 1996 (1ª edição 1955).
- MACIEL, Luiz C. *Sartre: vida e obra*. São Paulo: Paz e Terra, 5ª ed. 1986.
- MADEIRA, Felícia. Jovens e as mudanças estruturais na década de 70: questionando pressupostos e sugerindo pistas. *Cadernos de Pesquisa*, 58. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1986.

- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Editora Hucitec, 8ª ed. 2004.
- NOBRE, Marcos. *A teoria crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. Revista do Programa de Pós-graduação em História da PUC-SP, n. 10, dez. 1993.
- NOVAES, Regina & VITAL, Cristina. A juventude de hoje: (re)invenções da participação social. In: *Associando-se à juventude para construir o futuro*. São Paulo: Peirópolis, 2005.
- O GLOBO online, reportagem de 27/09/07. Movimento estudantil: livro e filme examinam os 70 anos da UNE. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/cultura/mat/2007/07/29/297025604.asp>
- PEIRANO, Mariza. *A teoria vivida – e outros ensaios de antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.
- PENA, Felipe. *Jornalismo literário*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.
- PERES, Simone Ouvinha. *Aborto e juventude: um horizonte de possibilidades diante da gravidez na adolescência*. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social, Tese de Doutorado em Saúde Coletiva. Orientadora: Maria Luiza Heilborn. Rio de Janeiro, 2003.
- PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (orgs). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano del Niño, EDUSU, AMAIS Livraria e Editora, 1995.
- PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente? *Revista Projeto*, PUC-São Paulo, n. 14, p.31-32, fev. 1997.
- RODRIGUES, Heliana de Barros Conde. *No rastro dos “cavalos do diabo”. Memória e História para uma reinvenção de percursos do grupalismo-institucionalismo no Brasil*. Tese Doutorado, IP-USP. São Paulo, 2002.

- SAAVEDRA, Giovani Agostini. A teoria crítica de Axel Honneth. In: SOUZA, Jessé; MATTOS, Patrícia (orgs.). *Teoria crítica no século XXI*. São Paulo: Annablume, 2007.
- SARLO, Beatriz. *Tempo passado. Cultura da memória e guinada subjetiva*. Tradução: Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- SARTRE, Jean-Paul. *O Existencialismo é um humanismo*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- SOUZA, Jessé. A dimensão política do reconhecimento social. In: AVRITZER, L. e DOMINGUES, J. M. (orgs). *Teoria Social e Modernidade no Brasil*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.
- _____. Pierre Bourdieu, pensador da periferia? In: SOUZA, Jessé; MATTOS, Patrícia (orgs.). *Teoria crítica no século XXI*. São Paulo: Annablume, 2007.
- TAYLOR, Charles. O que é agência humana? Tradução: Roberto Torres e Fabrício Maciel. In: *Teoria crítica no século XXI*. São Paulo: Annablume, 2007.
- TONON, Graciela (compiladora). *Juventud y protagonismo ciudadano*. Argentina: Espacio Editorial Buenos Aires, 2006.
- WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2006: os jovens do Brasil*. Apoio: Ministério da Saúde. Brasília: OEI - Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2006.
- _____. *Relatório de Desenvolvimento Juvenil*. ONU, 2007.
- VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura - notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 5ª ed. 1999.
- _____; KUSCHNIR, Karina (orgs). *Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- VENTURA, Zuenir. *1968, o ano que não terminou: a aventura de uma geração*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 28ª ed. 1988.

VIEIRA, André Guirland. *Do conceito de estrutura narrativa à sua crítica*. RS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul; *Psicologia: Reflexão e Crítica*, vol.14, n. 3, p.599-608, 2001.

ZAYAS, Barajas e LÓPEZ, Emílio (Org). *Las Historias de Vida y la Investigación Biográfica: Fundamentos y Metodología*. 1ª ed. Madrid: Universidad Nacional de Educacion a Distancia, 1996.

Endereços eletrônicos consultados:

www.aerj.orgfree.com

www.camara.gov.br

www.contestacaoeluta.blogspot.com

www.democratizacaocultural.com.br

www.fiocruz.br

www.mixbrasil.uol.com.br

www.ubes.org.br

www.une.org.br

www.vermelho.org.br

ANEXO A - Roteiro de entrevista (elaborado pela equipe de pesquisa do CIESPI no contexto do projeto *Elos Engajados nas Américas*, realizado no período entre 2006 e 2008)

Dados Iniciais

1. Nome do entrevistado:
2. Idade do entrevistado e também de seus pais:
3. Residência (como é o lugar onde mora):
4. Como é a estrutura familiar:
5. Escolaridade do entrevistado e também de seus pais:
6. Trabalho do entrevistado e também de seus pais:
7. Projeto/iniciativa de que faz parte:

Bloco I – Trajetória de vida

1. Aonde você cresceu, e como é que foi?
2. Vamos falar um pouco sobre a sua infância? Conte uma lembrança ruim da sua infância. E uma lembrança boa.
3. O que você sabe sobre a história de vida de seus pais (filiação, local de nascimento, locais de moradia, como se conheceram, etc...)?
4. Quantos irmãos/irmãs você teve e/ou tem? Nasceram aqui ou vieram para cá?
6. Além de seus pais, alguém mais ajudou a criar você? Quem? Por quê?
7. Quem é importante na sua vida, por quê?
8. Você tem filhos?
 - 8.1 Caso tenha filhos:
 - Como foi a gravidez?
 - Teve apoio? De quem?
 - De que sentiu falta?
 - Como foi o parto?
 - Alguém ajuda(ou) a cuidar do bebê? Quem? Quais são as dificuldades?
 - Como é no dia-a-dia?
 - A vida mudou depois do nascimento do(a) filho(a)? Como?
9. Quais lugares/espacos são importantes para você? Por quê?
10. O que gosta de fazer nos momentos de lazer?

11. Qual a religião de seus pais?
12. E você, tem alguma religião? Já mudou alguma vez de religião? Por quê?

Bloco II – Trajetória de Participação

1. Você sabe dizer qual foi o momento em que você começou a participar de alguma coisa?
2. Por que começou a participar?
3. Alguma pessoa influenciou você a começar a participar?
4. Algum acontecimento influenciou você a começar a participar?
5. Que sentimentos e emoções isso (estar participando) traz para você?
6. Em casa com sua família vocês conversavam/conversam sobre seus envolvimento, ações, idéias?
7. E sobre questões sociais e de política? O que por exemplo?
8. E com amigos?
9. Faz ou já fez, parte de outros grupos, e como participa(va)?
10. Dentro desses grupos todos você lembra de alguma experiência mais marcante?
11. Para você o que significa participar?
12. Você pensava assim no início ou a sua visão sobre a participação foi mudando ao longo do tempo? (ou desde que você começou a participar?)
13. Você considera sua atuação “política”? Por quê?
14. Algo mudou na sua vida desde que começou a participar ou não? Caso sim, o quê?
15. Quais os custos da participação (o que é mais difícil)? E os benefícios?
16. Nos espaços que participa que dificuldades você encontra? E na relação com adultos (mais velhos)? E com outros jovens?
17. Há algum outro grupo/iniciativa de que você gostaria de participar (caso sim, por que não participa)?
18. Você já foi impedido de participar de algum espaço? Por quê?
19. Você faz alguma atividade com jovens de classes sociais diferentes? O quê?
20. Você mudaria alguma coisa na atuação do seu grupo ou na sua própria participação? Se pudesse mudar/melhorar algo, o que seria?

Bloco III – O que significa “ser jovem”?

1. Se alguém quisesse falar do “jovem de hoje”, o que não poderia deixar de falar? Quais os temas mais importantes para os jovens de hoje?

2. Quais instituições (governamentais, não governamentais, públicas ou privadas) você destacaria como importantes para os jovens de seu grupo social? O que funciona(va) e o que não funciona(va)?
3. Quais os direitos que você destacaria e relação aos jovens hoje? E as responsabilidades?
4. O que você sabe sobre a história das “lutas dos jovens” hoje e no passado (são semelhantes ou diferentes e por quê)?
6. Quais os grupos de jovens você identifica como importantes atualmente?

Bloco IV – Pertencimento e Identidade

1. Se você fosse se apresentar, o que diria?

Bloco V – Projetos de vida

1. O que você se vê fazendo daqui a dez anos?
2. Imagine a sociedade dos seus sonhos. Como ela é? O que poderia ser feito para alcançá-la?
3. O que você imagina para o futuro do seu filho(a)? Como gostaria que fosse o futuro dele(a)?

ANEXO B - Modelo de Consentimento Informado utilizado (elaborado pela equipe de pesquisa do CIESPI no contexto do projeto *Elos Engajados nas Américas*, realizado no período entre 2006 e 2008)

**TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO
AUTORIZAÇÃO**

Eu _____,
nascido(a) em ____/____/____, portador(a) do documento de identidade nº
_____, expedido em ____/____/____, pelo órgão
_____, autorizo a utilização em meio impresso ou virtual, do meu
depoimento gravado e do texto por mim produzido.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

(ASSINATURA)